



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 112

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PR/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 112**

### **102ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 08

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Jocelito Canto ..... 11

Dep. Elio Rusch ..... 12

Dep. Tadeu Veneri ..... 14

Dep. Edgar Bueno ..... 18

Dep. Elton Welter ..... 23

Professor Luizão ..... 25

#### **Grande Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri ..... 14

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch ..... 12

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira ..... 26

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 26

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 28

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 30

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 31

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 33

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) ..... 35

Redação Final ..... 49

3ª Discussão ..... 49

2ª Discussão ..... 50

1ª Discussão ..... 50

Requerimentos ..... 52

**Encerramento da Sessão ..... 53**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos ..... 53

Diretoria Geral

Portarias ..... 53

### **DIÁRIO Nº 112**

### **102ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**17 DE SETEMBRO DE 2007**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Elton Welter e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato,

Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Geraldo Cartário e Plauto Miró (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Nereu Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 283/07

SÚMULA:

Propõe o aumento do contingente de atendentes nos Setores de Identificação no município de Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - O aumento do contingente de atendentes no Setor de Identificação no município de Campo Mourão;

II - O Poder Legislativo de Campo Mourão, através de ofício nos pede empenho para pleitear junto à administração estadual o atendimento desta necessidade;

III - Aponta-nos, ainda no ofício, que a mesma necessidade verifica-se em inúmeros outros municípios, razão pela qual se pode supor da necessidade de realização de concurso público para o devido suprimento.

IV - O atendimento desta indicação trará enormes benefícios a toda a comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 284/07

SÚMULA:

Providências para a implantação de iluminação na quadra poliesportiva, da Escola Estadual Francisco Inácio de Oliveira.

Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - Requer a implantação de iluminação pública na quadra poliesportiva do Colégio Estadual Francisco Inácio de Oliveira, situada no município de Tomazina.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A quadra poliesportiva acima indicada necessita com a maior brevidade possível da implantação de iluminação.

Através do protocolo 9143211-0 - FUNDEP, os usuários do equipamento solicitaram a algum tempo a implantação e até o momento não receberam resposta.

INDICAÇÃO Nº 285/07

SÚMULA:

Sugere a complementação da duplicação na Rodovia Silvio Fernando Dias, entre município de Maringá a município Paçandu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a complementação da duplicação na Rodovia Silvino Fernandes Dias, entre o município de Maringá o município de Paçandu.

II - Estamos apresentado a presente indicação, procurando atender população com os 04 Km que faltam para a duplicação da rodovia entre o município de Maringá a município de Paçandu.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 286/07

SÚMULA:

Sugere o asfaltamento na Estrada Morangueira, no Município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - O asfaltamento na Estrada Morangueira, no município de Maringá.

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando beneficiar com a pavimentação as empresas ali instaladas.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) DR. BATISTA

## ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 2770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento

Interno regime de urgência ao Projeto de Lei nº 679/07 - oriundo da Mensagem nº 040/07, que visa autorizar o estado do Paraná, a COPEL S.A., A COPEL Participações S.A. e a COPEL Empreendimentos Ltda., mediante ato do Chefe do Poder Executivo, mediante alteração de objeto social ou composição societária, assumir a exploração de infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de gestão, recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2779

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do parágrafo 3º do artigo nº 185, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a dispensa de redação final das matérias constantes da Ordem do Dia desta data que não tenham sofrido emendas.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2775

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação das emendas nº 02, 03 e 04 ao Projeto de Lei nº 512/07, item 01 da presente, na Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão Ordinária por 2 horas, com base no artigo 81 do Regimento Interno deste Poder.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2774

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2007, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 679/07 - Mensagem nº 040/07, que visa autorizar o estado do Paraná, a COPEL S.A., A COPEL Participações S.A. e a COPEL Empreendimentos Ltda., mediante ato do Chefe do Poder

Executivo, mediante alteração de objeto social ou composição societária, assumir a exploração de infra-estrutura e a prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de gestão, recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias, dentro ou fora dos limites territoriais do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Cleiton Kielse, Teruo Kato, Jocelito Canto, Fábio Camargo, Dr. Batista, Luiz Malucelli, Plauto Miró, Beti Pavin, Alexandre Curi, Miltinho Pupio, Luiz Eduardo Cheida, Antonio Anibelli, Carlos Simões, Mamede, Waldyr Pugliesi, Péricles de Mello, Francisco Bühner, Artagão Júnior, Stephanes Júnior, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori, Edson Strapasson e uma ilegível.

#### REQUERIMENTO Nº 2758

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 13 de setembro.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência em virtude de compromissos relacionados à atividade na presidência da Comissão de Saúde.

#### REQUERIMENTO Nº 2772

Senhor Presidente:

SOLICITA o encaminhamento a Mesa Executiva, para justificar ausência do Parlamentar que assina, nas Sessões Plenárias realizadas nos dias 12 e 13 de setembro do ano corrente, conforme cópia do atestado médico.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### REQUERIMENTO Nº 2759

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas legais, constitucionais e regimentais, com fulcro no artigo 57 da Constituição Estadual e artigos 20, XXIX, 25, 128, inciso VIII do parágrafo 3º do artigo 131, artigo 133 e incisos I, II, III do artigo 239 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e em respeito aos incisos X e LV do artigo 5º da Constituição Federal, artigos 11, 12, 16, 17 e 186 do Código Civil Brasileiro, bem como o artigo 333 do Código de Processo Civil Brasileiro, vem mui respeitosamente à vossa presença para expor e REQUERER o que segue.

No dia 11 de setembro de 2007, o Deputado Estadual Tadeu Veneri, apresentou projeto de Emenda Constitucional, subscrita por 18 Deputados Estaduais, vedando a prática do nepotismo no âmbito dos 3 Poderes estaduais do Paraná.

Ocorre que uma das assinaturas foi atribuída, pela Mesa Executiva, ao Deputado Estadual Edgar Bueno.

O Parlamentar informou que não assinou a referida PEC.

O não reconhecimento da assinatura gerou controvérsia entre os Deputados, pois, em tese, a Mesa Executiva não teria reconhecido por semelhança com a assinatura de nenhum dos 54 Deputados Estaduais.

Em razão deste fato, Deputados passaram a desenvolver teses a respeito do ocorrido. Os mencionados Parlamentares, ora atribuíram a falta de identificação da assinatura a uma suposta falsificação da mesma, ora a uma fraude para desqualificar a proposta.

Chegou-se a insinuar que o articulador da PEC poderia ter falsificado uma assinatura.

A imprensa, a partir dos pronunciamentos dos Parlamentares em plenário, repercutiu para a sociedade paranaense diferentes versões e interpretações para os fatos.

Ocorre que todos os Deputados encontram-se sob suspeita pela prática de suposta fraude com relação a uma assinatura aposta à PEC e que não é assumida por nenhum Deputado.

Em razão da falta de reconhecimento da assinatura pelos Deputados, resta apenas à alternativa da realização da perícia técnica para identificar o autor da assinatura.

Para esta análise deve ser encaminhada a relação de assinaturas utilizada pela Mesa Executiva para identificá-las, bem como exemplares de proposições subscritas por cada um dos 54 Deputados Estaduais em exercício e suplentes que exerceram mandatos ao longo do ano de 2007.

Por todo o exposto requerimento à Mesa Executiva:

- Seja encaminhado o documento onde consta assinatura questionada para análise da Polícia Técnica Federal mediante a realização de exame grafotécnico em relação à assinatura dos Deputados em exercício e todos os suplentes que exerceram mandatos ao longo do ano de 2007.

- Para análise, seja encaminhada a relação de assinaturas utilizada pela Mesa Executiva para identificá-las, bem como exemplares de proposições subscritas pelos mencionados Parlamentares.

Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 2752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Laboratório Botânico Herbarium, localizado no município de Colombo, por ser eleita pela Consultoria Internacional Great Place to

Work Institute entre as 100 melhores empresas do Brasil para trabalhar.

Requer ainda, envio de cópia ao endereço: Av. Santos Dumont, nº 1111 - Roça Grande - CEP: 83403-500 - Colombo.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) BETI PAVIN

#### REQUERIMENTO Nº 2756

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações à Associação Cultural e Beneficente Nipo-brasileira de Curitiba - Nikkei Curitiba, pela realização do tradicional Haru Matsuri 2007, Festival da Primavera. O evento será realizado nos dias 21 (sexta-feira a partir das 19h30), 22 (abertura oficial às 14h) e 23 de setembro de 2007, (a partir das 11h às 21h) tendo como local o MON - Museu Oscar Niemeyer - Centro Cívico em Curitiba.

Esse acontecimento é cumprimento do calendário da IMIN-100; 100 Anos da Imigração Japonesa no Brasil, e antecedendo a Grande Festa de 100 anos, este ano o evento com uma denominação especial, "A Festa da Centésima Primavera da Imigração Japonesa no Brasil", apresentará ao público curitibano as melhores da parte cultural do Japão.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2757

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações às equipes participantes da modalidade esportiva tênis de mesa que sempre alcançou destaques nacionais e internacionais, como aconteceu recentemente com os atletas paranaenses, nos Jogos Pan-Americanos Rio 2007. A dinâmica destas realizações oportuniza a união entre as pessoas.

Esse acontecimento é cumprimento do calendário da LDGP - Liga Desportiva Cultural Paranaense, e o 52º Campeonato Paranaense Inter-Colonial de Tênis de Mesa é início da jornada para a seleção da equipe que participará do 58º Campeonato Brasileiro, em janeiro de 2008, o ano em que teremos muito a comemorar o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil IMIN-100.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2768

Senhor Presidente:

Os Deputados que compõem a Bancada do PP - Partido Progressista, que o presente subscrevem, usando das suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após

ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná, pela comemoração no dia 28 de setembro, dos 154 anos da instituição.

Requerem, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Jorge Azôr Pinto, Delegado Geral do Departamento da Polícia Civil, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, receba e cumprimente a todos os laboriosos colaboradores da instituição.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(aa) DUILIO GENARI, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI E NEY LEPREVOST.

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao Departamento de Polícia Civil do Estado do Paraná, por ocasião de mais um aniversário, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da população paranaense.

Nada mais confortante para nós paranaenses, que saudar entusiasticamente à tão grandiosa instituição, que na data magna da comemoração dos seus 154 anos, demonstrou-se capaz de encarar a confiança de todos com a incrível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que homens e mulheres dão a vida para salvar outras vidas, podem com certeza testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios impostos por uma sociedade que sofre permanentemente transformações.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio da Bancada do PP - Partido Progressista, associa-se às homenagens devidas ao Departamento de Polícia Civil do Estado do Paraná no transcurso de seus 154 anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

#### REQUERIMENTO Nº 2773

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que firma o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa, após decisão do Plenário, que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento à família Becker, da cidade de Marechal Cândido Rondon, pela inauguração da fábrica de rações, de sua propriedade, no último dia 07 de setembro, na cidade de Quatro Pontes, neste estado.

Um empreendimento relevante e de marco significativo para todo o Oeste Paraná, aonde a vocação agro-industrial vem dando cada vez mais pujantes exemplos de expansão, ao tempo em que propicia novas perspectivas na agregação de valor à produção agropastoril. Com certeza, a nova indústria se insere perfeitamente nesse novo panorama que vai se constituindo.

Por isso, os cumprimentos para a família Becker pelo alcançado e votos para que tenha largo sucesso e contínuo progresso com a indústria estabelecida.

Do aprovado, requer o Parlamentar requerente, que seja dada ciência à família Becker, na pessoa do Sr. Milton Becker, via correspondência, a ser encaminhada à R. Independência, 413 - Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2753

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Luiz Fernando Corrêa, formado pela Academia Nacional de Polícia e bacharel em Direito pela Fundação Universidade do Rio Grande, foi agente de repressão a entorpecentes da Polícia Federal por 14 anos e Delegado há 12 anos.

À frente da Secretaria Nacional de Segurança Pública, desde 2003, foi o responsável pelo esquema de segurança dos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro. Também foi o criador da Força Nacional de Segurança Pública, a área de inteligência sempre foi o seu forte, tendo sempre destacado suas ações para a garantia da ordem pública.

#### REQUERIMENTO Nº 2754

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao professor Mestre Rudimar Fedrigo, fundador da Academia Chute Boxe.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao professor de artes marciais, Mestre Rudimar Fedrigo, personalidade de destaque não só na área esportiva mas também na área social, sempre voltando suas ações aos mais humildes, elevando a prática esportiva como instrumento de justiça social.

Destaca-se também por ter fundado a Academia Chute Boxe considerada atualmente uma das principais academias de MMA do mundo, com uma estrutura espetacular.

#### REQUERIMENTO Nº 2755

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de Louvor e Congratulações, ao Padre Raimundo Alves.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

No dia 30 de janeiro do ano de 1950 nascia Raimundo o 4º filho de José Alves Ferreira e Maria Maia Ferreira. A pequena cidade do Vale do Rio Jaguaribe conhecida como Jaguaruana - Ceará, tinha mais um habitante.

Poucos dias depois, mais precisamente, 10 de fevereiro, aquela criança era levada a Igreja Matriz de Jaguaruana, e predestinada por Deus recebia o sacramento do batismo e se tornava cristão.

Fez seus primeiros estudos no grupo Escolar Manuel Sátiro e no Ginásio Cônego Agostinho, ambos em sua terra natal.

Desde pequeno Raimundo demonstrava possuir uma grande inteligência aliada a uma forte inclinação religiosa.

A sua índole doce, o seu zelo pelas práticas cristãs, chamou a atenção de um sacerdote jesuíta Pe. José Correia, que viu em Raimundo a semente de uma futura vocação e lhe fez o convite.

Foi ainda criança para Fortaleza e ficou como aluno interno no Colégio Santo Inácio, onde cursou o ensino fundamental II e o ensino médio (antigo científico).

Sentia o chamado de Jesus para segui-lo na Congregação dos Padres Jesuítas.

Com a crise de vocações e o fechamento de muitos seminários, o jovem Raimundo foi morar com seus pais que nesta época já estavam residindo também em Fortaleza.

Seu primeiro emprego foi na Companhia Telefônica do Ceará, onde deu exemplo de bondade e responsabilidade.

Fez Vestibular e cursou a Faculdade de Letras na Universidade Federal do Ceará, tendo concluído com brilhantismo.

Ainda como estudante universitário começou a trabalhar na Escola Medalha Milagrosa como professor de Língua Portuguesa. Permaneceu alguns anos nesta Escola onde exerceu também o cargo de coordenador.

Bom filho, arrimo de família, o que ganhava era para ajudar os seus pais e irmãos que tanto amava.

Nesta época conheceu os padres da Sagrada Família de Nazaré (Piamartinos), que ficaram impressionados com aquele jovem de tanta formação cristã e engajamento na Igreja.

Novamente Raimundo ouviu o doce chamado de Cristo “Vem e segue-me” relutou e tentou esquecer, pois seus pais carentes precisavam de sua ajuda.

Trabalhou no Colégio Piamarta como professor e Vice-Diretor e durante estes anos fez a Faculdade de Administração Escolar.

Consciente de que não poderia fugir a sua verdadeira Vocação - o Sacerdócio, inicia o curso de Filosofia no Instituto de Ciências Religiosas em Fortaleza.

Após concluir os dois anos filosóficos e o primeiro ano de Teologia resolve seguir o chamado divino.

Em janeiro de 1980 com saudades no coração mas fé e certeza do ideal viaja para Ponta Grossa no Paraná.

No Instituto João XXIII faz o Noviciado e os três últimos anos de Teologia.

Em outubro de 1983 recebeu o Diaconato e no dia 10 de dezembro do mesmo ano na cidade de Fortaleza diz o *sim* definitivo a Deus ordenando-se sacerdote. Pelos votos de obediência, pobreza e castidade já feitos anteriormente, ingressa na Congregação fundada pelo Pe. João Piamarta.

Após a Ordenação Sacerdotal volta ao Paraná e vai para Matelândia onde permanece um ano como responsável pelo Seminário.

Sacerdote jovem, realiza com alegria a missão que lhe foi confiada.

Em 1985 é transferido para Fortaleza onde permanece por 17 anos realizando muitos trabalhos pastorais.

Durante este tempo com dedicação e espírito missionário à frente da Comunidade Mundo Jovem (seminário), foi formador Vocacional. Exerceu também a função de Diretor do Colégio Piamarta-Montese.

Nesta época foi Provincial da Congregação na América Latina.

Em 2003 foi transferido para Curitiba onde seria iniciada uma nova obra piamartina. Saudoso da família e dos amigos cearenses, mas com alegria por se colocar novamente a serviço dos irmãos e do Senhor, assume o trabalho de formação dos filósofos e teólogos.

Com a partida para as missões na África do Pe. Modesto, fica como pároco de Santa Edwirges, onde permanece até agora desenvolvendo com amor e entusiasmo uma missão espiritual e caritativa.

Assim é Pe. Raimundo, um grande homem, um fervoroso presbítero, que nos seus 24 anos de sacerdócio tem sido fiel a escolha do Senhor.

**REQUERIMENTO Nº 2767**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, de Moção de Louvor pelo 100º aniversário do senhor Plácido Zacarias da Silva.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Justamente no Dia da Primavera, o pioneiro terra-riquense Plácido Zacarias da Silva completa um século de vida.

As palmeiras reais das principais ruas e avenidas de Terra Rica parecem comemorar o início desta estação tão simpática quanto poética, balançando seus longos braços num simpático parabéns ao ilustre concidadão paranaense, o senhor Plácido Zacarias da Silva. Parece que a Providência Divina predestinou o aniversariante para uma existência profícua e proveitosa, de muita labuta e invejável exemplaridade.

Certamente muitos dos seus contemporâneos estão impedidos de fitar os olhos dos seus semelhantes, familiares e amigos, como pode fazê-lo, o nosso homenageado. Contemporâneos tais como os que são biografados pela mídia, como péssimos brasileiros e justamente os responsáveis pela salvaguarda da ética e da vergonha de uma Nação.

E foi o povoado de Cacimbinha, no município de Palmeira dos Índios, lá das Alagoas dos Marechais, que nos mandou para a feliz convivência, primeiro, dos paulistas, em Promissão onde se casou com a sua amada companheira, dona Júlia.

Família feita mudou-se para Andradina onde se elegeu Vereador membro da Primeira Câmara daquela cidade no Noroeste paulista, isso em 1948.

Plácido engrossou a leva dos paulistas que desbravaram o Noroeste paranaense no início da década de 1950, pois findo o seu mandato em Andradina, escolheu Terra Rica para “fazer futuro” como todos os pioneiros contemporâneos.

Na hoje “Capital do Vão Livre”, Plácido assentou a primeira máquina para beneficiar arroz, o primeiro posto de abastecimento de combustíveis e ainda a primeira oficina mecânica.

A todas essas atividades, ele ainda acrescentou a prática da cafeicultura, a criação de gado e ainda o fabrico de telhas e tijolos no Bairro Dois Mourões.

A comunidade de Terra Rica orgulha-se da proveitosa vivência de Plácido Silva em seu território e lhe é gratíssima pela considerável contribuição ao seu desenvolvimento sócio-econômico.

Com a anuência das minhas colegas Deputadas e dos meus amigos Deputados, rogo a Mesa Diretora desta Casa de Leis, o registro de Moção de Louvor ao aniversariante e que essa justa homenagem seja comunicada aos poderes constituídos de Terra Rica.

#### REQUERIMENTO Nº 2769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Presidente da SANEPAR, Stênio Jacob, reivindicando a extensão da rede de esgoto para o Jardim Pinheiros, em Londrina.

Trata-se de um dos mais bonitos bairros a cidade, habitado por milhares de londrinenses, que pedem, há muitos, esse benefício que, segundo alguns políticos, fazer rede de esgoto não dá voto, porque a obra fica escondida debaixo da terra. Mas, se ela não dá mesmo voto, a obra dá um resultado fantástico e mais importante que o voto, que é a saúde da população, a melhoria da qualidade de vida, o que justifica o atendimento do pedido que ora formulamos em nome dos moradores do Jardim Pinheiros.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 2764

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado de Obras Públicas, para esclarecer a seguinte questão:

1. Quais são as obras em andamento que estão sendo realizadas pelo Governo do Estado nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa?

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 680/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido a publicação na imprensa do estado do Paraná, anúncios com fins de programas que induzam a prática do sexo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

É justa a nossa angústia com a apresentação deste projeto de lei que, proíbe a publicação na imprensa do estado do Paraná, anúncios com fins de programas esdrúxulos que induzem a prática do sexo, que infelizmente assola a imprensa que emperra, massacra e pune indevidamente dos mais humildes até os mais altos cidadãos.

Hoje a distância que se transmite ao grande público, talvez seja de acreditar-mos na ilusão de que somente as leis têm o condão e a virtude de alterar e até aprimorar a realidade.

A hora não pode ser de importância, nem de tolerância e de conjugação de esforços, para identificarmos soluções e alternativas, não somente para as questões ocasionais, mas sobretudo para as que são permanentes na imprensa do nosso estado do Paraná.

Na busca dessas soluções, pensamos que temos o dever de nos deter também em todos os problemas e desafios.

As indignações não bastam. Precisamos reagir com firmeza e a Assembléia Legislativa tem dado provas disso - não apenas nas denúncias de programas e da falta de ética que corrói alguns sistemas de notícias e a nossa confiança nas instituições publicitárias.

Precisamos reagir, de uma vez por todas, diante dessa escalada da violência, de exclusão e da fragilidade de nossas políticas públicas, incapazes de colocar de uma vez por todas os rumos do desenvolvimento.



A imprensa é com efeito, de todas as artes a que mais enobrece e aquela que melhor traduz os anseios de nossas almas.

Em nossa modesta opinião, a imprensa deve alertar sobre um perigo do navio que singra os mares, ou mostrar-lhe a rota que deve seguir, mostrando para a população os perigos que o ameaçam.

A imprensa é sem dúvida, nos tempos modernos a maior força que a mão do homem já empunhou. Ela tem com seu público deveres que o inibem de descambar para o sensacionalismo. Órgão essencialmente informativo, a ele cabe colocar nem alterar. Daí decorre a grande responsabilidade que pesa sobre seus dirigentes e orientadores.

É muito difícil traduzir em palavras o sentimento de repugnância e de revolta que se apodera de qualquer ser humano diante das degradantes propagandas e jornais com endereços, telefones e e-mail, de mulheres propondo encontros com massagens completas e outras opções, inclusive em motéis e hotéis. Algumas com fotografias de jovens e crianças em cenas exóticas de nudez ou sexo explícito com adulto para a vergonha da espécie humana.

Parte da imprensa transformou o sonho generoso da informação, da comunicação e do progresso cultural em um pesadelo sórdido de aviltamento do aspecto mais sagrado da dignidade da pessoa, que é justamente a inocência.

Trata-se na verdade, de uma luta que a todos são chamados, pois, mais que homens e mulheres, somos todos paranaenses e temos a obrigação de legar às próximas gerações de cidadãos uma existência mais digna, mais justa e mais feliz.

Esse quadro sombrio torna-se ainda mais dramático com o avanço dos indicadores referentes ao tráfico de mulheres com os adolescentes sendo levados a prostituição.

Sobre a necessidade de definir o crime do assédio sexual, e a luz desse princípio, com a ajuda de Deus, vamos trabalhando com afinco em prol da sociedade paranaense, quer como cidadão e como político, regularidades estas que, aliás, se igualam.

Estamos certos que este projeto de lei será aprovado por todos nossos colegas.

PROJETO DE LEI Nº 681/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos do pagamento da taxa para travessia do Ferry-Boat de Guaratuba, todos os veículos emplacados e pertencentes a proprietários residentes no município.

Art. 2º O referido benefício, terá validade para isenção da taxa para transpor a passagem do Ferry-Boat, apenas uma vez por dia, ida e volta para cada veículo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

É para nós muito gratificante a apresentação deste projeto de lei que pretende isentar do pagamento da taxa para a travessia do Ferry-Boat de Guaratuba, todos os veículos emplacados e pertencentes a proprietários residentes no referido município, cuja validade para a isenção da taxa a passagem ao Ferry-Boat, será apenas uma vez por dia, ida e volta para cada veículo.

A população de Guaratuba desloca-se com muita frequência passando pelo Ferry-Boat, muitas vezes para buscarem atendimento médico em Paranaguá ou Curitiba, em hospitais regionais e também exames especializados, bem como serviços públicos federais e estaduais, inclusive estudantes participantes das faculdades de Paranaguá, Matinhos e Curitiba, dentre outros serviços necessários fora de Guaratuba.

Por esta razão faz-se necessário a isenção da taxa para a travessia do Ferry-Boat, uma vez por dia, ida e volta, facilitando assim aos seus moradores que trabalham e estudam fora de Guaratuba.

Bem inspirados foram, pois aqueles que se bateram para realização - qual a de construir o Ferry-Boat de Guaratuba. Possuindo a brava população um instrumento de comunicação que lhes permite ascender a passos largos na via do progresso.

Na presente circunstância necessitamos atualizar nossos companheiros programáticos para marcar uma perspectiva para a Sociedade de Guaratuba a partir de se construir por meio de ordenamento dos fundamentos da sociedade que espera com ansiedade a aprovação deste projeto de lei.

A base de reordenamento são compromissos estratégicos que resolvemos adotar, os quais fazem parte do ideário de Guaratuba.

Com isso, esperamos a compreensão dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei em regime de urgência para minimizar o sofrimento da população do município de Guaratuba.

PROJETO DE LEI Nº 682/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as instituições de rede pública de ensino estadual obrigadas a fornecer alimentos funcionais na merenda oferecida aos alunos.

Parágrafo Único. Dentre os alimentos funcionais, que se refere o *caput* deste artigo, estão relacionados abacate, alho, cebola, cenoura, inhame, batata doce, frutas cítricas, chá verde, couves, brocolis, repolho, nabo, aveia, trigo, arroz integral, leites fermentados, tomate vermelho, amora, goiaba, uva vermelha, sucos, soja e derivados.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretária de Estado da Educação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões, em 17.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei, tem por finalidade dispor sobre a obrigatoriedade do fornecimento de alimentos funcionais na merenda oferecida aos alunos.

A intenção do autor ao iniciar a presente proposição, é que alimentação é importante não só para manutenção da vida, mas também porque os componentes dos alimentos podem ser bons ou prejudiciais à nossa saúde. A importância da nutrição no caso das doenças crônicas começou a ser discutida na primeira metade do século passado, quando doenças cardiovasculares e o câncer passaram a substituir as doenças infecciosas com as causas mais importantes de mortes prematuras. Num tratado sobre câncer publicado em 1608, W. R. Williams já concluía que “a incidência de câncer está muito relacionada à nutrição”. Os alimentos contêm componentes naturais e sintéticos que tanto podem inibir como promover o processo carcinogênico. As propriedades protetoras dos alimentos foram descritas em vários trabalhos científicos.

Os estudos do controle do câncer em relação ao tipo de frutas, verduras e vegetais que ingerimos mostram alguns resultados interessantes. Em mais de 80% dos estudos, verificou-se que vegetais de folhas bem verdes, alho, cenoura, brócolis, repolho, frutas cruas e frescas, especialmente frutas cítricas, evitam a ocorrência de câncer. Alguns estudos mostram que muitos legumes também são ativos na prevenção do câncer.

Com a colocação de alimentos funcionais nas merendas daremos condições aos nossos alunos de absorver melhor o conhecimento transmitido pela escola, possibilitando-lhes um futuro mais promissor.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposta em tela.

**PROJETO DE LEI Nº 683/07**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica acrescido o inciso V, na alínea “a”, do artigo 2º, da Lei nº 14087, de 12 de setembro de 2003, que criou o Programa Luz Fraterna, com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

a) (...)

V - clubes de mães e associações de moradores, declarados de utilidade pública estadual.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões, em 17.09.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

**Apoio:**

Luiz Accorsi

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei apresentado, visa incluir entre os beneficiados pelo Programa Luz Fraterna as entidades clubes de mães e associações de moradores, declarados de utilidade pública.

A matéria é louvável pois tais entidades objetivam atender a população sem o intuito de obter lucros.

Através deste projeto, será estendido este benefício à muitas entidades beneficentes que atual em programas sociais que vêm auxiliando o Governo do Estado a beneficiar a comunidade.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

**PROJETO DE LEI Nº 684/07**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Apoio e Restauração Divina - ACARDI, do município de União da Vitória, inscrita no CNPJ sob o nº 05.441.255/0001-03.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) PEDRO IVO

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto da Associação Casa de Apoio e Restauração Divina - ACARDI, inscrita no CNPJ sob o nº 05.441.255/0001-03, com sede na estrada André Balandini, s/nº, no Distrito de São Domingos, município de União da Vitória, PR, tem por objetivo prestar serviço de assistência social a pessoas carentes de recursos, recuperar pessoas portadoras de dependência química, promover palestras educativas e de apoio aos dependentes químicos e seus familiares, proferir palestras em escolas e encontros de formação alertando sobre perigos das drogas, humanizar a relação paciente/comunidade, buscando reconduzi-lo a sociedade, divulgar o trabalho realizado pela associação através de palestras, conferências, seminários, fóruns e debates junto ao mercado de trabalho apoio aos pacientes recuperados restituindo-lhes a cidadania e a credibilidade.

A aprovação do referido projeto facilitará esta entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do Poder Público Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 685/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Engenheiro Beltrão.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Servidores Públicos Municipais de Engenheiro Beltrão é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos e, regularmente constituída de acordo com a legislação brasileira.

Em suas atividades a entidade presta atendimento a diversas áreas a seus associados, tais como: recreação sócio-desportiva, atividades comemorativas e confraternizações nas datas de primeiro de janeiro, carnaval, dia do trabalhador e outras, a todos os servidores públicos municipais de Engenheiro Beltrão.

Outrossim, disponibiliza o espaço de sua sede a todas as entidades sem fins lucrativos de Engenheiro Beltrão, para que possam usufruir, sem custo, as dependências para realizarem eventos, como o refeitório para recepcionar os Jogos Estudantis, disponibiliza também, o campo de futebol para esses jogos, disponibiliza sua sede para o grupo de terceira idade local ao longo do ano.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e auxiliar cada vez mais as entidades não governamentais que prestam serviços sociais e culturais aos mais necessitados dentro do município.

PROJETO DE LEI Nº 686/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a rodovia que liga o patrimônio de Gauchinha à sede do município de Planaltinha do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.07.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de um percurso de aproximadamente 16 quilômetros.

A região do distrito administrativo de Gauchinha destaca-se pela sua importância econômica no cenário agropecuário paranaense.

Guardadas as devidas proporções, a região ofereceu o trabalho e o sacrifício de sua gente, ao desenvolvimento do estado, contribuindo para a sua pontuação como responsável pela produção de 25% dos grãos em todo o Brasil.

Como é por todos sabido, municípios do porte de Planaltina do Paraná sofrem com a ridícula participação no retorno da sua contribuição para a formação do bolo tributário. Resulta daí a necessidade de o Governo do estado assumir o ônus da conservação do trecho em tela para que a administração municipal não se obrigue a penalizar financeiramente áreas como educação e saúde, notadamente.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos ao Pequeno Expediente. O primeiro orador inscrito é o Deputado Jocelito Canto.

***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Presidente Augustinho Zucchi, nosso valoroso homem do PDT nesta Casa.

É com muita alegria que subo à tribuna hoje para contar um pouco da nossa viagem que fizemos no fim de semana. Estivemos em Assunção, no Paraguai, onde, Deputado Dobrandino, nos encontramos, passamos o fim de semana com o General Lino Oviedo, e para alegria nossa, já estou com o jornal aqui de domingo, e com 10 dias fora da cadeia o General Lino Oviedo já é o 1º colocado nas pesquisas lá no Paraguai. Jornal que V. Exa. conhece bem, o ABC Color, que é, sem dúvida nenhuma, um dos maiores jornais do Paraguai. Ele destaca hoje, na edição de domingo, ontem, “General Lino já tem 31%, o Bispo Lugo tem 27%, Partido Colorado tem 27%”. E o Lino, com 10 dias fora da cadeia, já é o 1º colocado e nem colocou a cara para fora ainda. Está apenas começando a sua campanha, que vai iniciar no próximo domingo, quando o General Lino fará o seu aniversário e por ocasião vai apresentar o seu plano para o Paraguai.

É um plano muito interessante para nós brasileiros, principalmente para nós paranaenses, nós do Paraná, nós de Foz do Iguaçu, para a região do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. O Presidente do Paraguai nos dizia, ontem, que pretende fazer um grande trabalho para acabar com o tráfico de armas que vem muito por Foz do Iguaçu - o General destacava isso - e quer trabalhar no sentido de cada vez mais fazer crescer o MERCOSUL. Nos mostrava um projeto maravilhoso de turismo envolvendo o MERCOSUL.

Por isso, Deputado Romanelli, o nosso Lino Oviedo já é o primeiro na pesquisa. Um homem que foi muito

injustiçado. E trago a esta Casa a palavra do nosso General Lino agradecendo sempre a atenção que teve aqui nesta Casa. E agora a alegria no fim de semana já solto lá no Paraguai, conquistando o 1º lugar nas pesquisas, sem começar a sua campanha.

Aproveito esta ocasião para convidar os Deputados de Foz de Iguaçu: Deputado Dobrandino, Deputado Chico, Deputado Reni, para estarem domingo em Assunção, quando o General vai comemorar o seu aniversário e vai lançar o seu projeto para o futuro do Paraguai.

Então, queria aqui destacar neste momento a importância desse relacionamento. É um relacionamento que temos com o General há muito tempo e junto com o nosso amigo Sâmara, estamos trabalhando com ele há muito tempo, temos lhe auxiliado sempre que possível, temos ajudado naqueles momentos difíceis, e agora nesse final de semana estivemos com ele lá e ele nos falou muito dessa ligação com o Brasil, essa ligação com o MERCOSUL, essa ligação diretamente com o Paraná.

É um relacionamento de casa que temos com o General. Passamos o fim de semana inteiro com ele e conseguimos nos aprofundar um pouco mais nos temas para que haja um relacionamento entre MERCOSUL, o Paraguai, a Argentina, o Brasil e os demais países.

Por isso, trago a esta Casa, hoje, com alegria, que o Lino já saiu da cadeia, 10 dias fora, e já é o preferido nas pesquisas.

A injustiça está se corrigindo no Paraguai. Um homem que foi injustiçado passa, a partir de agora, já na primeira semana que está fora da cadeia, a ser o líder nas pesquisas, segundo pesquisa feita pelo maior jornal do Paraguai, o ABC Color, que é um jornal de muita credibilidade, de muito respeito no Paraguai, e um jornal que coloca a pesquisa dando essa vitória parcial ao nosso General Lino, que é a esperança do povo paraguaio.

É isso que queria comentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (Democratas)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na sexta-feira, Sr. Presidente, estive em Foz do Iguaçu participando da XVII Convenção da FACIAP, ou seja, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná. Fui surpreendido, Sr. Presidente, por alguns telefonemas vindos da capital, de alguns jornalistas que me perguntavam, me indagavam sobre essa mensagem que o Governo do Estado estaria enviando para a Assembléia Legislativa, no que diz respeito à participação das licitações da concessão das rodovias federais, a qual o Governo Federal vai promover no estado do Paraná.

Srs. Deputados, acho que o Paraná está correndo um risco muito mais sério do que possamos imaginar. Se não bastasse, Srs. Deputados, a fuga dos investimentos do estado do Paraná para outros; se não bastasse os exploradores ou importadores procurarem outros portos do nosso Brasil; Paranaguá e Antonina permanecem estagnados. O porto de São Francisco e de Itajaí não têm mais espaço para nada. Em Navegantes já existe um porto e muitos investimentos estão sendo feitos. Em Itapoá já está se estudando formas de construir um grande porto. Em Imbituba já existe um porto com amplas condições de buscar a sua ampliação também.

E o que o Governador do Estado do Paraná fez? Uma mensagem que ele manda para a Assembléia legislativa, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que esteve fora durante duas semanas, o Governador pede autorização para a Assembléia Legislativa para construir uma empresa para participar de licitações no nosso estado, ou seja, nas concessões. Srs. Deputados, imprensa do Paraná, vejam ao cúmulo que o Governador chega!

A mensagem que veio para o estado, no artigo 2º, parágrafo único diz o seguinte: *A autorização referida no caput deste artigo compreende a constituição de tantas sociedades quantas se fizerem necessárias.*

Não é possível, Srs. Deputados, em pleno século XXI, quando os Parlamentares e a democracia têm que ser fortalecidos, no estado do Paraná nós andarmos na contramão. O Governo do Estado, ao invés de se preocupar com as suas condições básicas, que é cuidar da saúde, eu diria o seguinte, Srs. Deputados: o estado do Paraná só não está na UTI por falta de leitos, senão ele estaria, porque a administração está um caos, a segurança está insuportável!

Vou dizer mais, falar de uma região que conheço, Srs. Deputados. Os Deputados Elton Welter, Dobrandino, Duílio Genari, Reni, Nereu Moura e Edgar Bueno, que são do oeste do Paraná, se o Governo do Estado quer participar da concessão de rodovias, da licitação, que ele cuida das suas rodovias!

### ***Passa a usar o horário da Liderança dos Democratas***

Vou dizer para os Srs. Deputados que o convite é para o Governador do Estado do Paraná, outras vezes é para o Secretário dos Transportes, que vão lá para o oeste do Paraná e vejam em que estado se encontram as rodovias estaduais.

Deputado Edson Praczyk, a rodovia de Marechal Cândido Rondon a Pato Bragado está intransitável, de Pato Bragado a Entre Rios, de Entre Rios a Santa Helena, de Santa Helena a Missal, de Missal a Medianeira, de São José a Ouro Verde, de Ouro Verde a Toledo, de Nova Santa Rosa a Maripá, de Nova Santa Rosa a Marechal Cândido Rondon, estou citando apenas algumas rodovias estaduais, que não têm condições de uso.

Dáí vem o Governo do Estado do Paraná mandar uma mensagem, para a Assembléia Legislativa, pedindo permissão para constituir uma empresa para participar das licitações das obras que são licitadas pelo Governo Federal. faço um pedido, principalmente à Bancada do PT: cuidado, atrás dessa mensagem existe algo que se esconde. Olhem o que pede o Governador! Ele pede mais, pede autorização para que sejam cedidos funcionários públicos do estado do Paraná, para participar na elaboração desse projeto. A que cúmulo nós chegamos! Como as empresas da iniciativa privada vão querer competir em uma licitação, quando o Governo do Estado vai usar a máquina pública, para querer participar de uma licitação? Srs. Deputados do PT, um pedido muito especial para os senhores e, principalmente, para aqueles que defendem o Governo Federal: cuidado, atrás dessa mensagem existe uma outra jogada.

Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. que preside a Sessão de hoje, a Assembléia Legislativa tem aprovado para o Governo do Estado, em 2003, diversas mensagens. Quais as mensagens que aprovamos? Autorizando o Governador do Estado do Paraná a encampar as rodovias pedagiadas. Ele não obteve sucesso. Todas foram julgadas ilegais.

O Governador do Estado do Paraná disse em uma ocasião que ele queria pedagiar e assumir a rodovia federal, Deputada Cida Borghetti, da sua cidade de Maringá, passando por Umuarama, indo para Iporã e Francisco Alves, ligando a Guaíra. Não me lembro de tantas mensagens passarem na Assembléia, se aprovamos ou não. E o Governador não o fez, porque não tem competência para isso. O que ele pede agora? Constituir uma empresa, para participar de uma licitação, de uma concorrência pública, que o Governo Federal faz. Eu diria, Srs. Deputados, que tudo isso não passa de mais uma das grandes bravatas do Governador do Estado do Paraná - desculpem-me dizer isto, mas é isto que eu sinto. O Governador, quando foi candidato, Srs. Deputados, em 2002, ora, o Governador do Estado do Paraná, Deputado Anibelli, ele tem formação em Direito, em Jornalismo, ele já foi Governador, foi Senador, foi Deputado Estadual, é Governador pela 3ª vez - quando ele fez a promessa em 2002: "O pedágio baixa ou o pedágio acaba", ele sabia muito bem que nós vivemos num estado de direito democrático e estado de direito democrático tem que respeitar a legislação, tem que respeitar as leis. Ele sabia que jamais poderia acabar com o pedágio.

Então, ele continua ainda hoje com o mesmo discurso, continua o Governador do Estado do Paraná querendo iludir, enganar a população do nosso estado. Agora, não é só enganar. O mais duro, uma coisa que eu sempre tenho dito, todos nós somos passageiros - Roberto Requião é Governador até 31 de dezembro de 2010 - dia 1º de janeiro de 2011 ele não mais será Governador - alguém será Governador do Estado do Paraná e as

suas ações, que ele faz hoje, terão reflexos no futuro. Como muito bem disseram para nós, quando estava presente o Deputado Dobrandino, Deputado Luiz Claudio Romanelli, quando os Procuradores do Estado do Paraná, num café da manhã, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. estava aqui presente, os Procuradores do Estado do Paraná falaram que o passivo que este Governo vai deixar só com as concessões das rodovias, é algo incalculável, algo incalculável! Alguém disse que as indenizações poderiam chegar a algo em torno como da Central do Paraná.

Agora, aonde é que estamos e quem vai pagar essas contas no futuro? E alguém poderia dizer: "Mas Deputado Elio, o senhor está enganado, não é isto que vai acontecer no estado." Ora, as ações já estão correndo na justiça - em algumas o estado já foi condenado - e aquelas em relação às concessões, todas que foram julgadas, todas, o estado perdeu, não ganhou nenhuma, perdeu todas, e haverá de perder as outras também.

Agora, qual o empresário, Srs. Deputados, em sua consciência - não é o Elio Rusch como Deputado da Oposição, mas como paranaense - qual empresário virá para o estado do Paraná, onde o Governo do Estado é contra a livre iniciativa? Qual o empresário que virá para o Paraná, quando o Governador é contra os empreendimentos privados?

Mas nós, como Deputados, não podemos concordar com isto. Espero que esta Assembléia Legislativa, na hora de analisar esse projeto, essa mensagem, que não venhamos a olhar a Oposição e nem a Situação, mas venhamos olhar o estado do Paraná. Esse é um risco, é um perigo muito grande para a economia do estado do Paraná.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Elio, muito obrigado por ceder o aparte. Quero dizer a V. Exa., com todo o respeito que lhe tenho, Deputado combatido, mas esses dados que V. Exa. está dando não conferem.

Eu almocei agora com o Secretário da Indústria e Comércio, Virgílio Guimarães, ele me dizendo que é muito grande o número de empresas, pequenas e grandes, inclusive de fora do Brasil, se preparando para se instalarem no Paraná.

Então, não confere essa sua declaração de qual o empresário que vem para cá. Estão vindo e muito, Deputado Elio! E isto ele tem dados, eu pedi a ele inclusive para mandar para a Assembléia e ele vai mandar.

Queria dizer outra coisa: acho interessante o Governo do Estado entrar nas licitações...

**(ininteligível)**

... provar que o pedágio pode se fazer mais barato.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Dobrandino, se o Governo do Estado quiser participar de uma licitação, então não brinque com a população, faça um entendimento com o Governo Federal, assuma as rodovias, transforme as rodovias em estaduais e explore o pedágio, sem licitação! Por que fazer isso, já que ele diz que cabe ao Poder Público dotar o estado de infra-estrutura?

Agora, Deputado Dobrandino, se formos olhar os investimentos que houveram no estado do Paraná, na época do Requião, é consequência das indústrias que se estabeleceram quando Nelson Justus era Secretário da Indústria e Comércio e o Secretário posterior, hoje Deputado Federal, Eduardo Sciarra. Podemos trazer aqui, aliás eu vou trazer aqui para a Assembléia a quantidade de empresas que assinaram protocolo de intenções no Governo passado que se estabeleceram e outras que não se estabeleceram. Qual o motivo pelo qual elas não se estabeleceram?

Vamos olhar para Santa Catarina, para o porto de Itajaí, vamos olhar o porto de São Francisco, vamos olhar Itapoá que não tem porto e não construir um porto com investimentos públicos e privados! E por que estão indo para lá? Porque aqui no estado as empresas não encontram apoio do Governo do Estado, volto a dizer o que disse e estou encerrando: o Governo que cuide da sua atribuição, que dê segurança para a nossa gente, que invista na saúde, porque no final desse mês, Srs. Deputados, os hospitais psiquiátricos vão fechar no estado do Paraná, por falta de recursos!

Volto a dizer: o estado do Paraná só não está na UTI por falta de leitos, pela incompetência administrativa e pelo espanto dos investimentos do nosso estado!

Obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Pela Ordem)**

Esse microfone é uma beleza, vou fazer mais uma reclamação aqui com a questão dos microfones. Fico apertando aqui, 10 minutos, e não abre o microfone!

Queria fazer uma saudação especial ao Alison Ramos da Luz, Diretor da Secretaria da Indústria e Comércio de Foz do Iguaçu, em meu nome e em nome do Deputado Reni Pereira.

Também fazer uma saudação especial e agradecer a presença do Saul, o Gaúcho, lá de Marechal Cândido Rondon, que é da Executiva do PDT daquela cidade.

Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Pedimos atenção para os funcionários que cuidam do som para que, ao ser acionado, possa imediatamente ser usado.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri, no Pequeno e Grande Expedientes.

## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Obrigado Sr. Presidente Augustinho Zucchi. Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Pedi para falar no Pequeno e Grande Expedientes, Sr. Presidente, inclusive houve entendimento e está sendo dividido com o Deputado Edgar Bueno, porque me parece que há duas situações diferenciadas e justamente por isso estou pedindo 2 horários diferentes.

Primeiro, é para definitivamente tirarmos qualquer dúvida com relação à possibilidade de o Deputado Edgar Bueno ter assinado a PEC que propõe o fim do nepotismo no Paraná. Estou dizendo isso porque quando foi feita a coleta de assinaturas, é bem possível que tenha havido um erro e eu estou assumindo esse erro. Esse erro não tem nenhum motivo de trazer, me desculpe Deputado Edgar Bueno, os transtornos e o constrangimento que trouxe ao Deputado Edgar. Acho que é necessário fazer isso porque, na sequência, quero fazer um debate a respeito da PEC, mas antes tenho a obrigação de dizer que, primeiro, quando fizemos a coleta de assinaturas, falamos com diversos Deputados. Uns ficaram com o projeto, alguns leram, alguns passaram para frente, alguns não leram, outros disseram que assinaram, outros que não assinariam. E o Deputado Edgar Bueno estava no mesmo local onde está o Deputado Marcelo Rangel. Ele pegou o projeto, olhou e disse que não assinaria, pelas razões já aqui citadas.

Deputado Edgar Bueno, estou aqui nesta tribuna pedindo a V. Exa. que me desculpe pelos transtornos causados.

É um episódio que irá trazer desdobramentos. conversei com o Presidente desta Casa e protocolei, no dia de hoje, um pedido para que fizéssemos um exame grafotécnico de todas as assinaturas. Não sei qual será o entendimento da Mesa, mas qualquer medida não dependerá da minha ação, mas da Mesa.

Falei com o Deputado Luiz Claudio Romanelli e disse que iria fazer hoje o pronunciamento, porque não podemos criar uma situação que parem dúvidas.

É uma situação que não me dá nenhum tipo de satisfação. Acho que não dá a ninguém. Nem ao Governo, nem à Oposição, porque quando iniciamos esse debate sobre a PEC, fizemos a partir de uma constatação. No ano passado votamos aqui PEC, perdemos por 4 votos. Tivemos um entendimento com os Deputados que haviam assinado e votado favoravelmente, que deveríamos reapresentá-la assim que obtivéssemos as assinaturas necessárias, ou seja, 18 assinaturas.

No mesmo dia que tivemos a escolha dos Presidentes das comissões, passei a coletar as assinaturas. Alguns Deputados não foram procurados. Por exemplo, o Líder do Governo não foi procurado, porque há uma posição pública já externada. E não iria procurá-lo, nem para ouvir que V. Exa. não iria assinar, e nem para que V. Exa. entendesse que poderia ser, da minha parte, uma

provocação. Mas procurei outros Deputados. Procurei o Deputado Antonio Belinati, que assinou; o Deputado Duílio Genari assinou, o Deputado Marcelo Rangel assinou, o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. falou que encaminhou à Mesa e vou respeitar a posição do Presidente Nelson Justus.

Quero deixar bem claro o entendimento que tenho com relação a essa questão.

Quem responde pelas assinaturas que estão na PEC é o Deputado que apresentou. A Mesa não tem como saber de quem são as assinaturas.

V. Exa. está pedindo desculpas para o Deputado Edgar Bueno. Agora, precisa saber quem são os Deputados.

Tem a palavra V. Exa., por mais 15 minutos.

Muito obrigado!

## ***Passa a usar o horário do Grande Expediente***

O SR. TADEU VENERI (PT)

Falei desde o início que não iria responsabilizar funcionário. Não vou abrir mão de dizer que, se houve erro, o erro é meu. Compete, sim, quando fazemos a coleta das assinaturas, à Mesa dizer se confere ou não.

E o senhor sabe disso, porque tem o livro de autógrafos na Mesa e não conosco. Agora, quanto ao método, não tenho dúvida com o senhor, mas não espere nenhum Deputado, nenhuma Deputada... Estive com a Deputada Rosane no final de semana, quando estivemos participando da Conferência Estadual da Criança e do Adolescente em Faxinal do Céu e tive a oportunidade de falar sobre esse assunto e disse: não vou aqui me eximir de responsabilidade e passar a responsabilidade para o funcionário. Não sou de fazer esse tipo de coisa. Quem minimamente me conhece sabe que eu jamais diria que foi este ou aquele o responsável. E falei isso ao Deputado Romanelli, na quinta-feira pela manhã. Ou não falei? Falei com todas as letras: não transfiro responsabilidades!

Agora, o que estou dizendo, aqui, é que fizemos um processo há 2 anos atrás, não obtivemos sucesso há 1 ano atrás, depois disso começamos a coletar assinaturas, na segunda-feira quando apresentei à Mesa havia uma assinatura que havia sido feita duas vezes. Me foi devolvido na segunda-feira, procurei o Deputado Rossoni por volta das 14h30, 15h00, o Deputado Rossoni assinou e na terça-feira apresentamos. Esse foi o caminho feito. Acho que esta Casa merece esclarecimento. O que estou dizendo aqui é que não vamos, de forma nenhuma, nos proibir de fazer um debate aqui dentro sobre esse assunto. E não estou dizendo que alguém está proibindo.

Se me for devolvido o projeto, se for arquivado o projeto, qualquer medida que seja tomada - e que a medida tomada pela Casa seja entendida como medida necessária - vou continuar buscando fazer aquilo que me

comprometi a fazer com os Srs. Deputados no ano passado, quando perdemos por 4 votos, Deputado Augustinho Zucchi.

Vou tomar mais cuidado. Provavelmente muito mais cuidado, mas não vou abrir mão de fazer isso. Por que digo isso? Porque há uma insinuação, inclusive na imprensa, de que a assinatura teria sido feita de uma forma a criar um falso número de assinaturas. Isso é bastante complicado, porque durante todo esse tempo, e o Deputado Romanelli desde o primeiro dia falou, tivemos o cuidado de não apontar que isso teria sido desta forma ou daquela. O Deputado Romanelli falou isso, falei isso também. Agora é preciso que deixe claro.

Estou protocolando um pedido para exame grafo-técnico, porque acho que é preciso que seja feito. Se vai ser feito ou não vai ser feito não sei. Agora, não quero deixar nenhuma dúvida com nenhum Deputado sobre o método que foi utilizado. Estou fazendo esse debate desde o início deste ano, não é segredo para ninguém, fui cobrado por alguns Deputados, inclusive porque não estava conseguindo as 18 assinaturas. O Deputado Douglas Fabrício, por algumas vezes, me encontrou pelos corredores e perguntou quando eu iria apresentar a PEC, e eu falei a ele sucessivas vezes: no dia em que tiver as 18 assinaturas, porque não posso fazê-lo sem ter as 18 assinaturas. O Deputado Reni Pereira fez a mesma pergunta.

Me reuni com o meu partido por algumas vezes, meu partido tem uma posição, estivemos juntos inclusive quando debatíamos as 30 horas.

Estive com o Deputado Enio Verri, antes que ele se licenciasse, quando discutíamos a presidência da Mesa nesse hotel aqui ao lado, e o Deputado Enio Verri também colocou a sua posição. Não é segredo para ninguém o debate que fizemos, como foi feito e de que forma foi feita. Agora, é claro que se há constrangimento, não tenho nenhum problema em pedir desculpas, mas se ocorreu isso, não foi porque houve má fé, inclusive o Deputado Carlos Simões, que está aqui, por diversas vezes dizia: "Se faltar uma assinatura me traga que eu assino." Falou ou não falou?

O Deputado Jocelito Canto, junto com o Deputado Fábio Camargo, o que lhe pedi? Quer assinar? Está aqui. Pegue, olhe, leia e se quiser assinar, assine. Deixei na sua mesa. O senhor me falou: "Não assino."

O Fábio Camargo falou: "Eu não assino, porque se eu assinar causa constrangimento, inclusive aos familiares, e eu tenho uma outra PEC que está tramitando e pretendo fazê-la."

Então, Srs. Deputados, lembro muito claramente da maioria das pessoas para as quais pedi assinatura e a resposta que foi dada por alguns Deputados.

Alguns alegando que no ano passado não obtivemos os votos, inclusive, do PT. Alguns alegando que o Governo foi eleito mesmo dizendo que tinha uma prática e que iria continuar com ela. Alguns alegando que esse era um processo que só beneficiava o autor.

Quero deixar claro que se for para retomar esse processo, não tenho nenhum problema. Falei isso, Presidente, à Deputada Cida Borghetti. Não tenho nenhum problema em fazer a PEC inteira e entregar na mão do Deputado que quiser fazer a coleta de assinatura. Sou o primeiro a assinar! Nenhum problema! Porque tenho o entendimento que essa é uma ação que é muito maior, Deputada Beti Pavin, que o mandato. É convicção. Eu tenho convicção que o artigo 27 da Constituição Federal não permite.

É por isso que estou trabalhando, para que possamos chegar a termo nesse processo. Se vou conseguir, se vamos conseguir, se outros vão conseguir, não sei, mas o que eu não posso é simplesmente cruzar os braços e desistir.

Passo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Tadeu Veneri, quero dizer a V. Exa. que não são os que apoiaram o projeto que têm que dar essa explicação. Não é uma questão de pedir desculpa ou não pedir desculpa aqui.

Sempre tive o cuidado de não subscrever a essa sua emenda, porque na outra oportunidade eu me senti usado, por quê? Nós subscrevemos e, depois aconteceu o que aconteceu.

O dia que V. Exa. nos trouxe a emenda, eu tive o cuidado e V. Exa. deve ter observado, de enumerar assinatura por assinatura. Fui eu que coloquei lá, 1, 2, 3, 4, são tão poucas assinaturas que certamente é muito difícil não sabermos quem colocou lá a sua assinatura. Acho desnecessária essa explicação. V. Exa. não tem que pedir desculpa só para o Deputado Edgar Bueno. Permita-me, V. Exa. tem que pedir desculpa a todos os Parlamentares que subscreveram confiando em V. Exa.

V. Exa. terá que dizer a nós, aqui, quem subscreveu, porque senão vai ficar muito no vazio. Eu quero dizer que assinei, porque tenho confiança em V. Exa., porque acho uma boa ação de V. Exa., sei das dificuldades, mas está muito simples esta explicação, alguém assinou, alguém falsificou. Alguém tem que dar essa explicação, não apenas ao Deputado Edgar Bueno, mas eu também preciso de explicação.

Obrigado.

#### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)**

Deputado Tadeu, antes de chegar a esta Casa, vi um dia, trabalhava no SEBRAE, lendo os jornais de manhã, um jornal trazia uma informação que V. Exa. tinha apresentado, aqui nesta Casa, um projeto de lei, acabando com o nepotismo. Achei muito importante. Dei parabéns a esse Deputado e a todos os demais que estão assinando essa lei.

Só que depois já veio, na sequência, reportagem dizendo que o Governo ia mandar um projeto de lei ainda melhor para acabar com o nepotismo. Na verdade, foi uma situação inventada para embolar o meio de campo,

daí continuou reinando o nepotismo no Paraná, em várias prefeituras e no Governo do Estado.

Enfim, eu me elegi Deputado Estadual, este era um compromisso e é um compromisso meu de campanha, de reduzir, de acabar com a história de ficar empregando parentes, se utilizando desta teta do dinheiro público para servir de emprego a parentes, muitas vezes desqualificados. Isto vale para as prefeituras municipais, para as várias esferas de Governo, seja Executivo ou Legislativo, enfim.

Eu sabia que V. Exa. iria apresentar novamente o projeto. Cheguei aqui e conversei com V. Exa. e V. Exa. me disse que estava coletando as informações, coletando as assinaturas, uma por uma, para poder atingir o número mínimo das 18 e poder apresentar à Mesa Executiva e para que, com todos os demais Deputados, pudéssemos discutir um projeto destes para o Paraná.

E o senhor foi demorando, o senhor foi demorando. Eu cobre V. Exa. várias vezes, aqui: o senhor vai ou não apresentar aquele projeto? Cadê aquele projeto? Está tão difícil assim conseguir as assinaturas?

Eu mesmo conversei com outros Deputados que tinham interesse em apresentar esse projeto e que depois assinaram esse projeto de V. Exa., como é o caso do Deputado Valdir Rossoni. Só que, o que aconteceu? Desculpe a franqueza, mas estou me sentindo enganado, porque assinei com V. Exa. o projeto, foi para aquela Mesa e depois vem uma conversa de que tinha uma assinatura, tinha um Deputado fantasma, tinha não sei o quê.

E aí a Mesa está com o projeto. Eu não sei se o projeto fica na Mesa, se volta para a sua mão. O que me parece é que, de novo, o meio de campo embolou. E de novo vai continuar no Paraná o nepotismo, nas prefeituras municipais. A teta do dinheiro público está sendo sangrada, o povo fica nos esquecimento, e muitas saem para as câmeras de televisão, aparecendo nos jornais, e o povo fica lá pagando o preço do nepotismo no Paraná.

Então, gostaria que V. Exa. explicasse para toda esta Casa, para a imprensa, para a população, porque eu assinei sua PEC, tinha um compromisso com a população. Gostaria muito que esta Assembléia desse este exemplo para o Paraná, aprovando uma lei destas, para que pudesse dar este exemplo para o Brasil, acabando com o nepotismo no estado.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Só que quero fazer um pedido, Deputado Douglas Fabrício. Tranquilo, tranquilo, seja qual for a decisão da Mesa, vou lhe entregar a PEC e o senhor vai ver se consegue as 18 assinaturas, aqui dentro. Vai ver por quê? Porque não embolou o meio de campo, não, Deputado. Não sei o que significa embolar o meio de campo, mas não embolou. Não fui procurado nenhuma vez pelo Deputado Romanelli, por exemplo, para que não apresentasse o projeto. Nenhuma! E por ninguém! O que acontece é que não temos condições, muitas vezes, de fazer o convencimento.



Agora, se eu não tenho esta condição de fazer, talvez V. Exa. tenha! Talvez outro Deputado tenha! E fico muito contente e satisfeito que o senhor tenha colocado desta forma, porque é tranqüilo: apresente a PEC. E eu falei, inclusive, para o Deputado Fábio Camargo: apresente para o dia seguinte. Agora, é preciso que seja apresentada, porque se não for apresentada, do céu ela não vem. Do céu ela não vem!

**O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)**

Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. já deve estar percebendo que o sentimento do Deputado Valdir Rossoni, Deputado Douglas Fabrício, é comungado por muitos que assinaram.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sem a menor dúvida.

**O Sr. Reni Pereira (PSB)**

O nosso bloco foi quem o senhor primeiro procurou para assinar, e eu confesso que eu e o Deputado Edson Praczyk, que vivenciamos este problema no mandato anterior, e toda aquela novela e inclusive por votos do PT, aqui nesta Casa, que não foi aprovada a emenda, o projeto de V. Exa. na legislatura passada, e que nós, naquele momento, entendemos que em que pese a grande maioria dos que assinaram e votaram terem sido utilizados, V. Exa. estava, na verdade, bem intencionado.

Nesta ocasião, nós, como de praxe, no bloco, deliberamos em conjunto. Confesso que hesitamos em assinar. Só assinamos por interferência direta da Deputada Rosane Ferreira que disse: “Olha, é algo que temos que assinar”. E eu lembro muito bem que falei para V. Exa. que eu só manteria minha assinatura depois que todos da Bancada do PT assinassem. E V. Exa., na segunda-feira, protocolou. Não falo, com isso, que quero retirar. Não retiro. Apóio V. Exa. nisto. Mas, confesso que realmente fico cada vez mais constrangido em assinar e apoiar medidas como esta, porque criam uma expectativa na população e com certeza, hoje, esta frustração que não é só do Deputado Douglas Fabrício, Deputado Rossoni, com certeza não é só minha, é da população paranaense também.

Então, é algo muito grave

o que ocorreu e temos que passar a limpo, sim, temos que ver quem foi que assinou, porque tenho certeza que V. Exa. não iria usar esse subterfúgio de falsificar uma assinatura, até porque não precisaria disso, tinha assinatura de várias pessoas que queriam, porém, alguém fez, e esse alguém tem que ser identificado porque a população do Paraná cobra que a Assembléia identifique quem é esse Deputado fantasma, ou quem cometeu esse ilícito aqui dentro.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Tadeu Veneri, quero dizer que penso que tenha esgotado o meu pensamento sobre o tema. Fui absolutamente franco, sincero disse tudo o que eu achava sobre o tema. Agora, me parece, da nossa conversa de quinta-feira, falta uma coisa de forma clara, limpa e transparente em relação ao seu posicionamento, ao seu comportamento, que é em relação ao Deputado Edgar Bueno, porque o Deputado Edgar Bueno, me desculpe, foi absolutamente linchado, como se tivesse sido o autor da assinatura...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Qual o comportamento que falta, Deputado Romanelli?

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Falta o senhor dizer com todas as letras que procurou o Deputado Edgar Bueno, que...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Mas o senhor não ouviu então o que eu falei no início? Eu falei que procurei o Deputado Edgar Bueno e ele falou que não assinou e que não assinaria, pelas razões expostas aqui. Está querendo dizer o quê?

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Dizer o seguinte...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Mas já foi dito!

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Não foi dito.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Mas então o senhor não ouviu! Pelo amor de Deus, Deputado, aí nós precisamos ter 4 orelhas!

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Não, mas eu perguntei para vários Parlamentares aqui que não tinham ouvido...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Mas então o senhor ouça pela segunda vez: Deputado Edgar Bueno, procurei-o no local aonde está o Deputado Marcelo Rangel, o Deputado Edgar Bueno pegou o projeto, leu, olhou, me devolveu e falou: “Não vou assinar porque esse projeto não foi aprovado pela população paranaense, uma vez que elegeu o Governador Roberto Requião que mantinha os seus parentes e disse que manteria”. Foi ou não foi isso que foi falado? Foi dito agora, Deputado!

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Mas eu pergunto ao senhor, Deputado Tadeu Veneri, o site seu e da Assembléia, quando foi a notícia, os Deputados que haviam assinado, não foi o nome dele?

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Deputado, calma, deixa eu lhe falar. Sr. Presidente não dá para fazermos de conta, o senhor é um Deputado inteligente, adulto, maduro e experiente, o senhor sabe disso e o senhor sabe aonde o senhor quer chegar. Não insinue que eu não falei aquilo que eu disse aqui, está nas notas taquigráficas, Deputado. Se é alguma coisa com relação a esse Deputado seja claro, objetivo, transparente. Agora, não faça o papel de advogado porque o senhor não é, não lhe foi dada procuração para fazer isso.

Solicitei ao Deputado Edgar Bueno se houve, e houve o constrangimento. Me desculpe. O Deputado Valdir Rossoni falou que esse deve ser o comportamento com toda a Assembléia, e estou fazendo. Agora, não passa disso, houve erro, houve imperícia, talvez não tenha sido devidamente tomado o cuidado, como aliás o senhor me falou. E o senhor me falou mais uma coisa: “Esse pronunciamento eu vou elogiar publicamente”. Eu estou esperando, Deputado.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

V. Exa. terminasse de fazer o pronunciamento, porque olhe, sinceramente, falar assim: “Eu errei ao identificar a assinatura do Deputado Edgar Bueno”. E o Deputado Edgar Bueno pagou um preço e está pagando um preço político alto por isso. V. Exa. tem que dizer isso, Deputado Tadeu Veneri. Desculpe, mas eu aqui nesta Casa, quantas vezes em algumas matérias eu volto atrás, peço desculpas e digo: olha, eu errei aqui.

O que esta Casa está esperando não é fazer uma sindicância com a Polícia Científica. A Casa, na verdade, está esperando o quê? Que V. Exa. diga o seguinte: “Foi errado divulgar o Deputado Edgar Bueno”. Ponto. É isso!

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Não, Deputado, o senhor não pode. Como Deputado o senhor tem todo o direito de dizer o que o senhor pensa, mas como Deputado V. Exa. não tem direito de dizer o que eu tenho que pensar.

Nossos mandatos são diferentes. Fiz isso e avisei o Deputado Edgar Bueno antes de chegar aqui.

Não dá, Sr. Presidente, para fazermos um jogo aqui que acho muito complicado! Já falei: há erro? Há erro. Reconheço o erro? Reconheço o erro.

Acho que há, sim processos que criam dificuldades. E falei isso ao Deputado Edgar Bueno. Falei isso, na sexta-feira, numa rádio aqui de um Vereador que é do PDT, inclusive.

Falei isso, Deputado Romanelli, porque V. Exa. com sua experiência, me colocou isso aqui, ali junto com mais 3 pessoas: o jornalista do Jornal de Maringá, a assessora da bancada e o nosso assessor. E V. Exa. me falou isso: “Tadeu, é complicado. Precisamos saber quem.” Falei: Não sei quem assinou isso, se soubesse já teria dito. V. Exa. falou: “Eu sei disso, mas precisamos pedir desculpas ao Deputado Edgar Bueno.” E o que falei mais, num diálogo informal: não vou passar a responsabilidade para

funcionário. E o que V. Exa. me disse: “Se não for um funcionário, será você.”

Então, vou ser eu! Não passo a responsabilidade! Falei desde o início. Vamos ser claros nessa história.

Creio ter feito os esclarecimentos nesta Casa. Acho que a imprensa conhece, sabe do esforço que tenho feito para que essa matéria possa vir a ser votada. Se vai ser, no futuro, não sei. O que sei é que não gosto de deixar as coisas com meias palavras. Por ter conversado com o Líder do Governo é que estamos fazendo esse debate aqui.

Se há constrangimento com os demais Deputados, já falei o que penso.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra, Deputado Edgar Bueno.

***Deputado Edgar Bueno (PDT)***

**O SR. EDGAR BUENO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Como todos sabem, na semana passada fomos submetidos a uma situação constrangedora nesta Casa de Leis, que teve repercussão por todo Paraná através da imprensa: a falsificação de assinatura para subscrever a PEC.

Merece urgente e exemplar atitude da Corregedoria Parlamentar, a quem compete fazer sindicância sobre a denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa no Estado do Paraná, envolvendo Deputados, para em seguida a conclusão, encaminhar o caso a quem deve julgar.

É competência e dever da Corregedoria apurar isso, assim diz o artigo 262 e os seguintes do Regimento Interno, para que dúvidas não parem no ar, até porque, a malevolência se mostra sempre mais ativa do que benevolência.

Devemos impedir que isso aconteça, e o Conselho de Ética, no artigo 258 também, que faça a sua parte.

Não posso isso, porque como primeiro interessado na investigação maior, vítima no caso em tela, mas no que me compete à qualidade de integrante do Poder Legislativo, ao contrário de envolver-se em fatos lamentáveis como este, deve servir de paradigma para que, efetivamente, possa cumprir sua principal função que é a de legislar - entenda-se elaborar leis gerais que interessam à população e fiscalizar a atuação dos agentes de órgãos públicos. Não fomos eleitos para agir de maneira pequena, como por vezes ocorre, me parece.

Considero meritória a proposta apresentada pelo Deputado Tadeu Veneri, porém, não poderia me calar sendo surpreendido como subscritos de iniciativa que não faço questão de propor, porque, realmente, considero que zelar pelo princípio da eficiência e moralidade na administração pública independente do grau de parentesco, vai da intenção do gestor público agir com honestidade ou

não. Tanto ele poderá observar isto nomeando parentes, quanto desonrar sendo coibido de tal nomeação. Poderia aguardar para ouvir as opiniões e partilhar dessa minha visão com os nobres Parlamentares quando da apreciação do mérito dessa matéria. Contudo, o uso de expediente condenável por quem tenha a pretensão de posar como moralista, me faz ir tribuna, até para questionar certas incoerências.

Não entendo, por exemplo, como é que, mesmo sem ocupar cargo comissionado, o filho do Presidente Lula se tornou um dos empresários mais ricos do setor, nos últimos 5 anos. É necessário fazer uma reflexão. Moralidade não está só em empregar ou não empregar parentes. Na quadrilha do mensalão, que tomou conta do poder no Brasil, cujos atores principais agiam como comissionados a partir dos mais altos escalões do Governo central, que culminou com o indiciamento de 40 acusados dos mais altos crimes de corrupção que se tem notícia, não havia nenhum parente, porém, companheiros do Presidente Lula, diversos dos quais dirigentes do Partido dos Trabalhadores, falsos moralistas e protegidos pelo Palácio do Planalto.

Portanto, Deputado Tadeu Veneri, não há problema algum em votar a favor ou não à proposta de V. Exa., mesmo considerando que esse tipo de iniciativa não consiga, por si, moralizar a vida pública. Que me desculpem os demais Parlamentares do PT, mas me leva este momento a fazer uma reflexão sobre moralidade, que não quer dizer nepotismo.

O meu nome foi jogado pela imprensa por todos os cantos deste estado. Alguns comentaristas me chamando de Deputado laranja, outros comentarias dizendo que eu “amarelei” diante da pressão; outros dizendo que assinei, me arrependi e tirei a assinatura. Tudo isso saiu na imprensa, tudo isso!

V. Exa., Deputado Tadeu Veneri, logo após o episódio, se tivesse tido a dignidade que teve hoje, com certeza o senhor teria evitado que o meu nome fosse jogado na lama, como foi. O senhor poderia ter feito isso no dia, mas eu ouvi algumas entrevistas suas quando o senhor suscitou dúvidas: “É, se o Deputado está dizendo que não é, talvez não seja, mas vamos pedir exames para verificar isso!” Essa dúvida, Deputado, foi um erro grave que V. Exa. cometeu. Todos nós estamos sujeitos a erros, mas o erro do caráter e da dúvida não pode ser perdoado.

Srs. Deputados, o Sr. Deputado Tadeu Veneri deve desculpas a Mesa, aos demais Deputados, deve desculpas não só a mim.

Fui Deputado por 2 mandatos, fui Prefeito de Cascavel por um e voltei para esta Casa. O Paraná inteiro tem dúvida sobre a minha conduta, Cascavel não tem, porque mesmo sendo Prefeito, fui o único Prefeito do Brasil que não nomeou sequer a esposa que trabalhou no PROVOPAR. Eu sou o único Deputado do Brasil que não nomeei a minha esposa e nenhum parente, nem na Prefeitura e nem aqui na Assembléia. Por isso, V. Exa. deu matéria, deu arma para os meus opositores em Cascavel, mas o

povo não acredita. O povo sabe que tenho ética e moral, independente daquilo que está no papel, da lei e do que escreveram.

#### **O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Deputado Edgar Bueno, na sequência, permite-me um aparte?

#### **O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

Sim, Deputado. Daqui a pouco.

A obrigação de saber quem assinou o papel é do Parlamentar. O Parlamentar vai falar com todos os Parlamentares, com vários. Vários deles assinaram. O Deputado Douglas Fabrício teve que cobrar: “Quando o senhor vai apresentar esse projeto? Ou o senhor quer mais uma semana, mais duas, mais um mês de mídia?” O Deputado também cobrou de V. Exa., ele quis saber por que o senhor não levava esse projeto para ele assinar. Isto me parece, Deputado Nelson Justus, que havia um interesse de levar, jogar mais uma mídia aqui, mais uma manchete lá, o único Deputado da moralidade, o único Deputado que preza pela legalidade do Poder Público.

Vejam, então, V. Exa. que é Deputado do PT, Zé Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares, Silvinho Pereira, João Paulo Cunha - ex-Presidente da Câmara, Paulo Rocha, professor Luizinho, Ângela Guadagnin - aquela que dança bem, Gushiken, Valdomiro Diniz, todos esses, no mínimo são parceiros de política, nenhum é parente do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas todos acobertando e participando da imoralidade que assistimos no Congresso Nacional.

Vamos jogar com transparência. Não vamos brincar de que só eu é que tenho moral e valor. Não vamos brincar com a sensibilidade das pessoas. Sei quer o senhor não vai falar com a imprensa e mesmo que vá, esse assunto já não tem mais a mesma importância. Aquele comentarista com aquela voz fúnebre, que parecia que vinha lá do fundo do caixão: “Este Deputado é laranja. Este Deputado amarelou. Este Deputado cedeu à pressão do Líder do Governo,” ele não vai mais falar absolutamente dada, ele já espalhou o meu nome como se espalha penas ao vento.

V. Exa., por mais que me peça desculpas, aqui, jamais vai poder corrigir esta falha imperdoável. Porém, vou lhe desculpar, mas é imperdoável. Tenho certeza que V. Exa., ouvindo isso de mim e dos demais Parlamentares, V. Exa, que tem um futuro brilhante pela frente, vai amadurecer, olhar com mais responsabilidade, vai conferir as assinaturas daqueles que se propuseram a colocar a assinatura, e querer jogar para a Mesa, querer jogar para funcionário! V. Exa. é quem tem que dizer quem são os 18 Deputados que assinaram o seu projeto! V. Exa. é quem tem que dizer isto, não é mais ninguém, a não ser que o senhor tivesse feito um requerimento para a Mesa pedindo que conferisse as assinaturas. V. Exa. não fez isto! Assim como eu cheguei à Mesa agora para falar, V. Exa. pediu o Grande Expediente, era todo meu, pediu

o Pequeno Expediente, eu digo: mas meu Deus, o senhor não tem que dar tanta explicação, o senhor só tem que pedir desculpa, e o senhor não cedeu para mim a metade, mas por pressão da Mesa sugeriram ao senhor que cedesse a metade do seu espaço para mim, mas para mim, pessoalmente, V. Exa. não cedeu absolutamente nada, e é bom que isto fique claro aqui.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Obrigado, Deputado Edgar Bueno.

Deputado, eu assisti pelo rádio o comentário da CBN, com o jornalista Massa e fiquei com vergonha, dentro do meu carro, ouvindo da forma como ele colocou, que aqui é um bando de picaretas.

E eu diria, Sr. Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados, é muito sério este caso. Estou pagando o preço na Justiça por não recolher uma taxa de R\$ 5.

Este episódio aqui é muito mais grave do que o nepotismo. E quero pedir ao Sr. Presidente, não quero aqui, de forma nenhuma, entrar no mérito e eu não estou duvidando, em nenhum momento, da seriedade do Deputado Tadeu Veneri, mas alguém, como diz o Deputado Edgar, alguém errou nesse processo e não pode ficar esta dúvida no ar na opinião pública, vai ser um desgaste enorme, daqui a pouco não passa, não têm mais validade as nossas ações na Assembléia.

Então, queria agradecer ao Deputado Edgar por me ceder este aparte, mas só para testemunhar, eu fiquei com vergonha ouvindo o comentário do jornalista Massa, na CBN, nos colocando um bando de picaretas. Isto é um absurdo!

**O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

Muito obrigado, Deputado Dobrandino, foi importante o senhor fazer este depoimento, porque eu li muitos e ouvi muitos.

Deputado Tadeu Veneri, tem 36 Deputados aqui que o senhor poderia colocar o nome de qualquer um. Por que o meu? O senhor sabia que eu ia reagir, porque eu reajo sempre que necessário. Eu não sou Deputado laranja que vai no embalo, vai na manchete, assina e não, então deixa que eu assino, não é meu, mas eu vou confirmar o ilícito, isto jamais aconteceu na minha vida, jamais, e não vai acontecer.

Então, 18 assinaturas. Foi suscitada uma dúvida e esta dúvida, há comentários nos corredores que isto foi proposital, coisa que eu não quero acreditar.

**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Edgar Bueno, V. Exa. foi brilhante, realmente merecedor de todos os elogios possíveis que possam ser feitos neste momento, desta Casa. Conheço a sua história, tive a oportunidade de conviver com V. Exa em

muitos momentos na vida pública, tenho convicção absoluta de que V. Exa. é um homem determinado, é um homem ousado, aguerrido, que luta de forma intransigente na defesa do seu propósito, da sua postura e da sua honra.

Por esta razão, não podemos conceder que a vaidade de pessoas, no afã da promoção pessoal, da motivação de todo dia fazer parte da mídia, de aparecer no contexto estadual como se fosse o grande moralizador deste Paraná, enquanto aqueles outros que aqui estão, na verdade, nada representam para a sociedade paranaense. Não podemos conceder, de forma alguma, e atitudes como essa devem, sim, ser reprimidas e V. Exa., na grandeza da sua pessoa, está tendo a humildade de dizer ao próprio Deputado Tadeu Veneri que, apesar de pairar sobre ele a dúvida de que a propositura da assinatura tenha partido de V. Exa., quer compreender que não tenha sido ele o mentor dessa iniciativa.

Por isso, Deputado Edgar Bueno, tenho convicção absoluta de que realmente V. Exa. está absolutamente certo daquilo que pretendiam: atingir V. Exa., com certeza, num novo momento político, num novo embate político que deverá acontecer, porque eu sei as suas pretensões. Exatamente por isso, quem sabe, estejam procurando macular uma imagem construída com trabalho, com dedicação, com denodo, com desprendimento, uma imagem honrada que, com certeza, será preservada no contexto da sua cidade e no Paraná como um todo!

Por isso quero, neste momento, deixar aqui evidenciado o nosso respeito e a nossa admiração e se alguém tem a responsabilidade de tornar público, de vir aqui nesta Casa e dizer quem foram os Srs. Parlamentares que assinaram a propositura dessa PEC é exatamente o autor, porque 18 assinaturas é impossível não sabemos quem assinou! Todos nós, quando vamos buscar a assinatura em qualquer iniciativa parlamentar, procuramos deixar claro quando coletamos a assinatura, o nome da pessoa, que normalmente colocamos embaixo. Portanto, V. Exa. está coberto de razão. Não pode carregar esta pecha. V. Exa. tem que ser preservado!

Quero crer, Sr. Presidente, que iniciativas como essa e tantas outras propostas pela vaidade pessoal não apenas atingem o Deputado Edgar Bueno, mas atingem esta Casa, porque esta Casa tem sido alvo de considerações lamentáveis, no estado do Paraná, pela mídia, por iniciativa pessoal de pessoas que, no afã de se promoverem, acabam maculando a imagem de todos.

Muito obrigado. Parabéns Deputado Edgar Bueno.

**O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

Criou uma dúvida e todo mundo aqui nesta Casa, o primeiro que me encontrou foi o Deputado Nelson Justus: “Mas você assinou, Edgar?” Hoje ouvi mais de 5 Parlamentares - além dos que já me perguntaram antes, na semana passada - hoje, aqui neste Plenário, alguns Deputado: “Mas escute, você assinou?” Quer dizer, criou uma dúvida! Meu nome foi jogado na lama, mas nós que

somos políticos, temos que interpretar e saber suportar essas desavenças, esses problemas porque isso acontece no dia-a-dia do político. Eu estava muito quieto, no meu canto, e o meu nome foi envolvido, o Paraná inteiro falou!

Deputado Romanelli, vou ceder um aparte para o senhor, mas queria dizer, antes de ceder o parte e o senhor sabe disso, que eu sou Oposição, eu voto com a Oposição, eu me elegi pela Oposição, vou respeitar a vontade do povo. Se o Osmar Dias tivesse sido eleito eu estaria aqui, do lado da Situação, defendendo aquilo que elaboramos como um projeto de desenvolvimento para o Paraná. Isso não aconteceu, o Requião é o Governador, V. Exa. é Líder de mais de 36 Deputados, mas V. Exa. sabe que sempre que for tratar comigo com referência a qualquer projeto o senhor vem discutir comigo em alto nível, porque não aceito favor, não me dobro diante de nenhum tipo de pressão!

Tenho certeza absoluta que minha dignidade está estampada no meu dia-a-dia, aqui na Assembléia, na rua, onde eu estiver. Quero cumprir meu mandato com dignidade, sem negociação, portanto eu continuo votando com a Oposição. É bom que eu esclareça isso para aquelas dúvidas, porque também vieram questionamentos achando que eu já tinha me entregado para o Governo! Não é assim para eu me entregar para o Governo, não é, Deputado Romanelli?

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Deputado Edgar Bueno, quero dizer a V. Exa. que V. Exa. não precisava ter feito essa preliminar para que eu pudesse falar com V. Exa., porque todos o conhecem, me conhecem também e sabem que somos pessoas que temos temperamento forte, falamos aquilo que pensamos, tivemos o privilégio de convivermos aqui nesta Casa, V. Exa. como Deputado e eu também, e aí V. Exa. foi ser Prefeito em Cascavel.

Quero dizer a V. Exa. que eu fiquei, de fato, e estou até hoje constrangido. O sentimento que me tomou, quem estava aqui na Sessão de quinta-feira escutou o que eu disse, foi porque eu me senti constrangido, porque na terça-feira quando eu questionei, quando V. Exa. colocou para discutir a ata da Sessão anterior, quando eu fiz o questionamento pela falta de conferência das assinaturas que estavam ali apostas à PEC, no legítimo exercício que estava de Líder fiz o questionamento e confesso a V. Exa., nunca imaginei na minha vida que V. Exa. pudesse passar, na verdade, por uma situação tão vexatória como passou esses dias. Sei que deve ter doído e está doendo muito a V. Exa., porque falei com muitos, falei com radialistas, com jornalistas e é uma coisa surrealista a nossa mídia, você fala, explica como funciona a tramitação de uma PEC e de quem é a responsabilidade, diz que o Deputado não assinou, ele diz que não assinou e vem alguém lá e faz uma ilação.

E o que eu questionava o Deputado Tadeu Veneri era justamente isso. Ele sabia que não era V. Exa. que

tinha assinado a PEC, disse: diga logo de uma vez isso, Deputado Tadeu Veneri, que resolve-se o tema e resgata-se a honra do Deputado Edgard Bueno. E confesso a V. Exas. que fiquei, de fato, muito constrangido, porque sinceramente a questão do processo legislativo, do debate político que travamos diariamente contra a PEC, a favor da PEC, tudo isso, tenho posições claras sobre esse tema. Agora, não esperava vê-lo envolvido desta forma que ficou, quase que de forma policial num tema igual a esse.

Por isso, quero dizer, que V. Exa. conte com a minha solidariedade, com o meu reconhecimento e mais, me sinto muito constrangido com isso por ter levantado a questão e suscitado este debate neste tema e ter envolvido o nome de V. Exa. Mas eu não tinha outra forma de fazê-lo.

Quero publicamente dizer que quero pedir desculpas por ter levantado a questão, porque se eu imaginasse que V. Exa. tivesse o nome tão vilipendiado de forma tão injusta, muito provavelmente não teria feito o que fiz, mas fiz no dever de Líder, de tratar uma matéria que é de interesse do nosso partido e do nosso Governo. Quero dizer a V. Exa. que conte com a minha integral solidariedade.

Era isso, muito obrigado.

#### **O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)**

Nobre Deputado Bueno, nosso respeito e admiração. V. Exa. que cumpre o 4º mandato conferido pelo povo. E as pesquisas em Cascavel mostram inclusive o quanto V. Exa. é amado e respeitado pelo povo dessa grande cidade do Paraná. É o nome mais forte, inclusive, para a eleição de Prefeito de Cascavel do ano que vem. Acho que é uma coroação desse importante trabalho que V. Exa. faz nesta Casa e que também realizou como Prefeito de Cascavel.

No tocante à assinatura, até pedi um aparte ao nobre Deputado Tadeu Veneri, mas o tempo estava esgotado, porque é lógico, é natural que a responsabilidade de explicar de quem é a assinatura é do Deputado Tadeu Veneri, que entregou o documento à Mesa, não tem outro. E ele também não está fugindo dessa responsabilidade. Alguém aqui assinou.

O que pretendia perguntar ao Deputado Tadeu Veneri é se, por ventura, talvez em confiança, se ele entregou essa folha com as assinaturas da emenda para algum funcionário, ou para algum outro Deputado ir atrás de assinaturas? Era apenas a curiosidade que eu tinha para tentarmos puxar na memória quem é que assinou de maneira irresponsável, indevida essa Emenda Constitucional, cujo autor é o Deputado Tadeu Veneri.

No meu caso, quero até clarear a V. Exa., o meu nome está lá, está assinado, mas pegou muito mal a todos nós essa assinatura fantasma. Isso coloca num descrédito muito maior toda esta Casa de Leis, todos nós Parlamentares.

De repente, o jornalista Luiz Geraldo Massa faz ataque à Casa. Você vai se defender de que maneira? Quando aqui tem 54 homens e mulheres que receberam o

voto do povo e alguém, de maneira tão irresponsável, colocou uma assinatura inexistente?

Quero fazer essa ressalva a V. Exa. Eu notei que a assinatura não era de V. Exa. Eu cochichei com a minha colega Deputada Cida Borghetti, que ia respingar, e muito, no nome de V. Exa., mesmo sendo inocente. Com o passar dos dias V. Exa. mesmo traz à tribuna essa chuva de ataque de insinuações que o nome honrado de V. Exa. está sofrendo, mas que merece de todos nós Parlamentares o respeito pela grandiosidade, pela magnitude do trabalho imparcial que V. Exa. desenvolve como Parlamentar.

Obrigado.

#### **O Sr. Elio Rusch (Democratas) (Aparte)**

Deputado Edgar Bueno, ouço com muita atenção o vosso pronunciamento. V. Exa. sabe que na semana passada, quando houve a divulgação da apresentação da PEC e dos 18 Deputados que haviam assinado a mesma, o senhor disse que não havia colocado a sua assinatura. Fui perguntar para o senhor, o senhor estava sendo à Mesa, na cadeira da 1ª Secretária. A preocupação que eu tinha, Deputado: o senhor assinou ou não? “Elio, você me conhece”.

Quero dizer, para que fique registrado nos Anais desta Casa, que conheci V. Exa. quando Presidente das Entidades em Cascavel, tive o privilégio de ser Deputado junto com o senhor aqui na Assembléia Legislativa, depois eu vi de perto, porque somos vizinhos de município no oeste do estado, o trabalho que V. Exa. fez como Prefeito e o trabalho que V. Exa. está fazendo agora, aqui na Assembléia Legislativa.

Eu nunca duvidei de V. Exa. e jamais poderia imaginar que alguém poderia colocar qualquer dúvida com relação à conduta, e muito menos, em relação a uma assinatura, quando na verdade não é.

Conheço V. Exa., quero ser solidário com o senhor. Prestei muita atenção, também, Deputado Edgar Bueno, na semana passada quando V. Exa. usava o microfone aqui no Plenário, e disse que nunca se falou tanto do nepotismo numa campanha eleitoral como nessa última de 2002, e que o povo do Paraná havia aprovado o nepotismo, porque não tem eleitor no Paraná que não saiba que o Governador Roberto Requião tem “N” parentes contratados no Governo do Estado.

É lamentável que chegamos neste momento, eu como Vice-Líder, V. Exa. como Vice-Líder da Oposição, quando o Deputado Valdir Rossoni, após a sua assinatura no documento, fui perguntar ao Deputado Rossoni, e ele Rossoni disse para mim que ele havia firmado acordo com o Deputado Tadeu Veneri, que se faltasse uma assinatura, ele a colocaria. Ele disse que a assinatura dele era a décima oitava.

Então na verdade, a décima quinta, a décima sexta, ou uma dessas assinaturas não confere. Porque, caso contrário, o Deputado Valdir Rossoni não assinaria

esta PEC. Pelo menos é isso que o Deputado Valdir Rossoni tem transmitido para a nossa pessoa.

Quero lhe parabenizar, ser solidário a V. Exa. Infelizmente, nós que militamos na vida pública, estamos sujeitos a ver o nosso nome muitas vezes na imprensa, falando bem ou mal de nós.

Mas, V. Exa. foi uma grande vítima num documento que o senhor não assinou,

Minha solidariedade.

#### **O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Uso a Liderança do PDT.

#### **O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)**

Agradeço o aparte e falamos também pelo Deputado Augustinho Zucchi. Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará. A verdade é que V. Exa. não assinou essa PEC. E a mentira? A mentira continua pairando. E é isso o que temos que descobrir: de quem é a mentira?

Na semana passada, usando esta tribuna, fizemos algumas colocações aqui, dizendo o seguinte: quem é que divulgou para a imprensa essa PEC, com as 18 assinaturas? V. Exa. divulgou? Com certeza, não. Com certeza o pessoal da imprensa, os jornalistas, não vieram até à Mesa perguntando: “Cadê aquela PEC? Eu quero uma cópia”. Alguém divulgou. Quem é que divulgou? E quando foi divulgada a PEC com as 18 assinaturas, lá constava seu nome, que não era verdade, e foi para a imprensa.

E companheiros menos avisados, lá fora, fizeram comentários maldosos, sem saber a verdade. Eu aprendi no jornalismo, e isto é básico do jornalista, que tem que ouvir os dois lados. Daqui para frente, os meus colegas jornalistas vão ter que verificar: “Você assinou mesmo? Não assinou? Assinou ou não assinou?” Olha a que ponto estamos chegando!

Fica muito mal para esta Casa quando deixa transparecer para a comunidade que a maioria desta Casa é de inconseqüentes. A maioria desta Casa é composta de irresponsáveis. Isto não é verdade. De repente, colegas nossos se apresentando como arautos da moralidade, arautos da verdade. Vamos prestar mais atenção nas atitudes, e agora mais do que nunca, Deputado Edgar Bueno, prestar atenção nas assinaturas!

V. Exa. sabe que na semana passada usamos o Horário da Liderança, horário do PDT, para falar sobre sua pessoa, da fé pública que V. Exa. tem, por vários mandatos. Dois mandatos de Deputado, mandato de Prefeito e agora de Deputado novamente. E com isto não se brinca! Isto é muito sério!

Inclusive, Presidente Nelson Justus, quero solicitar uma investigação profunda. Tenho certeza que V. Exa., na condução dos trabalhos desta Casa, não se furtará a investigar profundamente, afinal de contas, de quem é a assinatura? Esta pergunta continua no ar.

A outra pergunta: quem é que divulgou a PEC com as 18 assinaturas? Quem foi que divulgou? É preciso que aconteça uma verificação, uma investigação, doa a quem doer, e seja quem for o Deputado, porque tenho certeza, Presidente Nelson Justus e Deputado Edgar Bueno, se fosse S. Exa., se fosse eu ou qualquer outro Deputado aqui, tenho certeza, conhecendo o Deputado Tadeu Veneri como eu conheço, ele estaria na tribuna sendo muito mais enfático do que eu, sendo muito mais enfático do que o Deputado Edgar Bueno! Tenho certeza de que o Deputado Tadeu Veneri, pela história dele, estaria sendo muito mais duro, muito mais contundente do que estamos sendo.

Tenho certeza que ele deseja, como inclusive já disse da tribuna, uma investigação profunda a respeito deste acontecimento, que não pega bem e é muito grave para todos nós.

#### O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito obrigado, Deputado. A verdade é importante. Já estou finalizando minha participação.

Qualquer um de nós, qualquer outro Parlamentar que tivesse cometido o crime de falsificação, estaria escrachado na imprensa. O Deputado Tadeu Veneri é “blindado”. Cometeu um erro imperdoável, e no entanto a imprensa, parece que está tudo certo com ele. Agora, se fôssemos nós, qualquer outro Deputado a cometer a irresponsabilidade, a falsificação, a fraude, imagine o que aconteceria conosco!

Então, Deputado Tadeu Veneri, como conselho - o senhor não precisa de conselhos - mas como conselho eu gostaria que o senhor mantivesse esta avidez, este bom contato que o senhor tem com a imprensa, porque percebemos que V. Exa. está “blindado”, apesar de ter cometido um erro tão grande. V. Exa., Tadeu Veneri, me pediu desculpas na tribuna e pessoalmente. Eu digo que não tenho nenhuma mágoa, absolutamente nenhuma mágoa. O que estamos dizendo, lamentando e falando, tenho certeza que isto também vai lhe ajudar, o senhor vai ficar mais maduro, o senhor vai procurar não cometer este tipo de erro, V. Exa. não vai rir, como o senhor riu agora a pouco, quando eu estava falando, o senhor ria com o Deputado ao seu lado, e eu imagino que V. Exa. estivesse sensibilizado, eu via daqui V. Exa. rindo.

Então, está na hora de amadurecer. Está na hora de assumirmos nossas responsabilidades. O que aconteceu, já foi. Mas é necessário se deixar claro, aqui, que irresponsabilidades desta natureza não venham mais a acontecer. Neste momento em que a sociedade está indignada com o Parlamento, neste momento em que a sociedade está indignada com os políticos, por tudo o que têm assistido nos últimos tempos, por atitudes como esta, irresponsabilidades como esta, vem a denegrir ainda mais a classe dos políticos, que deveriam ser um exemplo para a sociedade.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Elton Welter.

### **Deputado Elton Welter (PT)**

#### O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje é um dia tenso aqui na Casa, mas é um dia que eu, na qualidade de Líder do PT, estou muito feliz. Tenho certeza que os companheiros de partido e da base do Governo, que deram sustentação à eleição e reeleição do Presidente Lula, também estão muito felizes, porque estamos vivendo um ótimo momento no Brasil.

Desemprego é o menor dos últimos 10 anos. Existe uma agenda positiva neste país, do ponto de vista da situação da vida do povo, como nunca tivemos na última década. A renda do trabalhador cresceu, neste último ano, Sr. Presidente, dados no PNAD, levantamento oficial divulgado no última sexta-feira, 7.2% a renda do trabalhador, as famílias tiveram ganho real também de 7.6, o emprego com carteira assinada tem aumento de 4.7%. O total de estudantes no ensino superior cresceu 13.2%. O analfabetismo teve redução de 4.2% e a inclusão previdenciária é a maior desde a década dos anos 90. Trabalho infantil também teve grande redução. Os dados são todos positivos, o país cresce com distribuição de renda, o bolo está crescendo mas está sendo dada uma fatia para cada brasileiro e brasileira. Está é a satisfação do povo brasileiro.

Por isso, Deputada Beti, quando às vezes vou ao interior e encontro trabalhadores e trabalhadoras dando exemplo, os mais humildes possível, mas aqueles que dão consistência ao seu dia-a-dia, que as pessoas estão vivendo melhor, testemunhas como o Sr. José, lá de Paracity, ele é amigo do Vereador, Presidente da Câmara, o Vereador Sacola, ele dizia o seguinte: “Deputado, eu ia trabalhar sempre de bicicleta, estou no mesmo emprego desde que o Lula assumiu, e quando estourava o pneu da bicicleta eu não tinha dinheiro para colocar o pneu novo, já pedi um pneu de bicicleta para político, ou para algum amigo que fosse solidário a mim. Hoje, Deputado, graças a Deus, não são nem 5 anos, o que eu ganho já consegui, além de melhorar a vida da minha família, já estou até com uma moto, não preciso mais me humilhar. Aliás, dentro de casa, todo mês consigo me planejar e trazer um novo produto para dentro de casa, um eletrodoméstico, uma mesa, e assim por diante” E falava com orgulho e satisfação. É isso que está acontecendo com a maioria das famílias brasileiras, que sempre estiveram numa situação de miserabilidade.

Por isso que o povo brasileiro tem muito a comemorar com esses resultados do PNAD que, de fato, representam uma melhoria de vida do povo brasileiro, principalmente dos mais humildes.

Portanto, talvez aqui se tenha uma agenda negativa, Presidente Nelson Justus. Olha, eu não vejo isso acontecendo no nosso Paraná, nas nossas cidades, e principalmente na casa da maioria do povo brasileiro. O Congresso Nacional, infelizmente, eu ouvi, foi aqui, foi citado pelo Deputado Edgar Bueno com muita dureza, parece que o PT é culpado de tudo na questão da corrupção neste país.

Estive hoje de manhã na Polícia Federal falando com o novo dirigente sobre ações que devem acontecer na região de fronteira, até a pedido de V. Exa., Deputado Elio Rusch. Já está definida. O DEPOM - Departamento de Polícia Marítima, já está criado em Guaíra, em Foz do Iguaçu e aqui em Paranaguá, vai ser estruturado, com estrutura eficiente, e gradativamente vai ser consolidado. A Polícia Federal dobrou o efetivo desde que o Governo Lula assumiu. Nunca se prendeu tanto corrupto como agora. Agora, é claro, o Ministério Público, a Justiça, precisa agir, precisa punir. Até que se prove o contrário, tem pessoas que são inocentes e outras vão ser culpadas. Agora, minha gente, não dá para brincarmos demais aqui, fazer de tudo para ganhar eventualmente os holofotes da imprensa.

Quero dizer uma coisa para o companheiro Tadeu. Quero me solidarizar com V. Exa., que tem sido acusado por ter falsificado assinatura. Eu não acredito nisso. Tadeu, eu não acredito que V. Exa. tenha falsificado assinatura. Quero sair em sua defesa, apesar de V. Exa. ter exposto toda a bancada na semana passada, que não havíamos discutido, de fato, na bancada para assinar em conjunto, o senhor anunciou na imprensa que faria isso, inclusive me denunciou na Executiva do partido, denunciando para todos os paranaenses que não assinamos a emenda do nepotismo e que eu deveria ser submetido ao Conselho de Ética do meu partido. Não tem problema nenhum, mas sou solidário a V. Exa. Não acredito que V. Exa. subscreveu, falsificou alguma assinatura. Quero ser solidário com V. Exa., porque pode ter ocorrido má fé de alguém aqui, mas não acredito que seja de V. Exa.

Nessa questão do nepotismo sabemos que, se passa uma lei dessas, o Tribunal de Justiça derruba. Alega como inconstitucional. Aí se faz toda essa algazarra aqui e não se vota nada.

Este Poder Legislativo precisa ser valorizado e reconhecido. Está havendo uma permanente exposição de todas as lideranças políticas deste país.

Hoje se pegar a revista IstoÉ, aparece vários partidos. O que deveria ter sido feito, não foi feito, que é a reforma política.

Todos sabem que é o setor privado que tem interesse nos negócios públicos, que financiam as campanhas.

Por que isso não foi denunciado pela grande mídia? A solução estava dada, era só fazer uma reforma política, onde criasse limites, efetivasse o financiamento público das campanhas e criasse mecanismos eficientes de abuso do poder econômico. Daí sim, teríamos uma lei eficiente que valorizaria os partidos políticos, as pessoas que estão nos partidos.

A reforma política, pelo jeito, não vai sair. O grande problema que atingiu o Congresso, o mensalão que atingiu profundamente o meu partido, outros partidos também, e o foco da política é desgastar o nosso partido, mas enfrentamos de frente. Estamos fazendo o possível para que o país melhore e que as reformas necessárias aconteçam.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles de Mello.

#### **O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Gostaria de ter em minhas mãos neste momento um livro chamado A Ideologia Alemã, de um filósofo muito importante na história da humanidade. Ele diz que conceito de moral e de honra tem uma relatividade histórica.

O Deputado Tadeu é homem honrado. Tenho certeza absoluta disso. Posso discordar dele, em muitas coisas, inclusive não assinei, como o Deputado Elton assinou, essa emenda, porque achava que estrategicamente não era importante essa emenda. Mas nunca duvidaria da honra do Deputado Tadeu Veneri.

Os 54 Deputados que estão aqui sabem muito bem do que eu falo. O Deputado Tadeu Veneri é probo, honesto, sério, dedicado a uma causa que acredita no fundo do seu coração.

Jamais poderemos utilizar uma coisa que é secundária na ordem dos trabalhos da Assembléia Legislativa, por mais grave que seja. O fundamental é quando se define uma votação.

O que aconteceu aqui é que um projeto entrou em debate sem ter uma assinatura necessária e uma falsificação. Isso é grave! Mas não é isso que vai definir os rumos dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

Proponho que a Bancada do PT se reúna e solicite à Justiça do Paraná uma análise grafotécnica de todas as assinaturas que estão aí, porque tenho certeza absoluta que o Deputado Tadeu Veneri não falsificou e jamais faria um ato dessa natureza. Tenho convicção absoluta disso.

Então, não podemos aceitar que em nome desse equívoco - o Deputado Tadeu já subiu na tribuna e confessou que ele pode ter tido um pouco menos de zelo do que devia - ele seja também lançado na situação que está sendo lançado.

Se queremos descobrir a verdade, então, vamos pedir que a Justiça paranaense, a Polícia Científica faça um exame grafotécnico para saber se existe uma responsabilidade. Tenho a mais absoluta convicção que o Deputado jamais teria uma atitude dessa natureza para envolver quem quer que seja. É muito fácil falar de honra de si mesmo. Acho que todos nós, aqui, somos honrados. Não podemos questionar a honra de ninguém por causa de um evento como esse que aconteceu.

Acho que a Sessão de hoje foi muito interessante do ponto de vista do debate ideológico, político. Eu ouvi, também, o Deputado Traiano falando sobre a participação da COPEL num processo de licitação. Gostaria muito de falar sobre isso, mas falarei amanhã. Tem muitas coisas que devem ser aprofundadas nesta Cada de Leis.

Obrigado, Deputado Elton Welter!

#### **O SR. ELTON WELTER (PT)**

Sr. Presidente, a nossa bancada se reunirá, hoje, depois da Sessão, exatamente para tratar dessa questão



temática da COPEL, desse projeto em regime de urgência do Governo, para tomarmos uma posição, ouvir o Governo Federal também. Tomamos conhecimento desse projeto pela imprensa e, agora há pouco, chegou cópia do projeto as nossas mãos.

**A Sra. Luciana Rafagnin (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Gostaria, inicialmente, de agradecer o aparte e, também, me somar ao Deputado Péricles e a V. Exa. naquilo que se refere à pessoa do Deputado Tadeu Veneri. Acredito que o Deputado não iria falsificar uma assinatura. Agora, também é importante ressaltar que faltou uma conversa maior da bancada e isso quero assumir com V. Exa., ou seja, endossar seu pronunciamento, tendo em vista que, no início do ano, nossa bancada discutiu esse projeto com o Deputado Tadeu Veneri. Faltou, nesse momento, uma discussão maior na entrada desse projeto.

Agora, também, é importante dizer que, no ano passado, a nossa bancada toda assinou esse projeto. O projeto que o Deputado Tadeu apresentou nossa bancada votou. Esta Parlamentar não tem nada contra esse projeto e, aliás, nunca tive parentes contratados. Então, não tenho nada contra o projeto também, aliás, sou totalmente favorável ao projeto do Deputado Tadeu. Gostaria de dizer que não podemos remeter isso a um ou outro, jogar isso ao vento para tentar achar um culpado. Não adianta jogar. A Mesa que vai ter que descobrir. A Mesa não tem essa obrigação também. Eu faço parte da Mesa e a Mesa não tem essa obrigação de agora tentar adivinhar de quem é essa assinatura.

Foi bastante complicado o processo e acredito que, talvez, foi um erro na hora de recolher as assinaturas e não identificar. Até como sugestão, Sr. Presidente, à comissão que está tratando do novo Regimento Interno desta Casa, é que toda vez que é necessário apresentar 18 assinaturas, que quem for assinar um projeto que não só coloque sua assinatura, mas também o seu nome legível, pois daí vai se evitar que eventos como esse que aconteceu agora, possam acontecer novamente. Isso é muito ruim para a Casa e para todos nós Parlamentares. Quero me somar aqui. Acredito que o Deputado Tadeu sempre trabalhou com muita seriedade nesta Casa. Então, fica também a nossa solidariedade ao Deputado Tadeu.

Quero dizer, também, que me somo ao seu pronunciamento. Digo assim com muito orgulho porque vemos os dados do PNAD; vemos o país crescendo; vemos o analfabetismo caindo; vemos a desigualdade social diminuindo; porque os programas que o Governo vêm colocando em prática, hoje, têm vencido a desigualdade social; têm vencido o analfabetismo no nosso país, têm feito com que muitos jovens, como V. Exa. colocou aqui, tenham a oportunidade de ingressar na universidade. Esses são dados que nos deixam muito felizes e, muitas vezes, não são valorizados pela própria mídia ou por nossa sociedade. Sabemos que as pessoas, que hoje estão

sendo beneficiadas, dos próprios programas, das próprias ações que o Governo vem fazendo, reconheceram e reconhecem isso, do quanto são importantes as ações que o Governo Lula vem fazendo no nosso país.

Obrigada pelo aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Por gentileza, conclua Deputado.

**O SR. ELTON WELTER (PT)**

É o desejo de nossa bancada, que o Congresso Nacional, os Três Poderes da República façam um entendimento com relação ao tema nepotismo. Sabemos que existe, infelizmente. Eu não tenho, nunca tive e nem vou ter parente no meu gabinete. Agora, o momento político, para a bancada é de não subscrever esse documento. Se vier à pauta, a bancada votará favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra ao último orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Professor Luizão.

***Deputado Professor Luizão (PT)***

**O SR. PROFESSOR LUIZÃO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inscrevi-me para sair um pouco dessa polêmica e para falar um pouco sobre o trabalho das comissões desta Casa.

Hoje de manhã, tive a oportunidade de presidir uma Audiência Pública, que foi organizada em conjunto entre a Comissão de Educação e a Comissão de Saúde, uma iniciativa das duas comissões, que a princípio era para ser presidida pelo Deputado Péricles de Mello. O assunto é o uso da equoterapia, ainda desconhecido na nossa sociedade. Eu também há pouco tempo não tinha conhecimento da importância desse tratamento, que utiliza a equitação para a recuperação de pacientes. Embora seja uma terapia bastante antiga, data de 400 anos a.C., nos primórdios da Medicina, quando Hipócrates utilizou-se do cavalo para regenerar a saúde de seus pacientes. No Brasil, só a partir dos anos 80 foi criada a Associação Nacional de Equoterapia. Inclusive, o Presidente estava aqui, hoje, na nossa Audiência Pública, o Coronel da Cavalaria do Exército Brasileiro, Lélcio de Castro, fundador da Associação Nacional de Equoterapia.

A equoterapia é um tratamento terapêutico e educacional, que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento bio-psicossocial de pessoas portadoras de deficiências ou de necessidades especiais. Na equoterapia o cavalo é utilizado como um meio de se alcançar os objetivos terapêuticos. Ela exige participação do corpo inteiro, de todos os músculos e de todas as articulações.

Tivemos vários depoimentos de pessoas que estão se utilizando desse tratamento, até não se diz que são

pacientes, mas que são praticantes da equoterapia, porque a pessoa interage com o animal na sua recuperação. Principalmente, as APAEs do estado do Paraná têm procurado constituir centros para esse tipo de terapia. Estava também presente o Rui Fernando, representando a Federação das APAEs no Estado do Paraná, o Senador Flávio Arns. Enfim, foi um debate muito rico e oportuno, onde a Assembléia Legislativa se destacou por abrir as portas para essa discussão, sobre esse tratamento importantíssimo, pouco conhecido, infelizmente.

A Assembléia, através das Comissões de Saúde, tem dado um passo importante, no sentido de incentivar esse tipo de terapia, que precisa de alguns profissionais para acompanhar o tratamento. É uma terapia relativamente barata e que produz resultados muitos satisfatórios e importantes. Tivemos a oportunidade de assistir alguns vídeos com as crianças portadoras principalmente da Síndrome de Down, e a recuperação, a felicidade, a interação com o animal, é muito significativa.

Acredito que temos como incentivar que vários locais possam ter este tipo de tratamento. E também destacar que teremos aqui em Curitiba o 4º Congresso Brasileiro de Equoterapia, que vai ser também o 1º Congresso Latino-Americano de Equoterapia, que vai acontecer de 26 a 29 de setembro, e no que depender da Assembléia vamos fazer outras discussões na Comissão de Saúde e na Comissão de Educação, para encontrar caminhos e incentivar esse tipo de terapia.

Era isto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

### ***Horários das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Horário das Lideranças. PTB.

(Declina)

Bloco PSB/PR/PRB/PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, faço uso deste horário, porque foram muitos os inscritos e pedidos de aparte no pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri e no pronunciamento do Deputado Edgar Bueno, o que me inibiu de fazê-lo naquele momento.

Mas, quando entrei para a disputa neste cargo eletivo, quando se falava em administração pública, só uma palavra vinha à minha cabeça: limpe, limpe, limpe.

O que é administração pública e o que é esse limpe? Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia ou eficiência. Os princípios da administração pública.

Assinei o documento, a PEC do Deputado Tadeu Veneri, por absoluta convicção. Quando fui para a minha campanha, Deputada Beti, não tinha muito o que propor,

não sabia muito o que eu buscava nesta Casa, mas sabia o que eu defendia e eram 4 propostas básicas: a saúde, a educação, a escola integral, a educação, que eu me somo ao Deputado Teruo Kato e quero fazer desta uma bandeira sempre de defesa. Algumas questões ambientais são importantes que sejam defendidas e o meu partido me cobra isto, mas duas questões para mim eram de honra: a questão do voto aberto, na época da campanha ainda não aprovado nesta Casa, e a questão do nepotismo.

Não quero julgar os cargos do estado do Paraná, mas conheço inúmeros, inúmeros municípios onde o nepotismo é um cancro, é um problema imenso. Quem dera tivéssemos nos 399 municípios do Paraná o exemplo que nos deu aqui o Deputado Edgar Bueno, mas não é assim que vemos aí fora, não.

Tenho 4 parentes na Prefeitura de Araucária, 4 parentes muito próximos a mim, inclusive o meu esposo, todos devidamente concursados, em concursos diferentes, todos que entraram pela porta da frente, todos que tentam devolver, graças a Deus, a confiança que a população nos dá e respeitando a Constituição Brasileira. Então, não é oportunismo. Não quero estar nas manchetes de jornal, absolutamente. Assinei porque realmente acredito nisso!

A Constituição também dá brecha para que sejam contratados cargos comissionados para assessoria e direção, alguns Prefeitos em alguns municípios entendem que direção é dirigir veículos leves, é por o parente, o apadrinhado, o cabo eleitoral onde der para colocar. Essa é a parte mais difícil da nossa campanha. Quando saímos para uma campanha, a coisa que mais nos cobram é emprego! Não é trabalho, é emprego, porque existe uma diferença entre quem quer trabalhar no serviço público e quem quer emprego no serviço público ou na administração pública.

Então, quando assinei o documento, assinei com muita convicção. A minha assinatura está absolutamente legível e eu lamento esse ocorrido, lamento que isso tenha acontecido com o Deputado Edgar Bueno e eu espero me somar a todos os outros Deputados que exigem o esclarecimento dos fatos.

Era esse o meu pronunciamento de hoje, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz a tribuna nesta tarde é falar sobre uma promessa não cumprida do Governador. Bom, então se eu falo isso, parece que não é novidade, mas eu queria pedir a atenção dos Deputados da Comissão de Saúde,

Deputado Reinhold Stephanes, Deputado Marcelo Rangel, que estiveram conosco em Campo Mourão, há uns 4 ou 5 meses atrás. Lá fizemos uma Audiência Pública onde ficou comprovado que o Governo não estava ajudando a Santa Casa de Campo Mourão, conversamos também sobre a Santa Casa de Goioerê, enfim, falamos da saúde pública.

O que eu trago hoje é uma reportagem, aliás para minha surpresa, chego quinta-feira à tarde em Campo Mourão e está estampado no jornal: “Governador não cumpre promessa com Santa Casa.” Então, não sou eu que estou dizendo que o Governador não cumpre, está escrito aqui, e se ele não cumpre a promessa com a Santa Casa, está dificultando a vida das pessoas que necessitam de apoio na saúde pública. Ele tinha o compromisso e está aqui na reportagem: “O Governo tinha o compromisso de R\$ 100 mil por mês, para repassar à Santa Casa e não está repassando. Só repassou R\$ 40 mil e isso já faz 3 meses.” O município tinha o compromisso de aumentar de 30 mil para 45 mil. Está cumprindo, é importante esclarecer isso aqui.

Então, só estou trazendo essa informação a todos os Deputados, principalmente aos membros da Comissão de Saúde e gostaria de lembrar a todos que quando o Vice-Governador foi a Campo Mourão, na inauguração do IAP, estive presente e cobrei do Vice-Governador, Orlando Pessutti. Ele assumiu o compromisso lá com as lideranças de repassar o dinheiro da Santa Casa e uns dias depois foi uma parcela do dinheiro. Eu vim aqui nesta tribuna e falei, agradei ao Governador por estar ajudando a Santa Casa. Não acho que fosse alguma coisa para agradecer, mas como eu tinha pedido, cobrado, ele cumprir naquele momento.

Eu gosto de fazer as coisas bem às claras: se é sim, é sim; se é não, é não. Como disse a Deputada Rosane do voto aberto. Voto aberto serve para as pessoas conhecerem a posição de cada um, claramente. Falei que o Governador tinha cumprido naquele mês. Só que já faz 3 meses que ele não cumpre. Com isso, Deputado Marcelo, dificulta muito o atendimento da saúde pública na nossa região. A Santa Casa é uma Santa Casa regional, ela precisa de apoio dos Prefeitos, de toda a comunidade, mas principalmente daqueles que fazem campanha e vão lá prometer, como foi o caso do Governador Roberto Requião.

Gostaria de ceder aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Parabéns pela cobrança ao Governo do Estado. Mas a Secretaria da Saúde não cumpre os compromissos assumidos, não cumpre promessas. Estive no hospital em Campo Mourão e vou fazer outras visitas em outros hospitais como Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, como já fiz aos hospitais da região dos campos gerais em Ponta Grossa, na cidade de Castro e na próxima semana também em Telêmaco Borba. A Secretaria da Saúde só

vai à imprensa, aos jornais, à TV para prometer, e fica somente na promessa. A promessa que o Sr. Secretário da Saúde fez no começo do ano, até hoje não cumpriu, na cidade de Ponta Grossa, enquanto isso, jovens, crianças, cidadãos estão falecendo nas filas de UTIs. Continuam ainda falecendo a espera de leitos, que foram prometidos no começo do ano. Não leve a sério as promessas da Secretaria da Saúde, porque eles costumam não cumprir.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Na verdade nem estou falando da Secretaria da Saúde, estou falando do Governador. Porque o que está marcando no jornal, aqui, é que é o Governador que não está cumprindo. O Secretário é um assessor do Governador, o Governador que escolhe e nomeia o seu assessor, a responsabilidade é do Governador, ele, Roberto Requião, não está cumprindo. Está aqui: “Não cumpre promessa com Santa Casa.”

Alertar a todos os Deputados e deixar claro isso. É inconcebível imaginarmos que na época de campanha todo mundo é bonzinho, promete daqui, promete dali, fala que vai melhorar a vida da população, mas depois que assume não cumpre. E dentro da reportagem também tem uma crítica ao Governo Federal que é R\$ 41 mil, que tinha o compromisso de repassar à Santa Casa e não está repassando. Nem o Governador Roberto Requião está cumprindo e nem o Governo Federal, o Lula, não está cumprindo os compromissos com a saúde pública aqui do estado do Paraná.

#### **O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)**

Apenas para dizer que existem algumas situações como essa, é preciso investigar e é uma pergunta que lhe faço neste aparte, que os recursos estão prometidos, assegurados e a instituição de saúde não tem as condições legais de receber. Em Londrina, por exemplo, a cidade onde eu resido, existe um hospital nestas condições. E na região, outros mais. Então, lhe faço a pergunta: V. Exa. de fato investigou se não é o próprio hospital que tem a dificuldade de receber esses recursos por parte do Governo Estadual? Porque me parece, salvo engano, que na totalidade dos casos onde está obstruído esse repasse, o que existe não é um descumprimento do Governo Estadual, da Secretaria da Saúde, mas sim uma dificuldade da própria instituição de saúde.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Respondendo ao seu questionamento, a reportagem está aqui e depois vou passar para que V. Exa. leia. O jornalista que fez essa reportagem não é de partido nenhum, ele é um jornalista profissional, uma pessoa que fez ouvindo os 2 lados, traz informações inclusive do Prefeito de Campo Mourão, que é do PMDB e que está cumprindo com os 30 mil, com os 45 mil por mês. Se não fosse possível o Governador repassar o dinheiro, se não fosse responsabilidade dele, que não promettesse. Esse é o primeiro ponto.

Como a história do pedágio, baixa ou acaba, fala um negócio que não pode fazer e depois o povo fica aí pagando o preço. E mais, ele pagou, um mês ele mandou. Significa dizer que poder ser feito então. Se não fosse assim, ele não tinha mandado em nenhum mês. Ele está mandando R\$ 40 mil.

Antes o Governo repassava R\$ 60 mil por mês para a Santa Casa de Campo Mourão. O compromisso é aumentar para R\$ 100 mil. Aumentar R\$ 40 mil para chegar a R\$ 100 mil por mês.

O que ele está fazendo? Está pagando R\$ 40 mil, só. Então, o compromisso, ao invés de mandar R\$ 100 mil, mandava 60 antes, agora estava mandando só 40, reduziu o dinheiro.

Então, se está repassando 40, significa que pode repassar.

Por isso que prometeu os 100 e não cumpriu.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PP. PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Estou voltando de uma ausência longa e talvez esteja voltando em um dos piores dias desta Casa.

Primeiro pelo ocorrido na questão do nepotismo. Quero dizer que não estou dando nenhuma importância a isso, a não ser preservar a honra e o nome do Deputado Edgar Bueno.

Até acredito que o problema está lá do outro lado da rua e nós estamos trazendo o problema para dentro da Assembléia. Como o Poder Legislativo, ele é fraco, padece de responsabilidade, vamos pagar e parece que o nepotismo está aqui dentro. Fico até preocupado, porque isso já ficou grande demais.

Sr. Presidente Nelson Justus, estamos nos deparando e falava com o Deputado Elio Rusch que também exerceu a Liderança da Oposição, estamos nos deparando com o Projeto de Lei nº 679, do Poder Executivo, que autoriza o Governo a constituir uma empresa, ou uma autarquia, ou de economia mista, não se sabe. Eles fizeram um chapéu, fizeram um guarda-chuva para cuidar da questão do pedágio, do Governo Federal.

O que mais me preocupa, Sr. Presidente, daí eu encareço a V. Exa., tinha um requerimento até poucos minutos pedindo regime de urgência.

O regime de urgência, já num projeto como este, veja o que fazemos aqui nesta Casa, quando vem um projeto importantíssimo que gera uma discussão, gera dúvida, há necessidade da vinda aqui, de pessoas que representam o Governo, para explicar qual é o objetivo

do Governo. O que vem? Vem um requerimento de regime de urgência!

Mas agora não ficaram satisfeitos, Deputado Nelson Justus, com o requerimento de regime de urgência. Agora estão transformando o Plenário em Comissão Geral. Quer dizer, amanhã, vota-se o projeto, ou depois de amanhã, e não trazemos aqui ninguém do Governo para esclarecer esta Casa. Daí vamos ficar na outra semana, Deputado Nelson Justus, aprovando aqui título de Cidadão Honorário, utilidade pública.

Deputado Elio Rusch, meus caros colegas Deputados, primeiro faço um apelo ao Presidente da Casa: não é possível transformarmos e acatarmos esse requerimento.

Vamos lutar com tudo que temos. Falando há pouco o Deputado Elio Rusch, a partir de agora, inclusive projetos de utilidade pública serão encaminhados pela Liderança da Oposição e pelos seus Pares, porque, ora, como é que vai se participar da licitação de um pedágio, e disse bem o Deputado Elio Rusch aqui, se o Governo estivesse bem intencionado com a questão do pedágio, o Governo não é parceiro do Presidente Lula, do Governo Lula? É. O Governador iria a Brasília, poderia até fazer uma comitiva de novo, nós iríamos juntos pedir para o Governo Federal repassar as rodovias para o Governo do Estado e o Governo do Estado aí agiria como ele bem pretendesse, até gerenciar o pedágio. Não, ele está constituindo uma empresa, uma autarquia, enfim, ele não diz o que. E o pior, ele pede uma autorização aqui para tudo, para operar sem licitação, para legislar sob decreto. Quer dizer, estamos abrindo mão de tudo o que temos direito de legislar.

Então, me desculpem os Srs. Deputados, vamos agora nos tornar inconvenientes. O que é inconveniente? Vamos encaminhar, eu procurei falar com o Líder do Governo, mas do alto do seu poder, e eu sei, deste mal eu já padei, eu já sofri, quando você está no alto do poder às vezes você não ouve a voz rouca das ruas, eu padei disso, eu sofri disso e eu sei o quanto isso faz mal para a gente. Procurei falar com o Líder do Governo que não cometa esse absurdo com esta Casa, porque transformar o requerimento de regime de urgência num projeto como esse já é um absurdo, mas transformar em Comissão Geral são 2 absurdos, são 3 absurdos, é um absurdo que depõe contra essa Casa.

Procurei falar com o Líder Romanelli, não consegui convencê-lo, e por essa razão, a partir de agora, temos aí a questão de aumento de capital da agência de fomento, temos projetos na pauta, e vamos encaminhar a todos. E eu apelo, o Deputado Elio já topou a brincadeira, vai encaminhar todos, não é brincadeira, é uma forma de fazer com que o Líder do Governo entenda que estamos aqui para legislar; não estamos aqui para receber pacotes prontos do Executivo, nós temos a independência, nós não temos a independência legal, temos que mostrar a nossa independência nas ações. E se nós deixarmos acontecer isso sem reagir, ora, como é que um Governo quer assumir mais essa responsabilidade com o dinheiro público? E diga-se de passagem, colocando a COPEL nisso!

Sabe o que está acontecendo com as ações da COPEL, hoje, Deputado Nelson Justus? Estão caindo 5%. Por quê? A pessoa que comprou as ações da COPEL que o Governador foi vender lá em New York, vai dizer: “O que a COPEL tem de know-how de rodovia, de pedágio?” É a pergunta que o investidor está fazendo neste momento. Não estamos aqui dizendo que somos contra o Governo do Paraná participar, porque inclusive não entendemos o objetivo do Governo. O que não entendemos, sinceramente, Deputado Péricles, é o estupro legislativo, me desculpe usar a palavra estupro, mas é o estupro legislativo que estão fazendo com esta Casa.

E aí na semana que vem, Deputado Rangel, Deputado Douglas, Deputado Elio, Deputado Accorsi e Deputado Malucelli que prestam atenção e ouvem as minhas palavras, aí na semana que vem estaremos na pauta com 20 utilidades públicas e mais alguns títulos de Cidadão Honorário; e um projeto que poderá comprometer o estado do Paraná, as finanças do estado do Paraná, nós aqui deixamos passar do dia para a noite porque o Governo não quer explicar o que quer de nós.

#### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

V. Exa. me concede um parte?

**(Assentimento)**

Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Rossoni. A população elege o Deputado justamente para que os projetos sejam discutidos, o Governo para executar o orçamento e o Legislativo, cada um dos Parlamentares aqui presentes, para fiscalizar e também para propor projetos de lei.

O que tenho visto é que o Governo, por ter a maioria, não está disposto a discutir nada. Quer passar por cima como um rolo compressor. Basta participar da CCJ, e V. Exa participa e sabe como é, todos os projetos vêm com regime de urgência, mas não tem urgência para repassar o dinheiro para a Santa Casa de Campo Mourão, e tantas outras aqui do Paraná.

Ele tem regime de urgência para ampliar cargos, como foi aquele processo que passou na CCJ, passou aqui também. E hoje está no Tribunal de Justiça, e lá não tem regime de urgência para defender o povo do Paraná nesse item.

V. Exa. traz um assunto muito importante. Nós, com a ajuda do Presidente Nelson Justus, precisamos resgatar a imagem deste Parlamento. Do 1º semestre até hoje existem vários assuntos que degastaram a imagem. Foi a aposentadoria dos Deputados; a sogra fantasma; agora a assinatura fantasma; é o Governo mandando e desmandando.

Precisamos resgatar isso. Conto com V. Exa. e com os demais que estão dispostos a fazer o papel de Deputado, que é fiscalizar, e propor medidas que possam melhorar a imagem deste Legislativo.

Muito obrigado!

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Agradeço seu aparte.

Vejam aqui o que o Governador Roberto Requião está pedindo para nós: “Explorar o pedágio das rodovias do estado, este projeto de lei objetiva autorizar o estado do Paraná, a COPEL Empreendimentos Ltda., a COPEL Participações S/A, em conjunto ou isoladamente, mediante decreto do Governador.”

Poderíamos aprovar um projeto de lei autorizando o Governador Roberto Requião a fechar o Parlamento e governar este estado por decreto.

Cargos ele não precisa mais consultar esta Casa. Ele faz o que bem entende. Agora está pedindo autorização para criar qualquer empresa por decreto.

Hoje é para o pedágio, amanhã vai usar para o que bem entender.

Outra coisa, ele pede autorização à dispensa de licitação para contratação de serviços e obras de terceiros, de modo a permitir a sua habilitação no processo licitatório.

Estamos autorizando-o a tocar o estado do Paraná como se fosse uma empresa dele. Ele não deve satisfação ao Poder Legislativo. O Governo do estado do Paraná tornou-se uma propriedade particular do Sr. Governador Roberto Requião, e que tomará as medidas por decreto.

Estamos autorizando. Não adianta depois chorar. Somos nós que temos que mostrar o nosso valor, nós temos que mostrar quem é o Poder Legislativo desta Casa.

Por esta razão, não se cansem, Srs. Deputados.

A partir de agora, estamos obstruindo, vamos encaminhar todos os projetos. O Presidente, democrático como é, vai respeitar o Regimento desta Casa. Ao respeitar, não passará nada em branco sem a discussão e o encaminhamento.

Vamos ganhar tempo, levar esta Sessão, pelo menos até às 11h. Se não ganharmos pela consciência, vamos ganhar pelo cansaço, porque quem quiser aprovar regime de urgência sobre esse projeto, quem quiser transformar este Plenário em Comissão Geral vai ficar, aqui, até a meia-noite. Pelo menos vai ter um castigo, vai ser o castigo imposto pelos Deputados da Oposição.

Por esta razão, não incomode, Deputado Romaneli, se o nosso discurso for vazio, se o nosso discurso for cansativo, se o nosso discurso não for convincente, mas de uma coisa eu tenho certeza: não estou aqui para fazer amém ao ilustre Governador. O ilustre Governador tem autoridade, ganhou as eleições, mas ele não tem autoridade para querer tirar os poderes desta Casa. Estamos abrindo mão de todos os nossos poderes.

Vejam aqui que bonito seria, Deputado Nelson Justus, nada de espetacular, mas não seria bonito estarmos discutindo esse projeto e convidarmos a Procuradora para que ela viesse explicar qual é o objetivo, nós colocarmos nossas dúvidas, ela esclarecer, depois viria o Presidente da COPEL? O Presidente da COPEL diria para nós: Olha nós temos know how. Nós já construímos tantas rodovias.

Nós já cuidamos de tantas rodovias.” Se ele disser par nós, de repente, ele começa a nos convencer. De repente, poderia, até num ato de respeito a esta Casa, vir aqui o Secretário da Fazenda mostrar para nós de onde sairão os recursos.

Como é que nós da Oposição - que faz fila no nosso gabinete trazendo denúncias de mau atendimento - não vamos nem falar de corrupção? Não vamos falar de mau atendimento? Qual é o dia que um Parlamentar aqui não recebe uma reclamação sobre saúde? Qual é o dia? Só vemos falar aqui da saúde de Ponta Grossa, ou é que não trazemos o que acontece nas nossas regiões? Campo Mourão, hoje, V. Exa. falava aqui, outra questão, questão de segurança. Quer dizer, como é que vamos nos convencer de aprovar e autorizar o Governo a legislar por decreto se este Governo não mostra competência para cuidar das questões essenciais?

Não entendo por quê tanta pressa. O regime de urgência já é uma pressa injustificável para um projeto como este. Agora, transformar em Comissão Geral? Amanhã, este Plenário estará aqui discutindo a constitucionalidade. Será que não seria necessário trazer um jurista de renome para dizer para nós: “É constitucional” “Não é constitucional?” Será que não temos que nos embasar em cima de algo para votar isso aqui? Deputado Rangel?

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

O senhor falou sobre discursos vazios, mas posso afirmar que discurso vazio, discurso decorado é o discurso do Governo do Estado do Paraná a respeito dos pedágios. A intenção me parece que é outra. É muito esquisito o que se passa no estado do Paraná. Tanto é que o Governo do Estado, Deputado Rossoni, vetou um projeto de nossa autoria que iria beneficiar os estudantes do estado do Paraná que passariam a pagar meio pedágio.

Sabe qual foi a justificativa do Sr. Governador Roberto Requião? Ele enviou, inclusive o Governador faz essas brincadeiras, enviou um telegrama me dando os parabéns e ele vetou o projeto de nossa autoria, como forma de presente. Fez a justificativa de que não existe interesse público.

V. Exa. está fazendo um pronunciamento muito importante nesta tarde. O senhor falou que estaremos encaminhando todos os requerimentos e projetos. Vamos fazer isso, sim, porque brincadeira, Deputado Romanelli, é a que o Governo do Estado do Paraná tenta fazer com os Deputados da Assembléia Legislativa. Esta Assembléia, que o Líder do Governo está tentando aprovar na tarde de hoje, é a segunda vez que o Governo tenta, dessa forma, passar por cima de todas as comissões, inclusive da Comissão de Transportes. O senhor pode contar comigo e com os outros Deputados da Oposição. Estaremos encaminhando. Tenho certeza absoluta, que com dedicação por parte dos Parlamentares da Oposição, conseguiremos

obstruir essa vergonhosa tentativa de passar um projeto esquisito, para amanhã, na Comissão Geral.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Para concluir, Sr. Presidente.

Volto a esse assunto, depois, no encaminhamento. Mas eu ainda quero acreditar que o Líder do Governo vai retirar esses requerimentos. Acredito no bom senso, no respeito a essa Casa, que o Deputado Líder do Governo, quer respeitá-la e engrandecê-la. Eu o vi preocupado com o projeto do nepotismo, mas haverá de se preocupar muito mais com isso aqui. A questão do nepotismo é que quem quer assinar um projeto desses, não põe uma rubrica indecifrável, assina com letras garrafais e acabou-se. Isso é “chover no molhado”.

A grande verdade é que vão voltar os requerimentos, mas vai levar tempo, aqui.

Peço ao Sr. Presidente, V. Exa. tem sido muito democrático nessa questão, tudo o que for votado agora, estou inscrito para discutir e encaminhar as votações, como também os demais Deputados que nos ajudarem no encaminhamento, porque ou se faz um entendimento, ou vamos obstruir a votação, porque não aceitamos tirar.

Deputado Romanelli, eu o tenho como um democrata, V. Exa. não poderia cometer este absurdo com o Poder Legislativo. Não faça isso! Hoje, é salutar a V. Exa., porque está servindo ao poderoso chefe, mas amanhã esse mesmo mal poderá fazer mal a V. Exa. no exercício do seu mandato, aqui, legitimamente conquistado, junto à população paranaense.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Horário do PMDB.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli***

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, vou utilizar o horário do PMDB, junto com a Liderança do Governo. Consulto V. Exa.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

É o derradeiro horário da Liderança do PMDB e da Liderança do Governo.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Se for necessário, somar os tempos aqui.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizer ao Deputado Valdir Rossoni que quero me pautar pela discussão razoável. Primeiro, comunicar a V. Exa. que o requerimento que foi apresentado está fundamentado no artigo 107 do nosso Regimento Interno, que trata sobre Comissão Geral, parágrafo 2º. Se V. Exas. acompanharem, se quiserem discursar, aqui, hoje, podem discursar noite adentro. Não há nenhuma dificuldade nisso.

A formalidade da apresentação do requerimento, com mais de 18 assinaturas, no caso, com 23 assinaturas,

foi cumprida. Esse requerimento nem discutido é, hoje, apresentado à Mesa, ele já foi e vai cumprir o interstício de 24 horas, que prevê o artigo 107, parágrafo 2º, para daí sim ser discutido e votado pela Casa. V. Exa. pode poupar a sua garganta e aquela boa raiz que é o gengibre para a garganta, porque V. Exa. não precisa nem discutir que este requerimento já cumpriu a formalidade que prevê o nosso estatuto. Então, pode se poupar hoje. Amanhã sim, V. Exa. tem o direito de discutir.

Mas quero dizer, entrando no mérito da questão, dizer a V. Exa. que efetivamente só pudemos trabalhar com este tema, via transformação do Plenário em Comissão Geral, por conta da urgência, claro, que esta matéria tem. Urgência por quê? Porque o Governo Federal marcou para o dia 16 de outubro a data do leilão na BOVESPA para poder privatizar, na verdade é transferir a uma outra pessoa jurídica a recuperação, o serviço público, a prestação de serviços públicos de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de determinadas rodovias federais, serviços esses que são de sua titularidade.

Então, o que ocorre? Temos prazos absolutamente exíguos para que possamos estar participando desse leilão. O estado do Paraná já está nas mãos das empreiteiras, e quero aqui chamar a atenção da Oposição, especialmente dos Deputados da Oposição, que não são neoliberais e nem privatistas, porque aqui, me desculpe o Deputado Valdir Rossoni, mas o que V. Exa. fez da tribuna desta Casa hoje, sinceramente, deve ter deixado muitas pessoas perplexas. V. Exa. foi um dos maiores combatentes para vender a COPEL, lutou muito para vender a COPEL, e qual foi a minha surpresa? V. Exa. está preocupado que a ação da COPEL caiu hoje 5% na Bolsa de Valores. Caiu por quê? Caiu porque o Governo perdeu uma ação para o não pagamento de PIS e CONFINS que foi ajuizada no Governo do Jaime Lerner. É por esta razão que vai ter uma conta para pagar, dinheiro que a COPEL deixou de pagar lá atrás - não porque o Governo do Estado quer efetivamente poder participar, Deputados Dobrandino e Pugliesi, para poder fazer pedágio e quando o Governo Federal quer transferir a titularidade do serviço público, o estado pode e deve, sim, nós somos um ente federado, temos atribuições, podemos, não é atividade econômica no sentido estrito, é serviço público que estamos falando, o que está em jogo é a economia paranaense, já chegam os privatistas que terceirizam as rodovias federais e estaduais no Governo do Jaime Lerner.

Mas quero dizer o seguinte: a Oposição, quero chamar a atenção da Oposição, os jovens Deputados da Oposição, do PPS, companheiros do PDT, haverão de reconhecer que o que está em jogo aqui é o interesse público. Não quero falar com os neoliberais, não quero falar com os privatistas, não quero falar com aqueles que estão vinculados às grandes empreiteiras, que acredito nenhum Deputado aqui está vinculado à grande empreiteira, mas alguns defendem a prevalência do capital - esses Deputados, claro, ideologicamente, são

contrários à possibilidade, Deputado Cheida, de o estado poder tomar nas mãos o destino do povo paranaense, e não que as empreiteiras venham de novo fazer aquele acordão, como foi feito aqui no Paraná, aquele conluio, onde as empreiteiras nacionais dividiram, fatiaram o nosso estado. E ficou o quê, Deputado Douglas Fabrício? Duplicação lá, como nós vimos, de Campo Mourão, que está lá parada, porque em 2014, 2015, eles estão juntando o dinheiro, se é que não vão embolsar e depois não fazem, por alguma razão entram na Justiça e dizem que deu algum problema.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do Governo***

Então, Deputado Rossoni, quero dizer a V. Exa. o seguinte: quem lutou para vender a COPEL, sinceramente não pode estar preocupado com ela, não pode! Porque temos aqui uma Oposição, como é o PDT, nacionalista, é uma Oposição que defende um outro tipo de comportamento. O que está em jogo aqui, quero dizer a V. Exas., é uma posição, por incrível que pareça, entre Direita e Esquerda. É quem tem uma visão de interesse público, porque o que temos aqui é a possibilidade de o estado do Paraná deixar, mais uma vez, todo seu patrimônio, seu capital, deixar sua economia sangrar.

Quando, por exemplo, V. Exas. aqui que apoiaram a criação do pedágio, o Paraná privatizou o corredor de soja, vejam a competitividade que perdemos quando se privatizou o corredor de soja! Vamos perder mais ainda da nossa economia se os pedágios ficarem na mão dos privatistas. Isso aqui é uma salvaguarda, é uma tentativa para tentar obstaculizar que o nosso estado fique privatizado.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não temos a menor dúvida, claro esse projeto exige uma discussão aprofundada e nós teremos condição de fazê-lo, ele exige uma compreensão que vamos estar criando uma sociedade de propósitos específicos, uma sociedade de economia mista. Vai ter que ter, sim, uma parceria, minoritária, diga-se de passagem, do setor privado que tenha expertise em relação ao tema que estamos tratando aqui.

Agora nós, enquanto sociedade, não podemos deixar de ter coragem de enfrentar esse tema que é um tema da maior gravidade e demonstrar que uma estatal pode gerenciar, sim, um pedágio, uma concessão rodoviária que está no nosso território e mesmo fora do nosso território e com isso, inclusive, ter resultado financeiro para o estado do Paraná e ao mesmo tempo fazer isso com muita competência.

Concedo aparte ao Deputado Elio Rusch e na sequência ao Deputado Douglas Fabrício.

### **O Sr. Elio Rusch (Democratas)**

Deputado Romanelli, V. Exa. fez um pronunciamento, até um discurso eloquente, mas há questão de 2 minutos V. Exa. disse o seguinte: “O projeto merece uma discussão profunda.” Para merecer uma discussão

profunda não tem como nós querermos tirar os poderes das comissões, chamar alguém aqui na Assembléia para dizer, primeiro: será que a COPEL tem know how, como disse muito bem o Deputado Rossoni? Fizaram um levantamento técnico? Qual o número de veículos que vai passar por aquele local? O edital de licitação e a planilha de custo deve dizer, deve mostrar qual é o retorno que isso trará para as empresas vencedoras e em quantos anos, qual é o período? De onde sairão os recursos, Deputado Romanelli para formação dessa empresa? Ninguém vai instalar um pedágio só pelo fato de instalar, Deputado Romanelli, isso tem custo! No mínimo as praças de pedágio têm que ser construídas, sinalização, a recuperação das rodovias, tudo isso é necessário!

V. Exa. disse que cabe uma profunda discussão. Como é que nós, Deputados, podemos, o projeto veio quinta-feira para a Assembléia, hoje é a primeira Sessão após a vinda do projeto, um projeto de tamanha importância, Deputado Romanelli, V. Exa. como homem democrata que gosta e vive da discussão dos grandes temas envolvem o estado do Paraná, não podemos, de forma alguma, atropelar um projeto desta envergadura, ainda mais quando o projeto está obscuro. Veja o que ele diz, Deputado Romanelli, veja o que o Governador pede: a autorização referida nesse projeto compreende a constituição de tanta sociedade quantas necessárias, não só para a exploração das rodovias, mas qualquer outra concessão ou qualquer outra constituição de uma empresa. Nós da Assembléia Legislativa.

Agradeço muito o aparte e com toda certeza vamos discutir muito esse projeto.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Deputado, só queria dizer a V. Exa., respondendo isso. Por que Comissão Geral? Prazo, única e exclusivamente por conta do prazo. Hoje é dia 17 de setembro, até o dia 1º de outubro as formalidades legais da apresentação da proposta na BOVESPA têm que ser preenchidas, lei autorizativa, a constituição do consórcio ou empresa. Tudo isso terá que ser feito até o dia 1º de outubro. Então, quero dizer a V. Exa. o seguinte: prazo.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)**

Compreendo a questão da pressa. Até podemos colaborar. Mas se V. Exa. está com tanta pressa e há necessidade da pressa, por que V. Exa. não se preocupa em amanhã mobilizar o Governo para prestar os esclarecimentos? Não falei para V. Exa. que sou contra. V. Exa. está tirando conclusões precipitadas. O que estou dizendo é o seguinte: quero votar com conhecimento do que é que estamos votando. Só por esta razão.

Então, V. Exa. tirou conclusões neoliberais esquerdistas, são conclusões suas. O que me interessa se sou Esquerda, se sou Direita? O que me interessa é que não sou vaquinha de presépio! Quero que V. Exa. entenda. Se V. Exa. mobiliza o Governo a partir de amanhã às 7h da manhã para trazer aqui ao conhecimento

desta Casa, porque duvido que tenha um Deputado, aqui, com condições de discutir o projeto, porque ainda não temos conhecimento, ninguém leu o projeto. Como que V. Exa. quer votar no afogadilho, amanhã ou depois? Então V. Exa. colabore com o esclarecimento! É um apelo que faço a V. Exa., que é um homem de Esquerda, que é democrático, que é o supra-sumo dos políticos do Paraná.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Agradeço os elogios que V. Exa. me faz, mas quero dizer a V. Exa. que a ironia não resolve o tema. Quero dizer o seguinte: que os esclarecimentos poderão e deverão ser feitos. Está aberto o debate mesmo, é essa a questão.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)**

Deputado Romanelli, o senhor no seu pronunciamento estava bem posicionado, emotivo, contagiando todo mundo, aqui. E falou da venda da COPEL. A venda da COPEL foi uma briga danada, acompanhada pela imprensa. E se estivesse aqui, queria dizer que votaria contra a venda da COPEL, porque eu ouvi o povo e o povo era contra, então estaria em sintonia com a população.

Esse projeto que V. Exa. está falando do regime de urgência e que vai transformar em Comissão Geral, tenho interesse em conhecer esse projeto. Não chegou na minha mão, não tenho ainda cópia. Gostaria de saber realmente o objetivo desse projeto, se vai melhorar a vida da população. Na minha região, o senhor citou muito bem, o senhor me ajudou inclusive no requerimento, a rodovia que vai de Maringá até Campo Mourão, que era para ser duplicada agora até o final do ano que vem, vai mais 6 anos ainda para ser duplicada, e eles alegam que é em função daquela conversa do pedágio, - baixa ou acaba - tiveram que reduzir a tarifa e não sei o quê.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Mas, foi só para informar V. Exa., reduzir tarifa no Governo Jaime Lerner, para ganhar a eleição.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Mas, aí é que está o detalhe. Parece-me que o Governo Jaime Lerner foi muito ruim para a população. Parece-me isso porque ouço aqui. Parece-me também que o Governo Requião está sendo muito ruim para a população.

Falei agora há pouco, o senhor estava dando entrevista, não ouviu, a questão da Santa Casa de Campo Mourão.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Eu ouvi.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Mas, não é só a Santa Casa de Campo Mourão, é a saúde pública do estado. O senhor está falando de um projeto que pode melhorar. Eu posso votar a favor desse projeto. Não estou aqui para fazer oposição ao povo do



Paraná, estou aqui para fiscalizar e cobrar. Se for um projeto que beneficie a vida da população vou votar a favor, como tantos outros projetos que o Governo apresentou aqui, eu votei a favor.

Veja, por exemplo, do aumento da questão das pequenas empresas. O aumento da isenção de 180 mil para 360 mil. Não lembro agora, já faz algum tempo. Então, os projetos que vêm e beneficiem a população eu voto a favor. Mas eu não posso pensar em votar a favor de um projeto que eu nem conheço.

Gostaria que o senhor pudesse me ajudar, passando uma cópia desse projeto.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou, mais do que cópia, lhe passar um parecer interessante elaborado sobre o tema e que V. Exa. poderá se aprofundar sobre isso.

Só quero chamar a atenção de V. Exa., que de fato aqui se trata de separar Esquerda da Direita, dos neoliberais e sociais democratas, dos socialistas aqui. Temos que ser muito claros nisso, porque os privatistas vão ser contra mesmo. Inclusive, vou dizer a V. Exa., até a nossa bancada, vamos ter algumas dificuldades, mas, efetivamente, aqui se trata de dar um grande avanço para que a população paranaense e a economia paranaense não paguem mais um preço. Vou dizer, no mínimo a participação do Governo do Estado nesse leilão vai assustar, porque esse projeto do Presidente Lula foi interessante. Isso é uma discussão travada pelo Governador Requião com o Presidente, é pela menor tarifa o leilão.

Tenho certeza absoluta que, no mínimo, vamos até assustar os privatistas, os empreiteiros e as grandes empreiteiras. Eles saberão que não poderão fazer o jogo de cartas marcadas como fizeram aqui no Paraná se o Governo do Estado, através da COPEL Participação e Empreendimentos estiverem participando. Vai se saber o seguinte: que o jogo vai ser duro.

O Governo do Estado tem, sim, além de poder se associar, tem expertise. Recuperamos agora 5 mil quilômetros de rodovia.

V. Exa., Deputado Elio Rusch e o Deputado Duílio Genari transitaram por lá, que é rodovia federal, o Governo do Paraná foi quem duplicou a rodovia, com engenharia paranaense.

Este tema tem que ser debatido, tem que ser discutido, que aqui se trata, sim, de um debate ideológico, porque certamente aqui está se defendendo o interesse público e fundamentalmente da economia e da sociedade paranaense.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 283/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, o aumento do contingente de atendentes nos setores de Identificação no município de Campo Mourão.

**À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 284/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado que sejam tomadas providências para a implantação de iluminação na quadra poliesportiva, da Escola Estadual Francisco Inácio de Oliveira, no município de Tomazina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 285/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a complementação na Rodovia Silvino Fernando Dias, entre o município de Maringá e o município de Paçandu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 286/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, o asfaltamento na estrada Morangueira, no município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Malucelli com apoio do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2758, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência à Sessão do dia 13 de setembro de 2007. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2772, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 12 e 13 de setembro de 2007, por motivo de doença. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2774, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Cleiton Kielse, Teruo Kato, Jocelito Canto e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 18 de setembro de 2007, em Comissão Geral de Plenário, para a discussão do Projeto de Lei nº 679/07 - Mensagem nº 040/07, que visa a conjunção de esforços do Estado, da COPEL Participações e a COPEL Empreendimentos Ltda., para assumir a prestação de serviços públicos e obras de gestão, recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração de rodovias. **Recebido; Protocole-se; Decorrido o prazo de 24h incluir na pauta para deliberação; À Diretoria de Assistência ao Plenário para providências.**

Portanto, na Sessão de amanhã, daí sim, votaremos esse requerimento.

Pela ordem o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Vamos votar o requerimento amanhã? Se o requerimento for aprovado, daí V. Exa. vai anunciar quando vota-se o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim. Quero até encarecer às lideranças. Eu ouvi com muita atenção. O projeto é meritório. A pressa incomoda a nós outros. Não tenho a menor dúvida disso. Não me agrada, como Deputado, não como Presidente da Casa, a transformação do Plenário em Comissão Geral.

Sabemos que temos prazos. O Líder do Governo procurou explicar, realmente, a rapidez ou a exigüidade dos prazos para que o Governo possa estar prestes a estar pronto ao leilão. A questão de Direita ou Esquerda é de menor importância. Neoliberal, privatistas ou não, para mim, que fui Secretário dos Transportes, o que queremos é as estradas em boas condições e o menor preço do pedágio.

Como Presidente desta Casa, queria sugerir ao Líder do Governo, e tomo a liberdade de fazê-lo, de que alguém do Governo, em respeito a esta Casa, viesse explicar esse projeto, seja o Secretário do Planejamento, seja o Secretário dos Transportes, seja o Secretário da Fazenda. Ficaria bom, porque a Comissão Geral urge, exclusivamente, pela exigüidade do prazo para leilão. Mas, que nós todos nos sentiríamos muito à vontade e restabeleceríamos o respeito que deve haver entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, se exclusivamente, além da mensagem, alguém viesse explicar, até porque eu avoco aqueles que votaram a questão da COPEL naquela oportunidade. O Presidente da COPEL e os Diretores da COPEL, o Secretário do Planejamento, o Secretário da Fazenda aqui estiveram pedindo voto e explicando as razões para que se votasse a favor da venda da COPEL.

Por esta razão, faço este apelo ao Líder do Governo, ao tempo em que esclareço a V. Exa. que hoje não se vota nada. Apenas recebo o requerimento, protocolo e decorrido o prazo de 24 horas, aí sim...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Presidente, minha dúvida é a seguinte: V. Exa. recebe o requerimento, ele preencheu todas as formalidades legais e nós vamos apreciar, votar o requerimento na Sessão de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Caso o requerimento venha a ser aprovado, é no dia de amanhã que V. Exa. vai anunciar a inclusão do projeto em qual das Sessões?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há um pequeno equívoco no requerimento, que pede que seja colocado na Ordem do Dia de amanhã. Não é possível isto. Mas, no dia seguinte, sim.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Mas, V. Exa. é quem vai determinar quando será a inclusão deste projeto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aprovado esse requerimento, colocaremos no dia seguinte, que seria na quarta-feira. Fui claro?

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Sim, porque é uma prerrogativa de V. Exa. escolher quarta, segunda, a hora que o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

E cabe também a sugestão de que tenho certeza que alguém poderá vir nos ajudar a apreciar este projeto.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, então dentro daquilo, já que estamos num democrático debate, caberia ainda um último apelo ao Líder do Governo, que apresentasse hoje, ainda, um requerimento de regime de urgência a este projeto. Cabe V. Exa. poderá apresentar o regime de urgência a este projeto, para que amanhã mesmo esse projeto já possa estar tramitando na Comissão de Constituição e Justiça e depois vá à Comissão de Obras, Comissão de Finanças, para que possa ser debatido.

É um apelo último, que cabe ao Parlamento, ao Líder do Governo, fazer este apelo, ao invés da transformação em Comissão Geral. Um regime de urgência, e após o regime de urgência, se as comissões não derem o parecer no prazo previsto, o projeto virá para o Plenário com ou sem pareceres das comissões. Faço este apelo em favor da democracia e do debate amplo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Até porque já há um requerimento sobre a mesa, de regime de urgência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Votamos por requerimento de Comissão Geral, e apresentamos requerimento por conta de que, V. Exa. sabe, nesta Casa projeto com regime de urgência, fizemos um levantamento através da nossa assessoria, demora em média 45 dias para ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, 48 horas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Desculpe, Sr. Presidente, projeto de regime de urgência...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por que o autor não foi atrás? Se for atrás são 48 horas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Dos projetos do Governo, Exa. Estou falando, sou um diligente perseguidor dos projetos, faço a perseguição melhor dizendo, perseguição do projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não podemos admitir isso, aí alguém dormiu no ponto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Mas quero dizer a V. Exa. que entre o projeto receber regime de urgência e ser aprovado são 45 dias. Pode fazer o levantamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu concordo, não quero criar caso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O projeto, ou a Comissão Geral, está recebido pela Mesa. O regime de urgência deixa de ser apreciado pelo Plenário, já está admitido, tem que ser votado amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já foi recebido, já protocolou-se.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Na verdade, só quero dizer a V. Exa., Comissão Geral por conta do prazo, única e exclusivamente por conta do prazo. Não dá para se fazer pelo trâmite normal porque perderíamos a oportunidade de participarmos do leilão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

E fica mais uma vez a sugestão para que antes da Comissão Geral alguém do Poder Executivo venha nos ajudar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, como V. Exa. levantou essa questão, V. Exa. traduziu o que eu quis falar, e parece que falei em chinês, porque estou chegando da China, o meu grande Líder Romanelli não deve ter entendido, mas V. Exa. entendeu. Cumprimento V. Exa., mas peço que me encaminhe a cópia de todos os requerimentos neste momento, porque desejo encaminhar todos os requerimentos que estão para serem votados.

Obrigado, Sr. Presidente.

## ***Discussão/Votação***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***2ª Discussão (Votação em)***

### **ITEM 01**

#### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 27/07, o Capital Social autorizado da Agência de Fomento do Paraná S/A, criada pela Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, será no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO (01-02-03 e 04). COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS MODIFICATIVA, ADITIVA, SUPRESSIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 512/07**

#### **P A R E C E R :**

Emendas Modificativa, Aditiva, Supressiva e Aditiva de Plenário ao Projeto de Lei nº 512/07, que altera o artigo 4º, acrescenta parágrafo único ao artigo 3º e acrescenta novo artigo, numerando-o como artigo 4º do Projeto de Lei nº 512/07.

#### **Relatório**

Indo a Plenário, o Projeto de Lei nº 512/07, recebeu as seguintes emendas.

#### **MODIFICATIVA:**

- Nº 1, de autoria do Deputado Jocelito Canto e outros, propondo nova redação ao artigo 4º do projeto, contendo as seguintes mudanças: "Art. 4º - Esta lei entrará em vigor somente após atendidas as exigências do artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quais sejam, a prévia alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias bem como previsão no orçamento."

**ADITIVA:**

- Nº 2, de autoria da Bancada de Oposição, propondo parágrafo único ao artigo 3º do projeto com a seguinte redação: “Parágrafo único: o Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento, indicado conforme autorização no “caput”, deverá comprovar idoneidade moral e reputação ilibada, além de notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros contábeis ou de administração pública, submetendo-se à arguição pública perante à Assembléia Legislativa do Estado.”

**SUPRESSIVA:**

- Nº 3, de autoria da Bancada de Oposição, propondo a supressão do artigo 3º.

**ADITIVA:**

- Nº 4, de autoria da Bancada de Oposição, propondo a inclusão de novo artigo no texto do projeto de lei, renumerando o artigo 4º da redação original como artigo 5º, conforme redação que segue: “Art. 4º. Fica estabelecido que recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano que ingressarem na Agência de Fomento do Paraná S/A, serão destinados, exclusivamente, a financiar planos programas, projetos e atividades voltadas ao Desenvolvimento Urbano.”

É o relatório.

**Voto do Relator**

Preliminarmente, deve-se trazer à lume as definições adotadas pelo Direito, em situações envolvendo sociedades anônimas, para o perfeito deslinde da questão em debate, conforme segue:

**Capital autorizado** - Limite estatutário de competência da assembléia geral ou do conselho de administração para aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social.

**Capital social** - Montante de capital de uma sociedade anônima que os acionistas vinculam a seu patrimônio como recursos próprios, destinados ao cumprimento dos objetivos da mesma.

**Capital social subscrito a integralizar** - Parcela de subscrição que o acionista deverá pagar, de acordo com determinação do órgão que autorizou o aumento de capital de uma sociedade.

**Capital social subscrito e realizado** - Montante de capital social acrescido da parcela de subscrição paga pelo acionista.

**Capital fechado (companhia de)** - Empresa com capital de propriedade restrita, cujas ações não podem ser negociadas em bolsas de valores ou no mercado de balcão.

Pelas definições anteriormente elencadas, denota-se que os eventos indicados constituem-se em situações distintas, cada qual com sua peculiaridade técnica.

Neste sentido, temos que, o projeto de lei em questão trata apenas do “aumento do capital social autorizado” da empresa, não se confundindo com “integralização de capital”.

Em outras palavras temos que, a pretensão legislativa é simplesmente uma autorização para que a Agência de Fomento do Paraná S/A, no decorrer de sua existência possa ter um capital social até o montante indicado no projeto de lei.

A Lei Sociedades Anônimas (Lei nº 6404/76) em seu capítulo XIV, trata das modificações do capital social indicando as hipóteses para a adoção de tal sistemática, relativamente ao aumento do capital social.

Dentre as situações, destacamos:

- a reserva de capital constituída por ocasião do balanço de encerramento do exercício social e resultante da correção monetária do capital realizado;

- capitalização de lucros ou de reservas.

É de se salientar que, no caso da Agência de Fomento do Paraná S/A, em nenhuma das hipóteses retro citadas há a intervenção do Estado do Paraná, na qualidade de acionista majoritário, utilizando-se de recursos orçamentários, tudo porque, os recursos visando o aumento de capital são provenientes dos resultados positivos da própria empresa.

A título ilustrativo, o Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC adota como procedimento que, o aumento de capital na sociedade de capital autorizado poderá ser decidido por Assembléia ou pelo Conselho de Administração, conforme estatuto.

Nesta toada, em sendo a Agência de Fomento do Paraná S/A uma sociedade de capital autorizado, os aumentos de capital social podem ser deliberados conforme anteriormente exposto.

Ademais, por ser a Agência de Fomento do Paraná S/A uma instituição financeira, os aumentos de capital social devem ser levados ao conhecimento do Banco Central do Brasil - BACEN para aprovação.

Exemplificando a situação em tela, temos que, uma sociedade anônima, empresa pública, como é a Agência de Fomento do Paraná, somente pode subscrever e integralizar capital até o limite de seu capital autorizado por lei.

Tecidas estas considerações preambulares, passamos a analisar as emendas apresentadas.

1. A presente Emenda Aditiva (Emenda nº 02) ao Projeto de Lei nº 512/07, oriundo da Mensagem nº 027/07, do Governo do Estado, objetiva acrescentar parágrafo único ao artigo 3º, conforme redação que segue:

“Art. 3º

Parágrafo único. O Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento, indicado conforme autorização no “caput”, deverá comprovar idoneidade moral e reputação ilibada, além de notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública, submetendo-se à arguição pública perante à Assembléia Legislativa do Estado.”

Conforme o texto do projeto de lei denota-se que a presidência do Conselho de Administração será exercida pelo Secretário de Estado da Fazenda, cuja nomeação é de índole privativa do Sr. Governador do Estado, conforme dispõe o artigo 87, inciso II da Constituição Estadual, senão vejamos:

*Art. 87. Compete privativamente ao Governador:*  
(...)

*II - nomear e exonerar os Secretários de Estado;*

Ademais, o artigo 90 da Constituição do Estado do Paraná prevê os requisitos para a investidura no cargo de Secretário de Estado, conforme segue:

*Art. 90. Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos, no exercício de seus direitos políticos.*

Assim, por ser competência privativa do Governador do Estado, não pode a Assembléia interferir em ato a ser praticado pela autoridade do Poder Executivo, sendo que, qualquer alteração neste sentido passa por necessária revisão constitucional, não podendo ser tratada em diploma legal hierarquicamente inferior.

Não obstante os argumentos antes colocados, insta esclarecer, que por ser a Agência de Fomento do Paraná S/A, uma instituição financeira, a indicação de membro para compor o Conselho de Administração da empresa passa obrigatoriamente pela homologação do Banco Central do Brasil, conforme dispõe a Lei Federal nº 4595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional):

*Art. 24. As instituições financeiras públicas não federais ficam sujeitas às disposições relativas às instituições privadas, asseguradas a forma de constituição das existentes na data da publicação desta lei.*

Assim, para a nomeação de membro do Conselho de Administração de uma instituição financeira como a Agência de Fomento do Paraná S/A deverá ser realizada a comunicação para o Banco Central do Brasil, conforme segue:

*Art. 32. As instituições financeiras públicas deverão comunicar ao Banco Central da República do Brasil a nomeação ou a eleição de diretores e membros de órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, no prazo de 15 dias da data de sua ocorrência.*

Por sua vez o artigo 10, do citado diploma legal estabelece as competências privativas do Banco Central do Brasil que em seu inciso XI prevê as condições para a posse e exercício de quaisquer cargos de administração de instituições financeiras:

*Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil:*

*(...)*

*XI - Estabelecer condições para a posse e para o exercício de quaisquer cargos de administração de instituições financeiras privadas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, segundo normas que forem expedidas pelo Conselho Monetário Nacional;*

Portanto, a emenda da forma proposta fere a Constituição do Estado do Paraná, bem como, a Lei nº 4595/64, devendo ser vedada em sua integralidade.

2. A presente Emenda Aditiva (Emenda de Plenário nº 04) ao Projeto de Lei nº 512/07, oriundo da Mensagem nº 027/07, do Governo do Estado, objetiva acrescentar novo artigo, numerando-o como artigo 4º e renumerando o artigo 4º da redação original como artigo 5º, conforme redação que segue:

*“Art. 4º Fica estabelecido que recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano que ingressarem na Agência de Fomento do Paraná S/A, serão destinados, exclusivamente, a financiar planos, programas, projetos e atividades voltados ao Desenvolvimento Urbano.”*

A emenda apresentada é desproposita, tendo em vista que já existe diploma legal que versa sobre a matéria, editado no ano de 2001, ou seja a Lei 13282/01, que em seu artigo 1º estabelece que os recursos advindos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU serão utilizados para financiamentos no setor público (municípios), vejamos:

*Art. 1º Os recursos do Fundo Estadual do Desenvolvimento Urbano, destinados ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento urbano das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense, quando integralizarem o capital da Agência de Fomento do Paraná S/A, serão aplicados através das municipalidades e não integrarão a base de cálculo para efeitos do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, alterado pela Lei nº 12401, de 30 de dezembro de 1998.*

O Decreto 4470/05, confirma o anteriormente exposto:

*Art. 1º Todos os recursos aportados na Agência de Fomento do Paraná S/A através de integralização de capital com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, bem como os retornos de empréstimos concedidos com a utilização desses recursos, incluindo juros e amortizações e os resultados auferidos em aplicações financeiras, deduzidas as despesas legais e as pactuadas em Ato Conjunto celebrado entre a Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, deverão ser obrigatoriamente utilizados para a concessão de novos empréstimos em desenvolvimento urbano, de acordo com o estabelecido no Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM, instituído pelo Decreto nº 5631, de 30 de abril de 2002.*

Parece-nos, portanto, inteiramente desnecessário que novo diploma legal venha a re-estabelecer ditames já integralmente instituídos pelas normas acima.

Diante do exposto, a emenda proposta de ser rejeitada.

3. A presente Emenda Modificativa (Emenda de Plenário nº 01) altera a redação do artigo 4º, do Projeto de Lei nº 512/07, de autoria do Poder executivo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art 4º Esta lei entrará em vigor somente após atendida as exigências do artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quais sejam, a prévia alteração da lei de diretrizes orçamentárias bem como previsão no orçamento.”*

Conforme já anteriormente exposto, o projeto de lei em tela visa somente ao “aumento do capital social autorizado” da Agência de Fomento do Paraná S/A, o qual não pode ser confundido com capital social integralizado”.

Para a integralização de capital na Agência de Fomento do Paraná S/A para o exercício corrente, serão adotados os recursos oriundos do resultado positivo da instituição, ou seja, lucros e reservas. Assim, por ocasião da Assembléia Geral poderá ser realizado o aumento de capital social, obedecido o capital legalmente autorizado.

Não obstante, a Agência de Fomento do Paraná S/A poderá ter seu capital aumentado com os recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, conforme faculta o art. 1º da Lei nº 13282/01, senão vejamos:

*Art. 1º Os recursos do Fundo Estadual do Desenvolvimento Urbano, destinados ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento urbano das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense, quando integralizarem o capital da Agência de Fomento do Paraná S/A, serão aplicados através das municipalidades e não integrarão a base de cálculo para efeitos do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, alterado pela Lei nº 12401, de 30 de dezembro de 1998.*

Tal medida legal foi efetivada em razão do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), que vedou a realização de operação de crédito entre o outro da federação, mesmo que com recursos de fundos. À excessão, por imposição legal, passou a ser os empréstimos concedidos por instituição financeira, portanto, no caso do estado do Paraná, a Agência de Fomento.

Dispõe o artigo 35, *caput* e parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101/00.

*Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.*

§ 1º *Executam-se da vedação a que se refere o caput as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:*

*I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;*

*II - refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.*

Em razão dos recursos provenientes do FDU serem destinados a financiamentos para o setor público (municípios), os aportes do citado fundo na Agência de Fomento são efetivados de acordo com a demanda desta modalidade de concessão de crédito.

Em nenhuma das situações anteriormente postas há a necessidade de previsão orçamentária, pois não haverá dispêndio por parte do Tesouro do Estado do Paraná.

Esclarecemos que, se, futuramente, o estado do Paraná, decidir aportar novos recursos na instituição financeira estadual, deverá prevê-los em orçamento, com a inclusão em rubrica específica nos pertinentes diplomas legais.

Assim por se tratar de evento incerto e futuro, não há como constar na atual lei orçamentária tal previsto.

As integralizações de capital seguem a regra inserta na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6404/76), devendo tal aumento ser submetido à Assembléia Geral para aprovação, portanto, os aumentos de capital social efetivam-se com a realização de tais eventos societários, não havendo cronograma específico, eis que, os aumentos de capital estão intimamente ligados com o resultado positivo da empresa (aumento através dos lucros e reservas) ou dos aportes realizados pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, de acordo com a necessidade do aumento de recursos destinados ao financiamento do setor público.

Ademais, a Agência de Fomento é uma empresa controlada pelo estado do Paraná, mas não é sua dependente, ou seja, não recebe recursos financeiros destinados a pagamento de pessoal ou de custeio em geral.

Saliente-se que, a Agência de Fomento do Paraná não recebe recursos financeiros do estado do Paraná a título de subvenção econômica, portanto, não está sujeita aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se, porventura, a Agência de Fomento perceber recursos do estado, estes, serão a título de aumento de capital, os quais não são considerados como recursos a caracterizar a empresa como dependente do orçamento do estado do Paraná.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê:

*Art. 2º Para os efeitos desta lei complementar, entende-se como:*

*(...)*

*III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;*

Diante do exposto, pelas razões elencadas, bem como, pela Agência de Fomento não ser empresa estatal dependente, a presente emenda deve ser rejeitada.

4. A presente Emenda Supressiva (Emenda nº 03) ao Projeto de Lei nº 512/07, oriundo da Mensagem nº 027/07 do Governo do Estado, objetiva suprimir o artigo 3º.

Nos reportamos na íntegra ao exposto no item 1, portanto, a emenda da forma proposta fere a Constituição do Estado do Paraná, bem como, a Lei nº 4.595/64, devendo ser rejeitada em sua integralidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é contrário às Emendas de nºs 01, 02, 03 e 04.

Sala das Comissões, em 11.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Professor Luizão, Duílio Genari, Carlos Simões, Waldyr Pugliesi, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Malucelli e Pastor Edson Praczyk.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com sua discussão encerrada...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para discutir, está em 2ª discussão e eu quero discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, perdão, esse projeto está com sua discussão encerrada.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, mas por quê discussão encerrada? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Elio Rusch, na Sessão passada, no dia 05 de setembro, ele recebeu as emendas. Então, encerrou-se a discussão, vamos votar agora as emendas. Vamos votar o projeto, ressalvadas as emendas. As emendas, sim, serão discutidas. V. Exa. pode discutir as emendas, não o projeto.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Mas, Presidente, longe de duvidar de V. Exa., mas pelo o que eu entendo, posso encaminhar a discussão. Quero discutir primeiro e depois encaminhar. É facultado pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ele já saiu com as emendas no dia 5 de setembro e encerrou-se a discussão.

V. Exa. poderá discutir as emendas. V. Exa. poderá encaminhar a votação, ma não discutir o projeto.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Rendo-me diante das afirmações de V. Exa., mas qualquer projeto, em qualquer das fases, é discutido e na discussão poderão falar tantos quantos quiserem, respeitando-se a alternância, um a favor e um contra. Não há limites na discussão, artigo 148. No artigo 171, para encaminhamento, falarão 5 a favor e 5 contra, poderá ser limitado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ele está em votação. Já passou em 2ª discussão. Ele recebeu as emendas e foi encaminhado à CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Quando ele recebeu as emendas não se discutiu o projeto, ele saiu da Ordem do Dia. As emendas fizeram com que o projeto saísse da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Tanto foi discutido que recebeu emendas.

Pode puxar o artigo 147. Pode ter certeza que está correto.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Vamos acatar a decisão de V. Exa., mas vou ter o prazer de ir amanhã na sala da presidência, com a nossa assessoria, para vermos que não estamos errados, no meu entender.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para complementar e que V. Exa. possa entender bem, o item 1 diz: votação em 2ª discussão do projeto de lei. Nos outros projetos, exemplo, item 08 - 2ª discussão do projeto de lei. Não é a 2ª discussão o nosso caso agora, até porque já houve a discussão.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Gostaria de entender o Regimento Interno. Como posso ter o prazo de 10 minutos para encaminhar um projeto, se tem um artigo no Regimento Interno que diz que poderá ser discutido separadamente artigo por artigo, o projeto? Pode perguntar para a sua assessoria?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quando a Mesa recebe as emendas o projeto volta, automaticamente, para as comissões. Mas ao voltar ele não foi discutido. O projeto entra em segunda, apresentamos as emendas, o projeto não entra em discussão, volta para as comissões e ao voltar volta com as emendas para ser discutido. É isso que estamos querendo aqui.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Vou abstrair a função de Líder do Governo e dizer o seguinte: V. Exas. ou estão fazendo de propósito para obstruir, ou... V. Exas. são Parlamentares experientes!

Deputado Valdir Rossoni, ouvi V. Exa. falando, gostaria que V. Exa. me respeitasse, me ouvindo também.

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. me assegurasse a palavra. Deputado Valdir Rossoni, estou fazendo uma questão de ordem e gostaria que V. Exa. me ouvisse. Um péssimo defeito é não querer ouvir. Hoje, parece que está atacado! Voltou da China com dificuldade de ouvir!

V. Exa. tem que entender o seguinte: quando o projeto entra em 2º discussão ele entra para ser discutido e quando recebe as emendas parte do pressuposto que se o Parlamentar quiser discutir vai discutir o projeto, vai encaminhar, vai discutir, vai fazer os encaminhamentos. Quando volta, ele volta para votar as emendas! Desculpe, mas o projeto já foi votado! V. Exa. tem que entender que está numa fase. Pode ser por teimosia, por obstrução, mas está errado! Desculpe!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

As emendas aceitas em 2ª discussão passarão por mais uma discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente, vou fazer uma questão de ordem baseada no artigo 145, mas antes gostaria de me reportar ao Deputado Romanelli para que ele não fosse agressivo. Tenho o direito de discordar. Quero dizer que lutarei, aqui, até o último das minhas forças para defender o direito de V. Exa. de discordar. Então, por favor, acredito que o respeito não faz mal. Quero dizer que, se em algum momento eu faltar com respeito, Deputado Anibelli, V. Exa., por favor, pela amizade que tenho com V. Exa., me chame a atenção, porque não é esse o meu objetivo. O meu objetivo é discordar, sim, mas jamais faltar com respeito, e estou me sentindo desrespeitado.

Sr. Presidente, eu passo, com permissão de V. Exa., a fazer a leitura para nós interpretarmos, claro, V. Exa. já interpretou, mas estamos interpretando de forma diferente. Artigo 145: *A segunda discussão será feita sob cada artigo separadamente, e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.* Parágrafo Único. *Quando um projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver com requerimento de qualquer Deputado que a 2ª discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.*

Sr. Presidente, não há requerimento. Nós queremos discutir o projeto, depois queremos encaminhar o projeto, depois queremos discutir as emendas, depois queremos encaminhar as emendas, baseados no Regimento, salvo eu esteja equivocado, porque sou falível.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

As emendas aceitas em 2ª discussão passarão por mais uma discussão. Estamos discutindo as emendas. O projeto nós já discutimos. Pode encaminhar a votação, mas discutir não. É tão simples! Não é possível!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vamos aceitar a decisão de V. Exa. A decisão de V. Exa. é soberana. Nós discordamos, mas nem por isso faltamos com respeito, não é, Deputado Nelson Justus? Então, agradeço a compreensão. A decisão de V. Exa. nós acatamos e passamos então, a encaminhar.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Encaminhamos primeiro o projeto, fora as emendas, depois vamos discutir as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos encaminhando a votação.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Encaminhando a votação do projeto? Depois as emendas? Ressalvadas as emendas, agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quando este projeto veio para a Assembléia, o aumento do capital social da Agência de Fomento elevando de 900 milhões para R\$ 2 bilhões, imediatamente me causou uma surpresa, chamou a atenção, Srs. Deputados, porque a Agência de Fomento é uma empresa constituída no nosso estado, com capital do próprio estado, do Governo. Agência de Fomento, quando da sua constituição e depois as alterações posteriores e na última ocorrida pelo atual Governo do Estado Roberto Requião, é lógico que no seu texto trouxe algumas modificações. Para que serviria a Agência de Fomento? Ela tem duas finalidades. Pelo que entendemos, financia os municípios com recursos do FDU, ou recursos do Paraná Urbano, em que são financiados os municípios.

Caberia, de repente, até um esclarecimento, porque todos devem conhecer. O Governo do Estado, não o atual, não este, mas antes do Requião, do Jaime Lerner, mesmo antes de Jaime Lerner, outros Governos também e, aqui, na Assembléia temos diversos Deputados que foram Prefeitos: Deputados Beti, Dobrandino, Péricles, Pedro Ivo, Belinati, Edgar Bueno, enfim - Deputado, eu atendo a vossa solicitação e não vou declinar mais os Deputados que foram Prefeitos, mas devo citar o Deputado Waldyr Pugliesi.

Um município, quando vai buscar empréstimo junto ao Governo do Estado, do Paraná Urbano, não existe recurso do Tesouro do Estado. Existem recursos que o Governo do Estado pegou emprestado do BID e pega o dinheiro para o PARANACIDADE, joga-se para o FDU ou diretamente para a Agência de Fomento e financia os municípios.

O Governo do Estado, por sua vez, Sr. Presidente, pegou os empréstimos no BID, em dólares. Quando o Governo do Estado, através da Agência de Fomento, financia o município, ele faz o financiamento em real, a juro fixo. O Governo do Estado, por sua vez, corre o risco de arcar com a diferença cambial, caso o dólar se valoriza diante do real e se o inverso, o estado ganha. É o que aconteceu com o empréstimo que o Governo Jaime Lerner pegou no BID, em dólares - o dólar devia valer 2,80 ou 2,60. Hoje, o dólar está abaixo de R\$ 2. O Governo pegou em dólar e devolveu o empréstimo em dólar, emprestou para os municípios em real e ganha o juro. O Governo, com essa diferença cambial, lucrou com o juro e com a diferença cambial.

Agora, vamos dizer desse projeto, que é dentro da Agência de Fomento, que tem duas finalidades, Deputado Luiz Malucelli: uma, financiar os municípios e a outra financiar até as empresas no nosso estado. Quando o projeto veio para a Comissão de Finanças, presidida pelo Deputado Edson Strapasson, que também já foi Prefeito da cidade de Colombo, pedimos diligências, pedimos que a Secretaria da Fazenda desse uma explicação, ao menos plausível ou razoável, de onde sairiam esses recursos para capitalizar a Agência de Fomento -



porque capitalizar de 900 milhões para 2 bilhões, deveriam ser injetados R\$ 1 bilhão e 100 milhões. E dentro da Agência de Fomento existe, na fundação, na criação da agência, são diversas leis que a criaram e alteraram, diz que um percentual desse valor que está dentro da agência deverá ser usado, obrigatoriamente, para você financiar empreendimentos no estado que possam alavancar a nossa economia, ou seja, financiar empresas, como aconteceu no passado, o Governo ter financiado algumas empresas, e eu acho que até o Presidente Nelson Justus, quando era Secretário da Indústria e Comércio, embora a Agência de Fomento esteja vinculada à Secretaria da Fazenda e o seu Presidente sempre é o Presidente, até que se voto o contrário, se usa também a Agência de Fomento para financiar as empresas que pegaram a dilação de prazo do ICMS.

Por exemplo, uma empresa A se estabeleceu no estado do Paraná e ela pegou uma dilação de prazo de pagamento de ICMS de 5, 6, 7, 8 anos. Venceu o prazo, tinha que começar a pagar e recolher o ICMS. Aí essa empresa recorre à Agência de Fomento, quita o ICMS, ao mesmo tempo em que ela recorre à Agência de Fomento, pega o dinheiro emprestado pelo débito que ela acaba de liquidar na Secretaria da Fazenda. Aí nós perguntamos: dentro dessa diligência, o dinheiro veio de onde? Veio do Tesouro ou veio de qual setor? A informação que recebemos é que veio dos lucros obtidos na própria Agência de Fomento. Não que sejamos contra a ampliação do capital social na Agência de Fomento, mas nós, até hoje, com toda a sinceridade, não entendemos ainda de onde virão os recursos e com qual finalidade específica da ampliação desse capital social. Não nos foi informado, Deputada Beti.

Efetivamente, o Governo vai financiar empresas que já pegaram a dilação de prazo do ICMS, ou virá outro dinheiro? Existe dinheiro que poderá vir do exterior, empréstimo através do BIRD, do BID, para aumentar exatamente a nossa capacidade financeira de financiar mais os municípios?

Então, eu como Deputado, quero dizer que encaminho pelo projeto, que o Governo do Estado necessita e requer, já que ele também fala que quer financiar os tratores para os agricultores, trator solidário, se não me falha a memória. Por outro lado, também sabemos que esses recursos do trator solidário são recursos do próprio Banco do Brasil. Se o Governo vai ser o avalista dessa operação ou não, mas nós, como Parlamentares, que queremos o desenvolvimento socioeconômico do nosso estado, também não podemos nos omitir de não querer votar esse projeto.

Por esta razão estamos discutindo o projeto agora na 2ª discussão. Apresentamos as emendas e depois vamos discutir as emendas para, de repente, aperfeiçoar o projeto naquilo que entendemos que possa ser necessário para o estado do Paraná.

Por esta razão, Sr. Presidente, fiz questão de encaminhar e fazer os esclarecimentos necessários, esperando

que o Governo do Estado não use indevidamente todos os recursos alocados na Agência de Fomento e que sejam atendidas exatamente as empresas que necessitam desses recursos.

Aliás, mais uma coisa, o Deputado Douglas Fabrício tem falado muito sobre o Banco Social, que foi criado no Governo passado para financiar os pequenos e micro empresários no Paraná. O Governo atual não se utiliza mais desse mecanismo, ou seja, do Banco Social.

Poderia muito bem, dentro da Agência de Fomento, utilizar recursos para financiar também essas empresas. O Banco Social financiava as empresas até R\$ 5 mil, depois houve um aumento até 10 mil, as cooperativas e associações até R\$ 25 mil e a Agência de Fomento, como o objetivo dessa instituição é alavancar a economia do estado do Paraná, então nada mais justo do que usar também para que nossos pequenos e micro empresários, dentro daquilo permitido pela lei na fundação da Agência de Fomento, possa usar para financiar também os pequenos e micro empresários do estado do Paraná, já que o Banco Social meio que se deixou de lado e não opera mais. Diga-se de passagem, foi um grande programa que se fez para nossos empresários.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. que se eu não estivesse em obstrução também encaminharia esse projeto, porque eu questioneei o Líder do Governo, na CCJ, para que ele fundamentasse o aumento de capital na Agência de Fomento. Mas novamente, Deputado Pugliesi, V. Exa. tem uma experiência que serve como professor, o que eu não consigo entender no Deputado Romanelli é a forma com que ele trata algumas pessoas que exercem a liderança aqui. Toda vez que se discute aqui algum projeto ele imputa, a mim, o Governo Jaime Lerner!

Deputado Dobrandino, V. Exa em algum momento apoiou o Governo Jaime Lerner e nem por isso V. Exa. se sente culpado de algumas atitudes do Governo e nem é culpado. Ele agride as pessoas sem sentir. Eu não me sinto agredido, mas digo o seguinte: quem é mais culpado dos erros do Governo, os Secretários ou o Deputado? Qual é o poder de executar?

O Deputado Nelson Justus foi Secretário dos Transporte, um ótimo Secretário dos Transporte, um homem de respeito, ninguém pode duvidar da sua idoneidade e ele agride o Deputado Nelson Justus, que foi Secretário do Governo Jaime Lerner! Ele agride outras pessoas que foram do Governo Jaime Lerner! Então, Deputado Romanelli, para que eu possa encaminhar aqui, vou dar uma demonstração aqui, hoje, a V. Exa., que respeito não se compra, não se adquire, mas com o tempo nota-se que é necessário! Hoje eu vou mostrar a V. Exa. que é necessário o respeito. V. Exa. faltou com respeito à minha pessoa, faltou com respeito. Praticamente deter-

mina as ações da Oposição e não é dessa maneira que tem que ser tratado!

Diga-se de passagem, quero ressaltar aqui, fui Líder da Oposição, quando o Deputado Dobrandino foi Líder aqui, tive uma facilidade monstruosa com o Deputado Dobrandino, por quê? O Deputado Dobrandino levava, conversava, explicava, trazia informações, facilitava! V. Exa. está com a síndrome do Requião, V. Exa. quer ser o Requião e não tem qualidade intelectual para ser o Requião! Quero lhe dar a resposta das agressões que sofri ali para que V. Exa. entenda.

Estamos hoje, Srs. Deputados, aumentando o capital social da Agência de Fomento de 900 milhões, e eu não tenho explicação, não vou votar, para 2 bilhões. Esse aumento de capital da Agência de Fomento já aconteceu, Deputado Reni, V. Exa. acompanhou a nossa votação na CCJ, o aumento de capital no Governo anterior foi aumentado para 900 milhões e até hoje não foi integralizado nem pelo Governo anterior e nem pelo atual Governo. Aí o atual Governo vem e diz: "Nós queremos aumentar o capital social para 2 bilhões". Aí a única pergunta, para não ofender o ilustre Líder do Governo, eu disse que preciso de informações, é necessário informações, daonde vão sair os recursos? Para quê? Se estamos aumentando o capital da Agência de Fomento para 2 bilhões, tem que ter uma justificativa. Qual é a justificativa? Qual o mal que eu faria ao Governo ou a qualquer outro Parlamentar se ele dissesse traz aqui o Secretário das Finanças, com todo o meu direitismo, o meu privatismo, tudo isso, não faz nenhum mal vir aqui o Secretário prestar esclarecimentos a isso. Só contribui.

Fiz esse apelo na CCJ, pedi ao Deputado, pedi ao Líder do Governo, e por esta razão quero dizer o seguinte: não há esclarecimento do porquê do aumento. E seria tão fácil se no Governo anterior, o aumento de capital para 900 milhões ainda não foi integralizado, a pergunta que faço é: por que não foi integralizado nem pelo Governo anterior e nem pelo Governo atual? Agora foi aumentado para 2 bilhões. Por que foi aumentado? Se algum Parlamentar me der essa explicação, de repente, estou convencido e passo a fazer a votação.

Por esta razão... V. Exa. é tão competente, inteligente, acredito que V. Exa. poderia dar uma lida no Regimento, uma mente tão brilhante, V. Exa. pode ler o Regimento e saber que não é possível aparte em encaminhamento. Sei que foi um lapso da sua parte. Estou aqui para encaminhar. Por esta razão fiz o apelo na CCJ e disse: Vamos adiar para o dia de amanhã. O Deputado Durval estava lá e eu disse: Vamos adiar por um dia, o Presidente Durval Amaral convoca o Secretário da Fazenda e explica para nós. Vamos fazer uma pergunta simplória: Por que o aumento de capital? De onde virá o dinheiro? O que será feito com esses recursos?

Quando não vem a explicação fica a dúvida: Será que não vão pagar o dinheiro do FDU, que é um Fundo de Desenvolvimento Urbano para apoio às cidades do Paraná? Será que não vão passar a mão nesses recursos e

colocar, aqui, no aumento de capital? Eu não tenho certeza. Eu não tenho explicações. Apelei já na CCJ. E por esta razão chega o projeto, aqui, para ser votado e eu não tenho condições de responder se for questionado sobre esse projeto, em nenhum momento. Por quê? A grande verdade de tudo que estamos passando aqui é a má vontade e, talvez seja a síndrome de que tudo pode, Deputado Reni, desde que seja Governo, desde que seja de Esquerda, desde que possa fazer o que bem entender.

Não é verdade, tem gente de esquerda que é gente boa, que é séria, que é honesta. Tem gente de direita que também merece o nosso respeito. Tem gente de centro que é respeitado.

Agora, qualificar uma discussão que nós estamos fazendo. Olha gente, nós não estamos falando de centavos, nós estamos falando de 2 bilhões. É para este Governo e para o próximo Governo. Nós vamos ter um outro Governo. Quem será?

Como é que você vai, amanhã, chegar e explicar o aumento deste capital. Não tem explicação.

Eu faço um apelo aqui, ao Deputado Dobrandino, que tão brilhantemente exerceu a função de Líder do Governo, com a capacidade de articular aqui e sempre conduzir o processo num bom andamento. Fazer um apelo, como não tenho mais condições de fazer apelo ao Líder do Governo.

Agora nós vamos ter a possibilidade do Líder do Governo encaminhar este projeto. Se ele encaminhar e dizer de onde sairão os recursos, para que servirão os recursos. Talvez a gente mude de posição e vote, facilita a nossa situação.

Este é um apelo que faço aos Srs. Parlamentares do Governo no meu encaminhamento. Nada mais do que isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sr. Romanelli, para encaminhar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu pediria para poder encaminhar, um Parlamentar independente que foi o Relator, na Comissão de Finanças dessa matéria.

Pediria que o Deputado Reni Pereira pudesse esclarecer ao aguerrido Deputado Valdir Rossoni. Dizer, Deputado Valdir Rossoni, que eu lamentavelmente não tenho a mesma capacidade de articulação verbal que V. Exa. tem, mas que o Deputado Reni Pereira pudesse aqui, como Relator, tratar desse tema.

Eu conversei com o Governador Requião, quando V. Exa. me chamou à Presidência. Daí daremos o encaminhamento sobre o tema que envolve a questão do projeto de lei que envolve a participação da COPEL no leilão. Poderíamos talvez encaminhar.

Primeiro, eu pediria que o Deputado Reni Pereira, que V. Exa. pudesse, como Relator, explicar, esclarecer,

iluminar, para que o Deputado Rossoni pudesse entender. Fazendo uma sinapse dos seus neurônios.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Eu não pretendia encaminhar, acho que é mais esclarecer. Realmente, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Deputado Edson Strapasson, convocou o Presidente da Agência de Fomento, o “Henrequeta”, se não me falha a memória. Uma pessoa que veio para prestar esclarecimento justamente dessas dúvidas. Se o que ele falou corresponde ou não aos fatos, não vou aqui tecer nenhum juízo, mas justamente o que V. Exa. perguntou, foi a pergunta que nós fizemos: Por que não implementaram ainda aquilo que a lei já permite desse aumento de capital que ainda está em aberto?

O que ele nos posicionou é que a partir do momento em que foi contabilizado aquilo que já são lucros que a agência teve, já atinge quase esse patamar, sobrando apenas em torno de R\$ 20 milhões como margem para aumento de capital.

Segundo ponto: de onde sairá o dinheiro. O dinheiro não existe. Esse dinheiro é uma precisão de retorno daquele ICMS que foi financiado para aquelas empresas que tiveram a dilação do ICMS, na época do processo de industrialização, do ex-Governador Jaime Lerner, que agora está vendendo o prazo. Quando vencer, como não tem a possibilidade desse dinheiro entrar na Agência de Fomento, que foi quem financiou, e ser dividido entre sócios, ele tem que ser incorporado como patrimônio. Então, é justamente esta previsão, de que não existem recursos do orçamento para isto, até porque se fosse utilizar recurso do orçamento para aumento de capital teria que ter previsão orçamentária, inclusive prevista na LDO, o que não é o caso. E tem uma lei específica para isto.

Então, ele quer esta ampliação, segundo ele nos passou, deste limite, tendo em vista que o prazo de dilação do prazo de ICMS, que foi financiado na época da administração do ex-Governador Jaime Lerner, está vencendo. As empresas estão começando a pagar e, provavelmente, algumas vão tomar dinheiro emprestado novamente para financiar o ICMS e isto precisa ser incorporado no patrimônio.

Então, na verdade, eles estão prevendo que estes 2 bilhões sejam, na verdade, o retorno, o fruto daquela semente plantada no processo de industrialização do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o encaminhamento, está em votação o projeto, ressalvadas as emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação as emendas. Há emendas de plenário com parecer contrário da CCJ.

Há sobre a mesa Requerimento nº 2775, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, que requer destaque para discussão e votação das Emendas 2, 3 e 4.

Há tempo, esta Presidência deseja cumprimentar e agradecer ao Deputado Reni Pereira, que pôde perfeitamente esclarecer as dúvidas levantadas nesta questão.

Em votação o requerimento do Deputado Elio Rusch, que requer destaque de discussão e votação para as Emendas 2, 3 e 4.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero solicitar à nossa bancada para que rejeite o requerimento, para que possamos votar em bloco as emendas.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Para Encaminhar**)

Eu gostaria de pedir ao Líder do Governo para que pudéssemos votar as emendas em separado. São só três. Acho que uma emenda não tem nada a ver com a outra. São completamente distintas. Mesmo porque a emenda número 3 e a emenda número 2, caso sejam aprovadas, existe até uma discordância. Vimos até uma falha legislativa. E nós apresentamos as duas emendas exatamente para facilitar uma possível negociação. E V. Exa. sabe disto. E se votarmos em bloco, se as duas forem aprovadas, não sei qual o problema nós teríamos, mas com toda certeza um impasse legislativo na elaboração da redação final deste projeto.

Por esta razão, nós pedimos destaque para as emendas. E até caberia à Mesa da Assembléia, a emenda número 3 e a 2 não tem como votar junto, caso venham a ser aprovadas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para sustentar a fundamentação do nosso encaminhamento. É que há um liame entre as emendas, elas foram rejeitadas pela CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Pelo fato de terem sido rejeitadas, elas podem ser apreciadas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a votação. Em discussão. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a chamada nominal. Solicito ao Sr. 1º Secretário que a proceda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Stephanes Júnior**)  
(**Inicia a chamada nominal dos Srs. Deputados**).  
Sr. Presidente, 29 Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)  
Em votação o Requerimento.  
Deputados que aprovam permaneçam como estão.  
**Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)  
Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)  
Os Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Está **rejeitado** o requerimento.  
Estão em votação as emendas 1, 2, 3 e 4. As emendas serão votadas em bloco.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Para Discutir**)  
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.  
Vou discutir três emendas apresentadas pela Bancada da Oposição.  
De onde virão os recursos para capitalizar o FDE? Dos lucros e das sobras do FDU. Mas a informação que solicitamos e que veio a resposta, não só veio a resposta como faz parte da mensagem do Governo do Estado, que os recursos virão do lucro e do FDU.

O que é o FDU? Fundo de Desenvolvimento Urbano. E para que serve o FDU? Para financiar exclusivamente os municípios.

O que o Governador Roberto Requião pede nessa mensagem? O FDU será usado para capitalizar o FDE. E o FDU tem como objetivo de financiar os municípios.

Se pegarmos os recursos do FDU e, pelas informações do Governo do Estado prestadas a esta Casa, que o retorno que veio dos municípios para o FDU, tem ano que supera os R\$ 100 milhões.

Transferindo o FDU e jogando ele no FDE, quem nos garante que esses recursos, depois de transferidos, ficarão à disposição dos municípios?

A maioria dos Deputados que integra a Base do Governo atendem os Prefeitos.

Qual é o programa que existe hoje no Governo do Estado? Deputado Cheida, que foi Prefeito de Londrina; Deputada Beti, que foi Prefeita de Colombo. Vocês são Deputados da Base do Governo: Quantos convênios são levados para os municípios com o recurso do FDU para financiamento dos programas dos municípios? Seja programa de obras, asfaltamento, seja compra de viaturas ou caminhões, maquinários ou até algumas edificações.

Agora, se nós tirarmos o recurso do FDU e jogarmos esse recurso no FDE, quem garante que esses recursos ficarão à disposição dos municípios? Aliás, é um dos únicos programas que o Governo do Estado tem hoje. É um dos poucos programas que o Governo do Estado consegue realizar no Paraná. São obras do Paraná Urbano,

são recursos do FDU que são usados para financiamento dos municípios.

O que nós pedimos através da Emenda nº 2? Vejam, Srs. Deputados, absolutamente nada contra o teor do projeto, pelo contrário, só para preservar, Deputados, os recursos dos municípios, acrescentar um parágrafo único que diz o seguinte: “Esta é a emenda.” E aí que não entendo o Líder do Governo. Por que não aprovar esta emenda, Deputado Romanelli? Ela diz o seguinte, aliás, a Emenda nº 4: “Fica estabelecido que os recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano que ingressarem na Agência de Fomento do Paraná S/A serão destinados exclusivamente a financiar planos, programas, projetos de atividades voltados ao desenvolvimento urbano.” Srs. Deputados, nada contra, apenas para garantir os recursos, aliás, esta emenda o Secretário Forte Neto deveria defendê-la.

Os Srs. Deputados que são municipalistas, que atendem seus Prefeitos, por que não aprovar esta emenda? Ela só garante única e exclusivamente que os recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano não poderão ser usados para outros programas. Ele sai do FDU, lá da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, vai para Agência de Fomento, mas os recursos são garantidos para os municípios. É por esta razão que eu pedi ao Líder do Governo que discutíssemos as emendas separadamente. Quem de nós Deputados ou qual é o Prefeito que não quer ter a garantia que os recursos do FDU ficarão à disposição dos municípios?

Não é mais Deputado, hoje, mas foi Presidente da CPI, o Deputado José Maria Ferreira, e foi Relator o Deputado Artagão de Mattos Leão, quando se falou da FDU. E está aqui na Assembléia um relatório feito pelo Artagão de Mattos Leão dizendo que o Governo do Estado não pode dilapidar o FDU, não pode retirar os recursos do FDU para outras finalidades. Esses recursos são específicos para o financiamento dos programas municipais. A nossa emenda nada mais pede do que a garantia, Deputado Valdir Rossoni, nada mais pede que os recursos seja usados para integralizar a Agência de Fomento. Usa, mas, dentro da Agência de Fomento os recursos deverão ficar à disposição dos municípios e não poderão ser utilizados para outra finalidade.

Por esta razão, com toda honestidade, não como Deputado de Oposição, aqui não se discute Oposição e nem Situação, mas aqui se discute o interesse do estado do Paraná, neste momento. Deputado Péricles de Mello - V. Exa. como ex-Prefeito - é justo o estado do Paraná financiar os municípios, os municípios devolverem seu financiamento, o dinheiro entrar no FDU. Agora, o Estado pega o dinheiro do FDU e joga no FDE, onde é que vão parar esses recursos? Nada mais justo que usar os recursos do FDU para programas municipais. Faço um apelo aos Srs. Deputados Parlamentares, principalmente, da Situação. Vamos aprovar essa emenda. Não tem nada, nada, contra. Não é contra o projeto, pelo contrário, estamos autorizando que seja usado. Mas essa emenda não

pode ser rejeitada, sob pena de nós dilapidarmos de vez por todas os recursos que estão garantidos, hoje, para os Prefeitos municipais. É isso que queremos e é isso que gostaríamos. Peço o apoio aos Srs. Deputados, em relação a essa emenda.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sra. Presidente?

(Assentimento)

Quero registrar a presença do Prefeito de Campo Mourão, Néelson Tureck; do Prefeito de Roncador, da nossa região, Iliseu Poretz e, também vi por ali o Coordenador Geral de Campo Mourão, Cezar S., que deve estar nos corredores, agora.

Era isso, Sra. Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Devidamente registrado. Sejam todos muito bem-vindos. Aproveitamos para registrar também a presença do Deputado Federal Ricardo Barros, Presidente do PP estadual.

Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente, faço a leitura de uma das emendas: “O Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento indicado conforme autorização deverá comprovar idoneidade moral e reputação ilibada, além de notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública, submetendo-se à arguição pública perante a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.”

O que está dizendo essa emenda? Nada de especial. A única coisa é que quem vai dirigir esta agência, virá a esta Casa para discutir e ser sabatinado. Qual é o mal que tem? Nenhum. Por que não aprovar essa emenda? Deputado Douglas, tem uma emenda aqui que diz o seguinte: “Que o Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento, ao ser indicado pelo Governador, passará por uma sabatina nesta Casa.” A segunda emenda - vejam como as duas emendas são pertinentes: “Fica estabelecido que os recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano, que ingressarem na Agência de Fomento do Paraná serão destinados, exclusivamente, para financiar planos e programas urbanos. O que quer dizer essa emenda? Não estamos vendo no Paraná, Deputado Dobrandino, uma choradeira de Prefeitos, principalmente aqueles que, por dedução, o Governo achou que foi contra na eleição de Governador? Eu cito, Deputado Pedro Ivo, o exemplo de União da Vitória, onde V. Exa. tem uma grande liderança. O que o Governador prometeu para o Prefeito desta cidade, igual a outras cidades do Paraná? Prometeu emprestar 4 milhões, que é a capacidade de empréstimo da Prefeitura de União da Vitória. O que eles estão dizendo para o Prefeito de

União da Vitória? Que não tem dinheiro e, é claro, que aí tem uma mistura de eleição com dinheiro. O que nós aqui estamos preservando? Que os recursos oriundos de financiamentos para desenvolvimento urbano permanecerão para financiamento de outros projetos para desenvolvimento urbano. É uma emenda pertinente, é uma emenda que resguarda o FDU. Se não pode acontecer, não vou dizer nem neste Governo, pode ter um Governo que venha, que não respeite isso, pegue este dinheiro e gaste em outras coisas, não no desenvolvimento urbano.

Ora, se estamos vendo aqui o choro dos Prefeitos que não estão repassando os recursos que foram assinados convênios, até foi objeto de uma discussão aqui, quando nós trouxemos o Prefeito de Curitiba. O Prefeito de Curitiba, foi assinado o convênio, não se honra nem assinatura neste estado, que dirá a palavra.

Então, estamos acreditando em Papai Noel. O que vai acontecer? O dia que faltar dinheiro para capitalizar esta agência, eles vão pegar dinheiro daonde? Vão pegar o dinheiro do FDU. Se hoje já está descapitalizado, imaginem se usarem este dinheiro de forma indevida.

Então, temos duas emendas, duas emendas que estou defendendo e que será votado em bloco, em bloco. É um absurdo votar em bloco estas duas emendas, porque são emendas diferentes. Uma, o Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento se submeterá a um debate com os Srs. Parlamentares. Qual o mal que tem nisto, Deputado Rangel? Não tem nada de extraordinário. A transparência, apenas a transparência à vinda aqui de quem for nomeado. O Governador escolhe um cidadão paranaense, com ilibada conduta, um homem competente, e aí ele virá nesta Casa, se submeterá a um dia de debate com os Srs. Parlamentares - aí V. Exa. terá oportunidade de dizer como vai funcionar essa Agência de Fomento, como são os recursos dessa Agência de Fomento. Faz algum mal ao Deputado ter conhecimento disto? Já pensou como fica ruim eu chegar num determinado local e alguém dizer o seguinte: como que vocês aumentaram o capital desta agência? De onde vieram os recursos? Quem está dirigindo esta Agência de Fomento?

Ora, gente, está aí a ParanaPrevidência. Quando nós questionamos a questão da ParanaPrevidência, quando mudaram os Diretores, nós questionamos aqui e disseram que éramos radicais. Vejam o que está acontecendo agora com a ParanaPrevidência - não estão cumprindo a lei da formatação da ParanaPrevidência, já estão com furo na ParanaPrevidência, Deputado Stephanes, e V. Exa. tem mais conhecimento do que eu - já está um rombo lá na ParanaPrevidência de R\$ 600 milhões. São R\$ 30 milhões por mês que não estão recolhendo, não estão recolhendo. Aí vem aqui e diz o seguinte: Os recursos do aumento de patrimônio - e disse aqui o Deputado Reni Pereira, não estou vendo o Deputado Reni Pereira aqui - o Deputado Reni Pereira disse que os recursos para

aumento de capital virão do ICMS que foi postergado pelo Governo anterior.

Ora, por que não usar os recursos do ICMS postergado para cumprir a lei, a lei que criou a ParanaPrevidência é, sem sombra de dúvida, uma das atitudes mais brilhantes que um Governador poderia ter tomado adiante de um Governo, porque hoje a ParanaPrevidência é exemplo para o país, mas daqui a três anos, tome nota disso aqui, Deputado Welter, daqui a três anos, de repente o seu partido vai governar o Paraná e vai pegar um abacaxi do tamanho do mundo, porque se hoje está em R\$ 600 milhões o rombo da ParanaPrevidência, quando terminar, encerrar esse Governo, eu fiz um cálculo aproximado, Deputado Stephanes, vai estar em 1 bilhão e 800. Parece que o que estou falando aqui não é verdade. É verdade! Talvez muitos nem estejam ouvindo o que estou falando, mas eu vou guardar as notas taquigráficas.

Estou defendendo estas emendas porque é necessário. Um Governo que não cumpre as assinaturas de convênio não cumpre a palavra. Quem não cumpre assinatura não honra a palavra!

É por esta razão a minha preocupação. Outra coisa, o Governo é passageiro, as instituições são permanentes! A ParanaPrevidência não é para este Governo e nem para o Governo anterior. É para os próximos Governos! Nós vamos chegar aqui a três anos e o Governo do Paraná estará como o Governo do Rio Grande do Sul. O Governo do Rio Grande do Sul não consegue arcar hoje com a folha de pagamento e com os encargos, não arrecada para isso. Se continuar e prevalecer essa atual situação... e nós aqui não estamos fazendo nada! Nada, eu vou lembrar esta data, que todos me olham cansados aqui, exaustos, eu sei disso, mas eu vou lembrar desta data quando nós alertamos que vão usar o dinheiro do FDU logo aí na frente, porque não tem dinheiro de outro lugar, é o único dinheiro que sobra desse Governo, é o FDU. Vão falir a previdência como fizeram no Governo anterior! Eu estou fazendo este alerta. Por esta razão apelo aos Srs. Deputados: Vamos aprovar essas duas emendas que resguardam os interesses do povo do Paraná, que é muito importante.

Obrigado Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, em votação.

Para encaminhar a votação, Deputado Elio Rusch.

Antes, porém, há sobre a mesa, requerimento nº 2778, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a prorrogação da Sessão Ordinária por mais duas horas. Em votação.  
**Aprovado.**

#### O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós encaminhamos na discussão apenas uma emenda, Deputado Romanelli. Agora estamos encaminhando, na votação, as emendas.

Eu fui bem claro quando alertei os Srs. Deputados e conversei com alguns Deputados agora também, mas casa um vai votar de acordo com a sua consciência. Tirar o dinheiro do FDU e não segurar esses recursos para os programas municipais é o caos!

O Deputado Valdir Rossoni foi muito feliz e eu também. Está tudo registrado das notas taquigráficas, eu espero que num futuro nós não precisaremos recorrer à notas taquigráficas desta Casa para mostrar para os Prefeitos do Paraná a injustiça que a Assembléia Legislativa tem feito!

Deputado Elton Welter, V. Exa., como tantos outros, pretende disputar a prefeitura. Os Prefeitos, com toda certeza, se nós da Oposição tivéssemos mobilizado a AMP e os Prefeitos, as galerias hoje estariam lotadas! Aí eu devo reconhecer que nós, Deputados da oposição, não sabemos fazer oposição. Nós deveríamos ter mobilizado a AMP, Associação dos Municípios do Paraná, das microrregiões do estado do Paraná, para estarem presentes hoje, nesta Sessão, para ver quais os Deputados que estariam votando favoravelmente a uma emenda que garante recursos para os municípios. Não consigo entender isso.

Deputado Nelson Justus, se o Governo diz que os recursos do FDU estão garantidos para os município, isso ele diz da “boca para fora”. Ora, se ele garante que os recursos do FDU, quando vão para Agência de Fomento, ficarão para os municípios, porque então não aprovar esta emenda?

Mas, sobre isto eu já falei. Só espero que nós Deputados, que os Deputados da Base do Governo, após aprovar este projeto de hoje, se as emendas forem rejeitadas, apresentem os Srs. Deputados da Base do Governo, apresentem o projeto e garantam que os recursos do FDU que vão para o FDE, ficarão exclusivamente para os programas municipais. Porque pelo que estou vendo, as emendas serão rejeitadas. E com a rejeição das emendas, os municípios do Paraná correrão o risco de não ter mais os recursos necessários para os seus programas.

Deputado Artagão de Mattos Leão, se V. Exa. me desse a sua atenção, ficaria agradecido. Deputado Artagão, V. Exa. foi Relator da CPI da Assembléia Legislativa. E o que é que V. Exa. escreveu no seu relatório? “Dilapidar o FDU. E que a Assembléia não poderia permitir que o Governo passasse a mão nos recursos que estavam no estado e município”. E o que estamos pedindo, Deputado Artagão? Apenas uma segurança, que esses recursos do FDU ficarão para os municípios. V. Exa. foi Relator, Deputado Jocelito Canto fez parte da CPI, Deputada Cida Borghetti fez parte da CPI. Deputado Artagão, não fiz relatório contra o dinheiro do FDU. V. Exa. fez um relatório e eu também disse que os recursos que estariam no FDU teriam que ficar depositados para os municípios.

Mas, vamos falar da outra emenda, que a Lei nº 11741, dia 19 de junho de 1997, posteriormente ela foi alterada pelo Governador Roberto Requião. E ela diz que

a Presidência do Conselho da Administração sempre será exercida pelo Secretário. O Governador Roberto Requião entendeu que teria que ser o Secretário da Fazenda. Agora, o Governador manda a mensagem e diz o seguinte: “A Presidência do Conselho será exercida pelo Secretário da Fazenda ou por ele indicado”. Nada contra. Queremos que seja o Secretário da Fazenda ou por ele indicado, desde que observado alguns dispositivos, por exemplo: O Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento indicado conforme autorização do *caput*, que diz que é o Secretário da Fazenda, deverá comprovar idoneidade moral e reputação ilibada, além de notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública. Ora, nada de mais, A Agência de Fomento, ela é regulamentada pelo Banco Central. É fiscalizada pelo Banco Central. Então, como é que nós vamos dar oportunidade para que o Secretário da Fazenda indique qualquer pessoa a seu bel prazer.

Eu podia fazer a leitura que saiu no jornal no dia de hoje, dia 17. Uma entrevista do Presidente da ParanaPrevidência. O que ele disse numa certa altura, porque a ParanaPrevidência também tinha no seu corpo da lei que o Assessor Jurídico tinha que ser da carreira, tem que ser do quadro, tem que ser funcionário do estado. Foi alterado. Por isso nomearam qualquer um. Olha, o que disse o Diretor Jurídico: “Na verdade, eu fui convidado para ser Diretor Jurídico da ParanaPrevidência antes da lei ser modificada, quando o Governador me convidou, ficou sabendo que a lei dizia que o Diretor Administrativo e Jurídico deveria ser do quadro da Instituição.”

Srs. Deputados, não são palavras do Deputado Elio Rusch, são as próprias palavras do Diretor Jurídico da ParanaPrevidência. Ele disse muito mais, mas, infelizmente o meu tempo já vai acabar.

Espero ainda que, os Srs. Parlamentares, são duas emendas importantíssimas. Tem mais uma para a sobrevivência do Programa Municipal e outra que dá oportunidade para o Secretário da Fazenda poder nomear o Diretor Presidente do Conselho, mas desde que, com o notório conhecimento contábil, jurídico, assim por diante.

Isso, aliás, já diz na própria Constituição, para indicação do Conselheiro do Tribunal de Contas. Então, se o Conselheiro do Tribunal de Contas tem que preencher alguns requisitos, imaginem, Srs. Deputados, se o Presidente do Conselho da Agência de Fomento pode ser qualquer pessoa.

Espero que nós possamos e o Paraná possa contar com ao menos alguns votos e aprovar estas duas emendas.

Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Valdir Rossoni com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, encaminho agora para pedir o voto. O voto. Para que amanhã, eu não veja, aqui, Deputados arrependidos.

As duas emendas, que nós estamos defendendo com o Deputado Elio Rusch.

Sr. Presidente, faço uma questão de ordem. Às 19h encerra a Sessão não há requerimento na Mesa, peço que V. Exa. encerre.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. não ouviu bem. Nós já votamos o requerimento, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, como a síndrome do Anibal Khury, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Veio da China um pouco distraído.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu acho que foi a síndrome do Anibal Khury que chegou aí.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela Ordem, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só queria esclarecer a V. Exa. que eu estou atento, acompanhando a Sessão, e V. Exa. colocou em votação o requerimento. Está aprovado. O senhor está com a razão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado, Deputado Jocelito, sempre alerta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Jocelito, para quem está nesta batalha aqui, em nenhum momento eu duvidei da palavra do Presidente. Eu agradeço o alerta de V. Exa. momentânea. Foi para esclarecer mesmo. Foi uma contribuição sensacional. Obrigado.

Então, estou pedindo aqui, Srs. Deputados, o projeto já está votado e aprovado. Nós estamos defendendo duas emendas, duas. Aqui, o Presidente do Conselho da Agência se submeta a uma sabatina, nesta Casa.

E a segunda, qual é? A segunda do FDU, para não misturar o dinheiro. Porque hoje, se há um programa herdado de todos os Governos que passaram, é o FDU. É um banco que temos para financiar os municípios. Município quer construir algo, ele tem um banco que o Governo do Estado gerencia. É claro que às vezes não atende seus adversários, mas isto é normal num Governo democrático.

Então, o que nós estamos pedindo? Deputado Romanelli, V. Exa. entenda nosso apelo. Vamos imaginar. Sei que você está irritado, hoje, mas só me ouça um minuto. Imagine V. Exa., daqui três anos muda Governo. Esta lei é para este Governo e para os próximos Governos. De repente, o próximo Governo - não estou nem falando do seu Governo para que V. Exa. não se irrite - o próximo Governo vem aqui e nomeia um Presidente do

Conselho desta Agência de Fomento. Uma pessoa que não tem capacidade, uma pessoa corrupta, uma pessoa que não merece nossa confiança. O que nós estamos pedindo, com nossa emenda? Que esta pessoa, ao ser indicada pelo Governador, se submeta a uma sabatina, porque se você fizer uma sabatina com um cidadão, que não tem uma vida ilibada, você derruba ele aqui, na chegada, na hora que se disser: “Me dá sua declaração de imposto de renda, está aqui, a ficha corrida, na polícia”. Você não deixa o Governador cometer um equívoco.

Quer dizer, eu não estou querendo fazer uma lei para este seu Governo, que é infalível. Ele não comete erros. Eu estou imaginando, para convencer V. Exa., que nós estamos fazendo uma lei para um Governo falível, um Governo que possa cometer equívocos e erros. Este não comete erros. Quase!

Então, eu queria convencer V. Exa. para preservarmos a imagem desta Casa. Como ficaria bonito nós aprovarmos uma emenda da oposição, dando esta contribuição. Qual é o mal, aprovar uma emenda do Deputado Elio Rusch? Será que o Governador vai se irritar com uma emenda do Deputado Elio Rusch? Ou vai se irritar com uma emenda do Deputado Rossoni, dos Deputados da Oposição? É uma contribuição não para este Governo. É para todos os Governos.

Outra, Deputada Beti V. Exa. será Prefeita. Amanhã ou depois vai ter um Governador que poderá fazer uso do FDU para esta Agência de Fomento que nós estamos autorizando. Nós estamos autorizando! E amanhã pode ter um Governador irresponsável que tira o dinheiro do FDU, e os municípios ficarão sem o seu banco de financiamento. Porque o FDU não é, nada mais nada menos, que um banco que financia os projetos dos municípios, de desenvolvimento dos municípios.

Então, ora, são duas emendas. Eu estou sendo repetitivo, cansativo, mas eu sinto que não consigo convencer. Mas, eu estou convencido. Duas emendas que têm tudo para preservar o funcionamento desta Agência de Fomento. Primeiro, quem não puder se submeter a uma sabatina, nesta Casa, não pode ser Presidente deste banco de fomento. Porque não tem sua vida, seu passado, que possa exercer esta função. Segundo, preservarmos o FDU é uma obrigação nossa. É o grande agente financiador dos municípios do Paraná. Quantas obras estão sendo realizadas neste estado, que o estado não tem dinheiro, que bota placa lá, inaugura, desata fita, faz discurso, mas são recursos do FDU. É financiado. Mas, é uma forma de resolver problemas dos municípios que se fazem necessários.

Então, Deputado Edson Praczyk, acredito que só V. Exa. poderia convencer os Pares, aqui nesta Casa, porque certamente as duas emendas têm persistência e há necessidade de serem aprovadas. Uma, o Presidente da Agência de Fomento que não puder se submeter a uma sabatina, nesta Casa, não pode ser Presidente. Eu posso questionar a idoneidade do cara, e ele pode aqui comprovar a sua idoneidade. Nada mal. Segundo, preservar o FDU é uma obrigação nossa, é um fundo que está dando

certo, está funcionando. Usa-se politicamente? Usa-se. Usou-se no Governo anterior, como às vezes eu vejo aqui o Deputado Jocelito reclamando. Usou-se, usa-se agora? Usa-se. Vamos fazer uma lei, aqui, para disciplinar isso? Vamos fazer. Mas agora nós estamos simplesmente dizendo o seguinte: não interessa quem vai ser o Presidente da Agência de Fomento. Não interessa de onde vai sair o dinheiro, pode até sair o dinheiro do FDU e acabar com esse agente financeiro dos municípios do Paraná. Olha Deputado Tureck, eu vejo V. Exa. aqui, que foi Deputado, V. Exa. é Prefeito, V. Exa. sabe o quanto é importante o FDU para financiar os municípios. Quem já foi Prefeito, aqui, Deputado Felipe, quem já foi Prefeito sabe o quanto é importante o FDU e quanto está sendo importante o FDU para Irati. Deputado Pedro Ivo, V. Exa. sabe o quanto é importante o FDU para os municípios.

Ora, vamos aqui dar uma demonstração de grandeza, de poder, do Poder Legislativo emendar o projeto do Governador e dizer: “Nós queremos que seja respeitado a vontade do Parlamento paranaense”. Ora, é tão pouco, mas é tão salutar, porque essas duas emendas são a transparência viva, seja quem for o governante, vai ter que prestar contas a esta Casa para nomear o Presidente deste Conselho. Ou nós não queremos saber como anda o Paraná? Veja como seria bom se na ParanaPrevidência, quem está dirigindo a ParanaPrevidência, tivesse que se submeter, aqui, a uma sabatina. Nós temos tantos questionamentos e não podemos fazê-los. Então, meu caros Parlamentares, eu acho que é muito sério o que nós estamos discutindo, eu acho que é importante as duas emendas, e eu espero, pelo menos, eu espero sinceramente, essas duas emendas não criam nenhuma dificuldade para o projeto, elas só complementam, resguardam os interesses do bom funcionamento dessa Agência de Fomento e também funcionamento do FDU. Obrigado, Sr. Presidente, espero ter pelo menos merecido atenção porque agora nós vamos votar essas duas emendas e nós poderemos estar derrubando por terra os sonhos de muitos Prefeitos que defendem as suas cidades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação as emendas Deputados que rejeitam queriam levantar-se, ou melhor, permaneçam como estão. Nós estamos votando as emendas. Deputados que rejeitam permaneçam como estão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Eu só gostaria de deixar registrado aqui o trabalho das nossas taquígrafas, dos amigos taquígrafos, que hoje tiveram os seus trabalhos assoberbados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estão **rejeitadas** as emendas.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, nobre Presidente.



O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será feita a verificação de votação. Os Deputados que aprovam as emendas... os Deputados que aprovam as emendas, pediu chamada nominal?

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Em relação ao pedido de chamada nominal, Sr. Presidente, já foram votadas as emendas, só vamos fazer a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A verificação de votação só, Deputado. Eu pedi a votação e o Deputado Rossoni pediu a chamada nominal. Não tem importância, pode prosseguir a chamada nominal, não vai alterar em nada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Malucelli**)

(**Procede a chamada nominal dos Srs. Depurados**)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu não quero atrapalhar mais, eu sei que o horário está adiantado, mas é o seguinte, não é possível fazer chamada nominal no meio da verificação de votação Exa. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É que não foi feita a verificação de votação, foi feita a votação...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

V. exa. já declarou as emendas rejeitadas, alguém pediu verificação de votação, acho que foi o Deputado Rossoni...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É que tão logo foi rejeitada a emenda, foram rejeitadas as emendas, foi pedida a verificação de votação através da chamada nominal. Não tem importância nenhuma. Está certo. Por favor, prossiga Deputado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Malucelli**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Trinta e oito Deputados presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que rejeitam as emendas queiram levantar-se. Estão **rejeitadas** as emendas.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de consultar, se possível, e havendo a vontade dos Líderes do Governo e Oposição, de suspender a Sessão por dois minutos, para chegarmos a um entendimento.

Senão ficaremos aqui até meia-noite sem chegar a lugar algum.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu acho uma voz equilibrada e com bom tom, ouço bem. Por gentileza, suspendo a Sessão por dois minutos e vamos conversar com os líderes dos partidos, aqui, na sala ao lado.

(**Suspensa a Sessão**)

(**Reaberta a Sessão**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

### ***Redação Final***

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 195/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que estabelece vínculos de comunicação entre a instituição policial e as comunidades com o objetivo de facilitar a captura de criminosos e prevenir crimes. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 441/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede título de Cidadão Honorário Paranaense a Dra. Elizabeth Kather, MM. Juíza de Direito da Comarca de Loanda. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 447/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que dá nova redação ao inciso I do artigo 4º, da Lei nº 10671/93. (Taxa Ambiental). **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 471/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que institui a obrigatoriedade de tradução simultânea, aos portadores de deficiência auditiva, nas propagandas oficiais veiculadas pelo estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/07, de 28/06/07, em Projetos de Lei).**

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que regulamenta a propaganda oficial em jornais do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

## 2ª Discussão

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que garante ao cidadão paranaense a transferência dos dados relativos à segurança pública no estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo, através da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, a disponibilizar gratuitamente a rede fundamental de ensino (1ª a 4ª) no estado do Paraná, conexão a rede municipal de computadores (internet). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece normas para a publicidade de viagem de funcionários públicos comissionados ou concursados ao exterior. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

## 1ª Discussão

### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado na Administração Pública do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088/07, de 07/08/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 564/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto ora sob escólio pretende traçar diretriz para atuação da Administração Pública Estadual, do Poder Legislativo, Judiciário e de alguns órgãos da Administração Indireta.

##### Legitimidade e Constitucionalidade

Como aspecto inicial, deve ser perquirida acerca da competência para legislar sobre o tema, fator que destaca-se desde logo, não encontra supedâneo específico tanto no texto da Constituição Estadual Federal e Estadual, em referência ao assunto iniciativa. Contudo, calha aclarar que existe competência comum dos estados e da união, de forma a seguir transcrita:

*Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:*

*VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*

*VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;*

Na mesma esteira o artigo 24 aduz:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

Porquanto, conclui-se que o tema deve ser enquadrado como de competência comum e ou concorrente. Frente a tal situação, peremptória a leitura do artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;*

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;*

Diante destes fatos é que se comprova que a legitimidade está em consonância com os requisitos constitucionais.

Prosseguindo na análise, deve se esclarecer que o projeto é meramente indicativo, não tornando obrigatória a conduta, até porque, pela letra do projeto se percebe que os poderes deverão utilizar, de modo prioritário, materiais reciclados, o que não importa, por si só, em tornar cogente tal atitude. Não caberia a este Poder abrigar os outros em coisa alguma, pela rígida repartição de competência vigente, bem como pela independência dos poderes, todos estes inculpidos na Constituição Federal.

Até mais, o projeto segue uma linha aconselhável, pois dispõe, em seu artigo 2, o que é exatamente material reciclado, fator este apto a afastar dúvidas acerca da aplicação do texto legal.

No artigo 4º, entretanto, dispõe que haverá obrigatoriedade de prioridade nas situações que ali especifica. Ora, em que pese a supremacia do interesse público, neste particular está a se beneficiar certas empresas, em verdade, em processo licitatório. Esta matéria não há que ser disposta neste projeto, mas sim através de alteração na lei estadual que dispõe sobre contratações, pela consonância temática. E isto porque, a regra é a de que os materiais a serem contratados pela Administração Direta e Indireta deve se dar por certame licitatório, de maneira imprescindível. Assim, por este fato é que se apresenta a emenda supressiva, que segue como, anexo.

No que se refere ao impacto econômico-financeiro, nada há, com base na Lei Complementar 101/00, que possa obstar o trâmite regimental nesta Casa.

Por fim, cabe dizer que em referência à técnica legislativa, disposto na Lei Complementar nº 095/98, que inexistiu óbice ao presente projeto.

#### **Conclusão**

Em sendo assim, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de lei, com a aprovação da emenda supressiva que segue como anexo, devido ao respeito à legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 564/07**

Fica suprimido o artigo 4º do projeto de lei, passando este a contar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 564/07**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Luiz Malucelli, pretende dispor sobre a utilização de papel reciclado, na administração pública do estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a opinar, e entendendo que nada obsta ao seu prosseguimento, apresentamos parecer favorável ao prosseguimento do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05.09.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

OSMAR BERTOLDI - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 564/07**

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise tem como escopo a implantação, no âmbito da Administração Pública no Estado do Paraná, da utilização prioritária de papel reciclável.

Tendo em vista que o texto do projeto não define gastos diretos por parte do Poder Público Estadual, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário, não demandando gastos imediatos e impacto certo aos cofres públicos. Desnecessário, então, o acompanhamento de demonstrativo de gastos.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.09.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

#### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que concede título de Cidadão Honorário do estado do Paraná ao Sr. Miguel Carlos Riella. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 089/07, de 08/08/07, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 567/07**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, concede título de Cidadão Honorário do estado do Paraná ao Sr. Miguel Carlos Riella.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º, determina:

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito no estado do Paraná.*

*§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.*

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em virtude de se tratar de título de Cidadão Honorário, vai se proceder à chamada nominal. Os Deputados que forem favoráveis ao projeto, votam com a expressão SIM. Trata-se de um médico de extraordinário renome, a quem eu, pessoalmente, recomendo, Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

O médico que estamos falando, não só revolucionou os hospitais do Paraná e parte dos hospitais do Brasil, com o serviço de nefrologia, nutrição parenteral e enteral. Ele é o Diretor-Geral do Serviço de Nefrologia do Paraná, instalou mais de 10 novas fundações, dentre elas, a Pró-Renal, que todos conhecem. Por isso, não vou ser didático e repetirei apenas o que o Presidente falou: é uma pessoa que merece o título de Cidadão. Peço o apoio a todos os colegas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Elton Welter, para que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Elton Welter**)  
(**Procede a chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Trinta Srs. Deputados votaram SIM.

**Está aprovado o projeto de autoria do Deputado Cleiton Kiele.**

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2752, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2753 a 2755, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2756 e 2757, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2759, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2764, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2767, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2768, de autoria dos Deputados Duílio Genari, Antonio Belinati, Cida Borghetti e Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2769, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2770, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para poder esclarecer a todos os Srs. e Sras. Parlamentares que em função do acordo - acho que os outros Parlamentares ainda não têm conhecimento - fica sem efeito a Comissão Geral e aprova o pedido.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, eu ia esclarecer isso. Havendo um acordo de lideranças não há necessidade de transformar o Plenário em Comissão Geral, e igual maneira em regime de urgência, lembrando que amanhã às 13h, na CCJ, além dos membros da CCJ, estão convidados todos os Srs. Deputados para ouvirem explicações em torno do projeto por parte da Liderança do Governo, do Secretário dos Transportes, de alguém do BRDE, ou coisa parecida.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Salvo equívoco, parece-me que a Comissão de Finanças também foi convocada para uma Sessão às 13h também.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Todos os Deputados estão convidados para a reunião amanhã, às 13h, na CCJ.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu conversei ainda agora com o Secretário Tizzot, dos Transportes, que foi o seu sucessor, Deputado Waldyr Pugliesi, e também do ex-Deputado Paulo Furiatti, que é Diretor do BRDE e que coordena o projeto, além dos técnicos que acompanharão as autoridades que poderão esclarecer os Srs. Deputados.

Então, 13h, com a presença do Secretário dos Transportes, Rogério Tizzot e do Diretor do BRDE, Paulo Furiatti, além dos técnicos que poderão prestar, eventualmente, esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 2773, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2779, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 461/07 e do Projeto de Resolução nº 026/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 564 e 567/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 548, 552 e 572/07 e do Projeto de Resolução nº 027/07.

Levanta-se a Sessão.

***Publicações:******Diretoria Geral******Portarias*****PORTARIA Nº 188/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 082, datado de 09 de janeiro de 2007, deste Poder

**R E S O L V E :**

prorrogar, à disposição junto ao Tribunal de Justiça, do servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FRANCISCO DE FREITAS, matrícula nº 40922, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.09.07.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 189/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8719/07, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder

**R E S O L V E :**

revogar a Portaria nº 147/95, e mandar retificar a ficha funcional de NAIR ISABEL ROSA, matrícula nº 40639, portadora do RG nº 1.902.574.8/PR e do CPF nº 632.248.959.34, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 1º de julho de 1985, lotada na Diretoria de Pessoal, exercendo o cargo de servente, nível NBA-03, no sentido de excluir a anotação de contagem em dobro de licença especial referente ao período compreendido entre 09/07/90 e 09/01/95, por falta de amparo legal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.09.07.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

***Comissão Executiva******Atos*****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1892/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8164/07, datado de 13 de agosto de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder, a ERNESTINA CHUZ, matrícula nº 40566, portadora do RG nº 1.299.297-1/PR e CPF nº 232.490.999-53, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 08 de julho de 1985, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, nível NBA-03, lotada da Coordenadoria da Ata, abono de permanência, em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 041, de 31 de dezembro de 2003, a partir do pedido.

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.09.07.

NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

